

**AMERICANAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023**

AMERICANAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Americanas S.A. - Em recuperação judicial
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Americanas S.A. - Em recuperação judicial ("Companhia")**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Americanas S.A. - Em recuperação judicial** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Plano de Recuperação Judicial

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 01 e 35, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) da Companhia e de algumas controladas foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 19 de dezembro de 2023, sendo que a homologação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo”), ocorreu em 27 de fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como no *chapter 15*, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial, foi reconhecida a homologação do Plano. Até a conclusão dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, as condições previstas no Plano, foram atendidas: (i) aumento de capital por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de caráter extraconcursal na modalidade *debtor-in-possession* (“DIP”) e de créditos detidos por credores; (ii) pagamento integral dos credores listados na classe I, IV, os credores fornecedores colaboradores, os credores fornecedores de tecnologia e os titulares de créditos quirografários até R\$ 12 mil ou que tenham escolhido receber R\$ 12 mil e outorgou quitação em relação ao excedente do crédito. As demais opções de pagamentos a credores não aconteceram até a conclusão dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Continuidade operacional e os impactos da homologação do plano de recuperação judicial

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 01 e 24, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía capital circulante líquido negativo de R\$ 40.224 milhões (Controladora) e R\$ 38.548 milhões (Consolidado) e prejuízo acumulado no montante de R\$ 43.136 milhões (Controladora e Consolidado). O Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) da Companhia e suas controladas foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 19 de dezembro de 2023, sendo que a homologação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo”), ocorreu em 27 de fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como o *chapter* 15, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) teve reconhecimento, portanto, tendo os efeitos legais atendidos e obrigando a Companhia, tanto quanto todos os credores a ele sujeitos, ao seu cumprimento a partir da sua publicação nos termos da Lei nº 11.101/2005. O Plano muda substancialmente os termos dos passivos da Companhia e suas controladas a partir da publicação da sua homologação, em especial dos passivos financeiros com instituições financeiras e “*bondholders*”, assim como resultou na revisão da estimativa dos demais passivos em 31 de dezembro de 2023 em consonância com o CPC 25/IAS 37 - Provisão e Passivo e Ativo Contingentes e CPC 24/IAS10 - Eventos Subsequentes, em especial a causas de natureza imobiliária e cível. Como resultado do evento subsequente da homologação do Plano, a Companhia revisou e atualizou as premissas utilizadas como base para mensuração de certas provisões dos seus passivos, resultando na redução de R\$ 254 milhões (Controladora e Consolidado), enquanto os efeitos de novação da dívida financeira e dos demais passivos (“*hair cut*”), conforme previsto no Plano, devem ser reconhecidos após 31 de dezembro de 2023.

Considerando a complexidade relacionada à aplicação da Lei nº 11.101/2005 e das especificidades do Plano em relação ao momento de reconhecimento, mensuração e divulgação dos seus efeitos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia, bem como os aspectos de cumprimento do Plano nos eventos subsequentes, como fator primordial de avaliação de sua continuidade operacional, concluímos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Leitura e análise da documentação relacionada ao processo de recuperação judicial, incluindo a aprovação dos credores em Assembleia Geral, a decisão do Juízo concedendo a homologação do Plano, seus efeitos legais e subsequente publicação;
- Avaliação da representação dos assessores jurídicos da Companhia acerca da validade dos efeitos legais da aprovação e homologação do Plano, cujos efeitos contábeis de novação da dívida e demais passivos, exceto provisões, impactados pelo Plano (“*hair cut*”) devem ser reconhecidos após 31 de dezembro de 2023;
- Avaliação das características dos passivos de natureza imobiliária e cível, descritos no Plano, para analisar: (i) o momento de reconhecimento dos passivos vis a vis os efeitos do Plano vigentes a partir da data de sua publicação; e (ii) a razoabilidade das premissas utilizadas para mensuração da provisão do passivo imobiliário e em relação a outros credores;
- Avaliação e obtenção de evidência da existência de eventos subsequentes até a aprovação dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, que demonstrem a capacidade de continuidade operacional da Companhia, considerando os aspectos de: cumprimento do Plano, desempenho realizado versus o orçamento, cumprimento de obrigações de curto prazo, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*;
- Avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esses assuntos preparadas pela Companhia.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliarem a mensuração da provisão do passivo imobiliário e em relação a outros credores e as bases utilizadas para demonstração da capacidade de continuidade operacional em um futuro previsível conforme requerido pelas práticas contábeis, bem como as devidas divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Investigação independente e de autoridades públicas e aspectos de governança

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em decorrência de diversos fatos relacionados a inconsistências em lançamentos contábeis divulgados pela Companhia, desde 11 de janeiro de 2023, o Conselho de Administração decidiu criar um Comitê Independente para apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências (“Comitê Independente”). O Comitê Independente tinha, dentre outras, a função de aprovar os prestadores de serviços que conduzem a investigação independente na Companhia, bem como ajustar os respectivos planos de trabalho para a investigação. Em janeiro de 2023, foi iniciada a investigação por profissionais especializados, externos e independentes em relação à Companhia. Esses profissionais executaram extrações e processamento de dados e informações, realizaram entrevistas com a governança, executivos e profissionais da Companhia. O relatório final da investigação foi emitido em 16 de julho de 2024, confirmando a existência de fraude contábil perpetrada pela administração anterior até janeiro de 2023, caracterizada, principalmente, por lançamentos indevidos na rubrica Fornecedores, por meio de contratos fictícios de VPC (Verbas de Propaganda Cooperada) e por operações financeiras conhecidas como “risco sacado”, dentre outras operações, nos quais as distorções levantadas foram corrigidas em suas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Diante de: (i) deficiências significativas nos controles internos da Companhia; (ii) do fato de a sanção imposta pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (“B3”) no sentido de suspensão da Companhia do Novo Mercado ainda estar sujeita a recurso com efeito suspensivo; (iii) encontrar em andamento diversos processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal, dentre outros procedimentos, envolvendo, inclusive, acordos de colaboração de ex-executivos; e (iv) em 27 de junho de 2024, ter sido deflagrada a Operação *Disclosure* pela Polícia Federal, que envolve a investigação e a busca e apreensão de dados e informações de ex-executivos, cujas investigações das autoridades públicas se encontram em curso e sigilo; esse assunto foi considerado na auditoria como um assunto de risco e significativo, devido às incertezas inerentes quanto aos resultados da investigação independente, da investigação das autoridades públicas, que, poderiam impactar as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Envolvimento de nossos especialistas forenses no acompanhamento e na avaliação das principais ações investigatórias presentes no plano de trabalho determinado pelo Comitê Independente quanto à avaliação do escopo e abrangência da investigação, a avaliação crítica dos procedimentos e metodologias utilizados pela investigação independente, inclusive quanto aos procedimentos de coleta e análise de documentos e/ou informações críticas, e a avaliação das informações prestadas pelos signatários da carta de representação entregue aos auditores independentes e na avaliação quanto à necessidade de execução de procedimentos adicionais e acompanhamento de informações relevantes pelos meios de comunicação, bem como, entendimento das políticas de compliance da Companhia, com objetivo de averiguar, entre outros aspectos relacionados à governança, em relação a atuação sobre as deficiências significativas nos controles internos, e se os mesmos estavam em operação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
- Realização de reuniões com a Administração e assessores jurídicos, interno e externo, com foco no entendimento de diretrizes adotadas frente aos aspectos do resultado da investigação independente e relacionados a deflagração da Operação *Disclosure* pela Polícia Federal, que envolveu a busca e apreensão de dados e informações de ex-executivos;
- Obtenção de representações da Administração da Companhia e indagações a Governança a respeito da inexistência de novos fatos sobre a investigação independente;
- Avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esses assuntos preparadas pela Companhia.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos e evidências obtidas, consideramos que a metodologia e diretrizes utilizadas na investigação independente foram adequadas, bem como, as divulgações sobre esses assuntos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. Em relação aos aspectos dos controles internos, principalmente aqueles que estão vinculados as informações utilizadas para a preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, que se apresentam em operação, requerem aprimoramentos. Assim estendemos procedimentos de auditoria para que pudéssemos obter evidência de auditoria apropriada e suficiente. Além disso, as distorções identificadas, foram discutidas com a Administração e adequadamente ajustadas nessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Aspectos de ambiente de tecnologia

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3.3, 3.22 e 3.23, às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas tem suas transações mercantis, altamente dependentes do funcionamento efetivo da estrutura de tecnologia e seus sistemas, conjugado com a dispersão geográfica, bem como, pelo fato de terem ocorrido deficiências significativas no ambiente de tecnologia, consideramos como um principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Envolvimento de nossos especialistas de tecnologia na avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação (“CGTI”) implementados pela Companhia para os sistemas que foram considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, bem como, entendimento das políticas internas da Companhia, com objetivo de averiguar, entre outros aspectos relacionados à governança, em relação a atuação sobre as deficiências significativas no ambiente de tecnologia, e se os mesmos estavam em operação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
- Realização de procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças, gestão de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia, considerando dentre outros: atualização, entendimento e execução de testes de aderência;
- Avaliação de procedimentos de extração de relatórios que suportam as informações que são utilizados na preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos e evidências obtidas, verificamos que existe a necessidade de aprimoramentos no ambiente de tecnologia que foram comunicados a Administração e a Governança. Considerando, esses aspectos, estendemos os procedimentos de auditoria sobre as informações utilizadas para a preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, para que pudéssemos obter evidência de auditoria apropriada e suficiente.

Tributos a recuperar e a recolher

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 11 e 23 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem os montantes de Impostos a Recuperar e a Recolher de R\$ 3.948 milhões e R\$ 1.331 milhões (Controladora) e de R\$ 4.197 milhões e R\$ 1.358 milhões (Consolidado), respectivamente, em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia possui, dentre outros, créditos tributários oriundos de registros extemporâneos relativos ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundos de causas judiciais já transitadas em julgado e causas que aguardam o trânsito em julgado em tribunais regionais, mas cuja probabilidade de desfecho favorável à Companhia é considerada pelos assessores jurídicos como sendo praticamente certa, uma vez que os principais temas já foram decididos pelos tribunais superiores. A Companhia avaliou a recuperabilidade destes saldos com base em projeções prospectivas.

Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados nestas projeções prospectivas, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas, bem como os aspectos de relevância e complexidade existente no âmbito tributário, para a determinação de reconhecimento de créditos fiscais e os tributos a recolher.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação dos tributos a recuperar e a recolher;
- Entendimento e avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções futuras, devidamente elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de Administração;
- Para a análise das bases e registros de créditos fiscais e de tributos a recolher, envolvimento dos nossos especialistas tributários, com o objetivo de obtenção e discussão das opiniões legais, bem como análise dos procedimentos existentes de formação de bases de apuração de tributos a recuperar e a recolher;
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis a metodologia e as premissas utilizadas para demonstrar a recuperabilidade dos saldos de créditos tributários, bem como, os julgamentos utilizados pela Companhia, e possuem procedimentos de apuração de tributos a recuperar e a recolher adequados. As divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável de ativos não monetários, incluindo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 15 e 16 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem ativo imobilizado e intangível, no montante de R\$ 2.314 milhões e R\$ 890 milhões (Controladora) e de R\$ 2.381 milhões e R\$ 1.179 milhões (consolidado), em 31 de dezembro de 2023.

Os bens integrantes do intangível de vida útil definida são compostos significativamente por gastos com desenvolvimento de websites e sistemas, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável, bem como, bens integrantes do ativo imobilizado, principalmente relacionados a investimentos e benfeitorias em lojas, outros intangíveis de vida útil definida e ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em aquisição de investimentos, que é testado anualmente para avaliar a necessidade ou não de redução ao seu valor recuperável, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam e foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela Administração e consideram premissas relacionadas ao resultado das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções, no qual envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, tais como: taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, entre outros. Sendo assim, esse assunto foi considerado pela auditoria, como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto que podem alterar significativamente a expectativa de realização dos referidos ativos.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos dos processos de avaliação do valor recuperável dos ativos da Companhia e de suas controladas, bem como a governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos;
- Avaliação quanto à indícios internos ou externos que pudessem trazer evidências da ocorrência de desvalorização dos ativos;
- Revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, avaliando as premissas e metodologia usadas pela Administração da Companhia;
- Desafio e sensibilização das premissas utilizadas pela Administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas, tais como: crescimento de receitas, margem, e diversos outros indicadores de inflação e de preços;
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliarem o valor recuperável dos referidos ativos, bem como as devidas divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Contingências fiscais, trabalhistas, imobiliários e cíveis

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 24 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem o montante de provisão de R\$ 1.576 milhões (Controladora) e de R\$ 1.671 milhões (Consolidado), em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia e suas controladas são partes passivas em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista, imobiliário e cível originados no curso normal dos negócios. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa de perdas prováveis esperadas, envolve julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia e suas controladas, pois dependem de eventos futuros que não estão sob o controle da Administração e análise técnica jurídica e legal por especialistas. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela Administração e seus assessores jurídicos. Além disso, mudanças nas jurisprudências, também podem trazer alterações nas estimativas da Administração. Por essa razão, consideramos como um assunto de atenção em relação aos trabalhos de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes;
- Obtenção da confirmação de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas, contemplando os prognósticos de perda, bem como, as informações relacionadas a mensuração dos montantes estimados como perda possível e provável;
- Para determinadas causas de natureza tributária, com o apoio dos nossos especialistas tributários, obtenção e discussão das opiniões legais com outros assessores jurídicos, quando aplicável, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronos das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências;
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e julgamentos utilizadas pela Companhia e suas controladas para determinação das provisões, bem como as devidas divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Reapresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e em 1º de janeiro de 2022

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia identificou e procedeu a ajustes nos valores correspondentes referentes a 31 de dezembro de 2022 e 1º de janeiro de 2022, os quais foram originalmente base de abstenção de opinião conforme nosso relatório emitido em 14 de novembro de 2023 sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, findas em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Não fomos contratados para reemissão do relatório de auditoria sobre tais valores correspondentes, entretanto, os assuntos abaixo descritos, que foram base de abstenção de opinião, foram resolvidos e não produzem efeitos em relação as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

- Os reflexos na continuidade operacional da Companhia e de suas controladas em decorrência da recuperação judicial em que até a data de conclusão de nossos trabalhos à época, não havia ocorrido a homologação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo”), fato que ocorreu em 27 de fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como o *chapter 15*, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) teve reconhecimento. Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 1 e 35 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia vem divulgando as suas ações previstas no Plano até a presente data;
- O fato de a Administração ter preparado um teste de valor recuperável de ativos que não atendeu plenamente o Pronunciamento Técnico CPC 01 R1 / IAS 36 - Redução ao Valor de Recuperação de Ativos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em razão da impraticabilidade de uso de premissas que não considerassem as inconsistências contábeis mencionadas na Nota Explicativa nº 1, às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Em detrimento a homologação do Plano e possuir informações econômicas, financeiras e estudos atualizados, reuniu condições de poder apresentar uma avaliação de valor recuperável de ativos em 2023;
- Conforme Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, desde 11 de janeiro de 2023 e em datas posteriores, a Companhia divulgou fatos relevantes comunicando que tinham sido detectadas inconsistências em lançamentos contábeis em relação à Verba de Propaganda Cooperada (VPC), ausência de registro contábil de juros sobre operações financeiras e contratação de operações de financiamento de compras (risco sacado, *forfait* ou *confirming*), representando impacto nos resultados da Companhia ao longo do tempo e redução de dívida financeira bruta, incluindo o exercício de 2022. O Conselho de Administração decidiu criar um Comitê Independente para apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências contábeis (“Comitê Independente”), que até a conclusão dos trabalhos de 2022, a investigação independente não havia sido concluída, bem como, demais aspectos relacionados a governança. A investigação independente foi concluída e o seu relatório entregue ao Conselho de Administração em 16 de julho de 2024;
- Os trabalhos de auditoria da controlada indireta AME Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. (“AME Digital”) ainda não haviam sido concluídos em sua totalidade, de forma que não nos foi possível reunir evidências de auditoria apropriadas e suficientes, em relação a potenciais impactos que poderiam ser gerados sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com a conclusão desses trabalhos, as distorções significativas foram reconhecidas nas cifras comparativas de 2022;
- Os estoques e seus reflexos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em vista da contratação subsequente dos auditores independentes, cujos procedimentos alternativos de auditoria foram concluídos satisfatoriamente após a emissão do relatório de auditoria de 2022;

- O fato de que não nos foram apresentadas composições e análises suficientes, nem documentações e bases de dados que nos permitissem validar as suas extrações sistêmicas, reunir evidências de auditoria apropriadas e suficientes e verificar se as suas divulgações em notas explicativas estão adequadamente apresentadas pela Companhia e suas controladas, sobre os saldos das rubricas: Fornecedores (em 31 de dezembro de 2021, na Companhia: R\$ 11.067.769 mil e no consolidado: R\$ 10.970.297 mil), Adiantamentos recebidos de clientes (em 31 de dezembro de 2021, na Companhia: R\$ 132.252 mil e no consolidado: R\$ 720.087 mil), Outros Passivos Circulantes (em 31 de dezembro de 2021, na Companhia: R\$ 899.006 mil e no consolidado: R\$ 1.157.985 mil) e Outros Passivos Não Circulantes (em 31 de dezembro de 2021, na Companhia: R\$ 153.515 mil e no consolidado: R\$ 157.573 mil), em que foram ressaltados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas comparativas, sem impactos subsequentes conhecidos até a presente data;
- Diante da ausência de confirmação de saldos, transações e informações com terceiros, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes, inclusive por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, nem formar uma opinião quanto aos possíveis efeitos dessas limitações e seus impactos sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em decorrência de não obtermos a totalidade das respostas de circularização de instituições financeiras relacionadas à Companhia (duas solicitações não respondidas), e as respostas de circularização não obtidas em relação às controladas: ST importações Ltda. - Em recuperação judicial (uma solicitação não respondida), ST Global Sourcing HK Limited (uma solicitação não respondida), QSM Distribuição e Logística Ltda. (uma solicitação não respondida), IF Capital Ltda. (uma solicitação não respondida), Direct Express Logística Integrada S.A. (uma solicitação não respondida), Digital Finance Ltda. (uma solicitação não respondida), Click Rodo Entregas Ltda. (uma solicitação não respondida), BWU Entretenimento Ltda. (duas solicitações não respondidas), BIT Services Ltda. (uma solicitação não respondida) e B2W Rental Ltda. (uma solicitação não respondida), cujos procedimentos de eventos subsequentes até a presente data, não apresentou distorções significativas em relação aos saldos e transações decorrentes desse tema;
- A insuficiência de informações essenciais e suporte documental na preparação dos laudos de alocação de preço de compra para fins de determinação do ágio com expectativa de rentabilidade futura que são requeridos pelo Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinações de negócios, em relação às (i) aquisições realizadas em 2021 referentes ao negócio “HNT” e ao controle do Grupo Uni.Co S.A., por meio da controlada IF Capital Ltda.; e (ii) aquisições relevantes ocorridas anteriormente a 2021, que em 2022 foram considerados na avaliação de recuperabilidade;
- O fato de que não foram obtidas evidências de auditoria suficientes em relação às informações contábeis dos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2022 do Grupo Uni.Co S.A., tendo em vista que os trabalhos de auditoria referentes a essa sociedade e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, os quais emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com data de 04 de abril de 2022, sem ressalvas, mas, até o momento de emissão do nosso relatório, não tivemos acesso a essa documentação de auditoria, que em 2022 foram considerados na avaliação de recuperabilidade;
- O fato de não ter sido possível reunir evidências em relação à reestruturação das Lojas Americanas S.A. em 2021, sem impactos subsequentes, conhecidos até a presente data.

Demonstrações do Valor Adicionado individuais e consolidadas - informação suplementar

As demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5 - S - RJ

americanas sa

Relatório da Administração 2023



Mensagem da administração

Em 2023, a Americanas enfrentou o momento mais difícil de sua trajetória: a descoberta da fraude de resultados e o início do processo de recuperação judicial. Para evoluirmos na readequação da estrutura de capital da Companhia e, em paralelo, mantermos o foco do time no negócio, dividimos as ações de reestruturação em três blocos: investigações, recuperação judicial e operações.

Na frente de investigações, foram apresentadas ao Conselho de Administração as conclusões dos trabalhos conduzidos pelo Comitê Independente, o que confirmou a existência de fraude contábil e ratificou os mecanismos utilizados e envolvidos, apontados anteriormente nas investigações conduzidas pela Polícia Federal e o Ministério Público Federal. A conclusão das investigações também permitiu que os auditores independentes da Companhia emitissem opinião sobre as demonstrações financeiras referentes ao desempenho operacional em 2023 e relatório de revisão sobre as informações trimestrais de março e junho de 2024.

Em paralelo, aprovamos o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) e cumprimos com todas as etapas previstas até este momento, incluindo a homologação do aumento de capital de cerca de R\$ 24,5 bilhões, que contou com o aporte em dinheiro de R\$ 12,3 bilhões de nossos acionistas de referência. Realizamos o pagamento da maior parte dos créditos restantes, incluindo fornecedores, e fizemos a reestruturação de nossa dívida. Após este reperfilamento, passamos a ter uma das menores dívidas entre as empresas do varejo brasileiro de grande porte.

Na frente de operações, o canal físico, nossa fortaleza, já retomou crescimento em 2024 concomitante à melhora da margem bruta. A fase crítica foi superada, com a adoção de ajustes de curto e médio prazos, mas ainda há muito trabalho a fazer, como a adequação de diferentes sortimentos às demandas dos clientes. Além disso, seguimos também com o redimensionamento dos esforços do digital e com a otimização da Hortifruti Natural da Terra. No primeiro semestre de 2024, o cenário desafiador para o varejo demandou uma operação ainda mais fortalecida. E o resultado se refletiu em uma Páscoa bem executada, com lojas abastecidas e organizadas, precificação correta, milhões de produtos à disposição dos clientes e uma meta de vendas superada.

Nove meses após a apresentação do planejamento estratégico, podemos dizer que estamos no caminho certo, mas ainda queremos ganhar mais velocidade na execução. A partir do mapa de ações estratégicas e da imersão na operação, identificamos ajustes fundamentais para o ganho de eficiência operacional que projetamos. Esse diagnóstico, somado ao contexto econômico desafiador, demandou a correção de rotas e mudanças na organização. A recente contratação de três novos executivos vai nessa direção, com foco no desenvolvimento do capital humano e no aprimoramento do modelo de gestão; na organização da oferta de serviços para clientes e parceiros e do programa de fidelidade; e na otimização da operação e aceleração dos resultados da Hortifruti Natural da Terra. Outro exemplo é a estrutura das áreas



comercial e de abastecimento, que passou a ser dividida em quatro unidades de negócio *end-to-end*, com times multidisciplinares que agrupam categorias e olham o processo de compra de ponta a ponta para maior agilidade e foco. Também aprimoramos a estratégia de precificação e a revisamos a modulação de lojas, concluída em junho e aplicada a partir de julho, por meio de variáveis inteligentes como demografia e renda.

Além do foco em eficiência, temos testado conceitos e processos para melhoria da performance e do atendimento em praças em que temos mais presença, como a aproximação de categorias que conversam entre si, no espaço de vendas, e a flexibilidade no formato para a exposição de promoções e produtos. Expandimos o uso de painéis digitais na jornada do cliente, o que destrava ganhos da frente de *retail media*, ampliamos o calendário comercial e a participação de nossos fornecedores no negócio. No e-commerce, buscamos o fortalecimento da relação com grandes parceiros no marketplace para complementar a jornada de consumo.

Todo esse trabalho amplia a nossa caminhada em direção ao objetivo de ser uma Americanas mais leve, com foco na geração de caixa operacional e a aceleração do crescimento, o segundo e terceiro grandes blocos da nossa estratégia de recuperação.

A trajetória é desafiadora e a Americanas, mais uma vez, demonstra sua resiliência, reflexo da confiança dos nossos milhões de clientes e da crença de um time empenhado na transformação em curso para recolocar a Companhia como uma liderança do setor. Seguiremos comprometidos com a reconstrução da Americanas, amada pelos brasileiros há exatos 95 anos, e com o propósito de atender e resolver de forma simples e descomplicada a vida dos consumidores.

Resumo Financeiro

Os últimos 18 meses foram marcados por grandes desafios: a revelação de inconsistências contábeis, que posteriormente foram identificadas como uma complexa fraude de resultados, a Recuperação Judicial e a necessidade de reconstrução da Americanas. Esses eventos impactaram o resultado do período, com queda relevante na receita e contabilização de prejuízos recordes.

Na primeira metade do ano de 2023, o foco foi na manutenção da operação de lojas e do site, bem como no atendimento aos clientes da melhor forma possível. Na segunda metade do ano, já se conseguiu fazer um diagnóstico e a implementação de algumas mudanças emergenciais, o que possibilitou a desaceleração da queda na receita consolidada, principalmente no varejo físico.

A implementação da nova estratégia para reconstrução da Companhia passa por alguns pilares como: (i) seleção mais precisa de sortimento, focada em aumentar a participação de departamentos de maior margem no mix total da Companhia; (ii) revisão completa do processo de compras, incluindo o

fortalecimento das relações com os fornecedores e a melhoria no abastecimento das lojas; (iii) maior inteligência no processo de precificação; (iv) reformulação das modulações das lojas por tamanho, região e renda; e (v) uma avaliação contínua de performance do parque de lojas.

Nas tabelas abaixo, apresentamos os resumos financeiros de 2023 com os respectivos comparativos anuais.

Resumo Financeiro (R\$MM)	Consolidado		
	2023	2022 Reapresentado	Var(%) 23 x 22
GMV	22.794	42.117	-45,9%
GMV Físico	14.068	14.399	-2,3%
GMV Digital	6.026	24.753	-75,7%
GMV Outros	2.699	2.964	-8,9%
Receita Líquida	14.942	25.821	-42,1%
Lucro Bruto	4.356	5.036	-13,5%
Margem Bruta %	29,2%	19,5%	9,6 p.p
SG&A ¹	(5.942)	(7.491)	-20,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais Líq.	(1.218)	(4.045)	-69,9%
EBITDA	(2.804)	(6.500)	-56,9%
Depreciação e amortização	(1.374)	(1.608)	-14,6%
Resultado Financeiro	(2.856)	(5.241)	-45,5%
IR/CSLL	4.762	129	3591,5%
Prejuízo do exercício	(2.272)	(13.220)	-82,8%
Despesas da RJ e investigação	545	-	-
Custos adicionais c/ fornecedores ² /conciliação fiscal	-	3.235	-100,0%
Impairment/ baixa de ativo	102	-	-
Revisão de estimativa de Contingências	(254)	-	-
Haircut dos Fornecedores	-	-	-
Impacto com Programa de Autoregularização	-	-	-
Haircut stock option	-	-	-
EBITDA Ajustado	(2.411)	(3.265)	-26,2%
Pagamento de arrendamento	(1.078)	(1.183)	-8,9%
EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)	(3.489)	(4.448)	-21,6%

¹ Sem efeito de depreciação e amortização

² Ajuste pro-forma - não revisado, alocação de custos lançados no 4T22

GMV

Em 2023, o GMV Total da Americanas foi de R\$ 22,8 bilhões, registrando uma queda de 45,9% em relação a 2022, devido, principalmente à redução de 75,7% nas vendas da plataforma digital. Esse desempenho negativo no digital é atribuído à estratégia da Companhia de diminuir o volume de vendas do 1P (vendas próprias) e migrar categorias relevantes para o 3P (marketplace), com o objetivo de melhorar a rentabilidade da operação. A plataforma física demonstrou sua força, alcançando R\$ 14,1 bilhões em 2023, e respondeu por mais de 60% do GMV Total da Companhia, com uma leve retração de 2,3% em comparação com 2022. A performance do varejo físico melhorou sequencialmente a partir do 2T23, quando a Americanas reestabeleceu o relacionamento com boa parte dos fornecedores, estabilizando o abastecimento, e iniciou mudanças na gestão de categorias, possibilitando uma oferta mais adequada de sortimento nas lojas.

Vendas Mesmas Lojas (SSS)

Em 2023, as vendas brutas no conceito “mesmas lojas” cresceram 1,0%, resultado de uma melhora sequencial de desempenho ao longo do ano, principalmente durante o segundo semestre. O último trimestre concentra três importantes eventos para o varejo em geral e para a Americanas: Dia das Crianças, Black Friday e Natal. Por conta da Recuperação Judicial, chegamos nesse período com o fornecimento ainda não normalizado de itens de grande relevância. Mesmo com esse desafio, alcançamos um crescimento no conceito “mesmas lojas” de 2,1% no último trimestre de 2023.

Outro fator que também contribuiu para a melhora do indicador de vendas “mesmas lojas” foi a otimização do parque de lojas. Abaixo, apresentamos o número de lojas em 2023.

Quadro de lojas				
Formatos	2022		2023	
	# lojas	Área de vendas (mil m2)	# lojas	Área de vendas (mil m2)
Convencional	1.023	988	991	923
Express	780	284	687	258
Local*	-	-	53	6
Total	1.803	1.273	1.731	1.188

(*) As lojas do formato Local foram reincorporadas à gestão da Americanas em dezembro de 2023, após o desfazimento da VEM.

No ano de 2023, encerramos as operações de 125 unidades que estavam sob a gestão da Americanas e que não atendiam aos critérios de rentabilidade da Companhia, o que resultou em uma redução de 91,4 mil metros quadrados de área de vendas. Os encerramentos tiveram uma maior concentração no Sudeste, onde o grupo possui maior presença.

Com o desfazimento da VEM, as lojas Local retornaram à gestão da Americanas em dezembro de 2023.

Receita Líquida

Receita Líquida por segmento (R\$ MM)			
Segmentos	2023	2022 Reapresentado	Var(%) 23 x 22
Varejo (físico + digital)	13.365	25.318	-47,2%
HNT	1.849	2.012	-8,1%
AME	283	1.296	-78,2%
Uni.co	239	259	-7,7%
Eliminações / Aj.Consolidação	(794)	(3.064)	-74,1%
Total	14.942	25.821	-42,1%

Em 2023, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 14,9 bilhões, queda de 42,1% em relação a 2022.



O desempenho consolidado de 2023 se deve, principalmente, à queda de 47,2% vs. 2022 no segmento do varejo (Americanas físico + digital), com redução do digital de aproximadamente 80%. O físico, mais resiliente, caiu cerca de 17%, impactado por problemas de abastecimento ocorridos logo após o pedido de recuperação judicial.

Lucro Bruto

Em 2023, o lucro bruto caiu 13,5% vs. 2022, alcançando R\$ 4,4 bilhões. Já a margem bruta representou 29,2% da receita líquida, um avanço de 9,6 p.p..

Esse desempenho positivo é consequência das iniciativas estratégicas já descritas, entre as quais: ajustes no mix de lojas físicas, com oferta de produtos com maior potencial de margem, estratégia de pricing mais adequada e início do projeto de modulação de lojas, apresentando resultados robustos na Páscoa. No varejo digital, a contribuição veio da redução de tamanho do 1P e foco no 3P, além da maior racionalidade de precificação.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (“SG&A”)

As despesas com SG&A, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 5,9 bilhões em 2023, uma redução de 20,8% em relação ao ano anterior, consequência principalmente do fechamento de 125 lojas no ano e redução de despesas de marketing no digital. O percentual do SG&A sobre receita líquida foi de 39,8% em 2023 vs. 29,1% em 2022, devido à velocidade de redução de despesas ser mais lenta do que a de queda de receita apresentada no período, principalmente no digital. A primeira metade do ano de 2023, período de diagnóstico e início da nova estratégia de redução das estruturas, apresentou um SG&A de 42,0% da receita líquida. Como resultado dos esforços realizados no 6M23, o SG&A do segundo semestre do ano já apontou uma melhora, atingindo 36,2% da receita líquida.

Outras Receitas/Despesas Operacionais

Em 2023, a linha de outras receitas/despesas operacionais totalizou um saldo negativo de R\$ 1,2 bilhão. A principal despesa contabilizada está relacionada aos custos dos processos de Recuperação Judicial e Investigações de R\$ 545 milhões. Além disso, no período foi registrada uma reversão de R\$ 661 milhões de *impairment* e uma baixa de ativos de direito de uso de *software* no valor de R\$ 763 milhões. Esta baixa ocorreu em razão da aceleração de amortização de custos com desenvolvimento de sistemas, em decorrência da mudança de estratégia da Companhia no que tange ao desenvolvimento de softwares que resultou na descontinuidade de sistemas que estavam em elaboração e operação. Dessa forma, o resultado operacional da Companhia foi impactado negativamente pelo efeito líquido de R\$ 102 milhões.

Ainda, em 2023 a Companhia revisou as estimativas das provisões de contingências considerando situações anteriores a janeiro de 2023 que, se perdidas, serão liquidadas com base nos critérios estabelecidos no PRJ e não mais pelos seus valores originais. Como resultado, os processos de natureza cível e imobiliária tiveram uma redução de cerca 80% no saldo provisionado e reconhecemos R\$254 milhões de outras receitas operacionais.

Reconciliação - EBITDA

O EBITDA Ajustado apresentado abaixo exclui despesas relativas à recuperação judicial e investigação, *impairment*, baixas de ativos e revisão de estimativas de contingências por conta do desconto (haircut) previsto no PRJ. O detalhamento de cada ajuste ao EBITDA abaixo está detalhado em outras/receitas despesas operacionais. O EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16) exclui, do EBITDA Ajustado, os efeitos do IFRS 16 referentes a aluguéis.

O EBITDA ajustado ex-IFRS 16 em 2023, apesar de ainda negativo de R\$3,5 bilhões, melhorou em quase R\$1 bilhão comparado com 2022.

Conciliação EBITDA R\$ MM	Consolidado		
	2023	2022 Reapresentado	Var(%) 23 x 22
Prejuízo do exercício	(2.272)	(13.220)	-82,8%
Impostos	4.762	129	3591,5%
Depreciação e amortização	(1.374)	(1.608)	-14,6%
Resultado Financeiro	(2.856)	(5.241)	-45,5%
EBITDA	(2.804)	(6.500)	-56,9%
Despesas da RJ e investigação	545	-	-
Custos adicionais c/ fornecedores ¹ /conciliação fiscal	-	3.235	-100,0%
Impairment/ baixa de ativo	102	-	-
Revisão de estimativas de Contingências	(254)	-	-
Haircut dos Fornecedores	-	-	-
Impacto com Programa de Autoregularização	-	-	-
Haircut stock options	-	-	-
EBITDA Ajustado	(2.411)	(3.265)	-26,2%
Pagamento de arrendamento	(1.078)	(1.183)	-8,9%
EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)	(3.489)	(4.448)	-21,6%

¹ Ajuste pro-forma - não revisado, alocação de custos lançados no 4T22

Resultado Financeiro

Em 2023, o resultado financeiro consolidado registrou um saldo negativo de R\$ 2,9 bilhões, o que representa uma melhora de R\$ 2,4 bilhões em comparação ao ano anterior. Esta evolução deve-se, principalmente, à redução dos encargos financeiros relacionados a risco sacado, que deixaram de ser contabilizados devido ao término das contratações dessa operação financeira.

É importante destacar que, apesar da Recuperação Judicial, a Companhia registrou em 2023 elevados níveis de despesas financeiras provenientes das dívidas existentes pré Recuperação Judicial.

Essa contabilização ocorre até o momento da novação das dívidas da Americanas no âmbito do Processo de Recuperação Judicial.

Abertura Resultado Financeiro Consolidado - R\$ MM	Consolidado		
	2023	2022 Reapresentado	Var(R\$) 23 x 22
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	1.263	587	676
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária	22	60	(38)
Outras receitas financeiras	99	147	(48)
Total receita financeira	1.384	794	590
Juros e variação monetária dos financiamentos	(3.361)	(2.808)	(553)
Encargos financeiros risco sacado	-	(2.004)	2.004
Outras despesas financeiras	(245)	(520)	275
Despesa financeira s/arrendamento	(3.606)	(5.332)	1.726
Encargo de arrendamento	(634)	(703)	69
Resultado financeiro	(2.856)	(5.241)	2.385

Prejuízo do exercício

O prejuízo em 2023 foi de R\$ 2,3 bilhões, o que representa uma redução de 82,8% em relação a 2022. O resultado de 2023 foi negativamente marcado pelo impacto operacional da crise e redução de receitas, incluindo os custos adicionais da Investigação e Recuperação Judicial e parcialmente compensados por impactos tributários. A homologação do PRJ e sua execução abre caminho a perspectiva da Companhia gerar lucro tributável em 2024 o que possibilitou o reconhecimento de impostos diferidos no valor de R\$ 4,8 bilhões no 4T23.

Balanço Patrimonial – Principais Indicadores

Endividamento

Endividamento Consolidado - R\$ MM	Consolidado		
	2023	2022 Reapresentado	Var(%) 23 x 22
Risco Sacado - Curto Prazo	15.908	15.910	0,0%
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	15.889	17.386	-8,6%
Debêntures de Curto Prazo	7.634	5.363	42,3%
Cash Flow Hedge Account	-	(1.328)	-
Endividamento de Curto Prazo	39.431	37.331	5,6%
Endividamento Bruto (1)	39.431	37.331	5,6%
Disponibilidades	4.003	6.075	-34,1%
Contas a Receber de Cartão de Crédito	1.972	3.563	-44,7%
Disponibilidades Totais (2)	5.975	9.638	-38,0%
Caixa (Dívida) Líquida (2) - (1)	(33.456)	(27.693)	20,8%

Em 2023, em virtude da Recuperação Judicial, houve apenas a captação do financiamento extraconcursal na modalidade “debtor-in-possession” (Financiamento DIP) pelos acionistas de referência. A



primeira tranche, no valor de R\$ 1 bilhão, foi obtida no primeiro trimestre, seguida por uma tranche adicional de aproximadamente R\$ 500 milhões no quarto trimestre.

Patrimônio Líquido

No fim de 2023, a Companhia apresentou um patrimônio líquido negativo de R\$ 28,8 bilhões, uma deterioração de R\$ 2,1 bilhões em relação ao fim de 2022, principalmente devido ao resultado do ano.

Relacionamento com os Auditores Independentes:

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, a Companhia informa que os auditores independentes BDO RCS, prestaram serviços de auditoria externa do exercício de 2023 (e reapresentação das informações comparativas de 2022). A política da Companhia na contratação de serviços, que não auditoria externa, de auditores independentes garante que não haja conflito de interesses e que os serviços contratados não comprometam a independência dos seus auditores. Assim, a companhia busca que seus auditores prestem serviço de forma objetiva e emitam uma opinião imparcial acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia.

la



Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023



ATIVO	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.681	2.413	2.379	1.758	2.479	2.628
Títulos e valores mobiliários	8	1.608	2.082	3.254	2.245	3.596	4.224
Contas a receber de clientes	9	2.371	5.010	6.502	2.380	5.413	7.005
Contas a receber - Partes relacionadas	13	277	39	28	-	-	-
Estoques	10	1.969	3.611	4.931	2.028	3.700	5.304
Impostos a recuperar	11	900	1.330	973	1.149	1.476	1.112
Imposto de renda e contribuição social	12	435	185	-	467	204	-
Despesas antecipadas		71	41	32	78	64	86
Outros ativos circulantes		568	5	287	622	46	409
Total do ativo circulante		9.880	14.716	18.386	10.727	16.978	20.768
NÃO CIRCULANTE							
Títulos e valores mobiliários	8	-	178	90	-	44	73
Impostos a recuperar	11	3.048	3.387	4.063	3.048	3.389	4.078
Imposto de renda e contribuição social	12	208	405	-	208	405	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	4.809	-	-	4.821	-	-
Depósitos judiciais	24	623	525	318	630	550	348
Contas a receber - Partes relacionadas	13	-	16	2	-	14	-
Outros ativos não circulantes		6	17	25	7	18	35
Investimentos	14	2.371	1.943	3.896	29	612	8
Imobilizado	15	2.314	2.921	2.225	2.381	2.976	2.671
Ativo de direito de uso	17	4.037	5.301	4.890	4.085	5.359	5.840
Intangível	16	890	1.214	-	1.179	1.527	3.403
Total do ativo não circulante		18.306	15.907	15.509	16.388	14.894	16.456
TOTAL DO ATIVO		28.186	30.623	33.895	27.115	31.872	37.224

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado	01/01/2022 Reapresentado	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado	01/01/2022 Reapresentado
CIRCULANTE							
Fornecedores	18	5.756	6.538	11.068	5.866	6.748	10.970
Risco sacado	19	15.908	15.910	14.171	15.908	15.910	14.171
Empréstimos e financiamentos	20	8.816	9.366	4.821	15.889	17.386	11.571
Debêntures	21	15.005	11.658	7.869	7.634	5.363	2.149
Contas a pagar - Partes relacionadas	13	1.153	1.514	168	-	16	12
Salários, provisões e contribuições sociais		246	223	183	307	296	306
Contas a pagar - Combinação de negócios	22	137	10	-	147	17	42
Tributos a recolher	23	1.328	1.147	579	1.355	1.180	638
Imposto de renda e contribuição social	12	-	-	-	16	6	8
Dividendos e participações propostos		-	-	508	-	-	508
Provisão para processos judiciais e contingências	24	57	191	64	57	194	125
Adiantamento recebido de clientes		34	92	132	303	1.042	720
Passivo de arrendamento	17	445	491	382	452	507	635
Outros passivos circulantes		1.219	1.360	366	1.341	1.516	389
Total do passivo circulante		50.104	48.500	40.311	49.275	50.181	42.244
NÃO CIRCULANTE							
Contas a pagar combinações de negócios	22	-	135	15	-	285	351
Tributos a recolher	23	3	-	-	3	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	-	52	-	-
Provisão para processos judiciais e contingências	24	1.519	1.591	461	1.614	1.780	767
Passivo de arrendamento	17	4.470	5.577	5.063	4.514	5.621	5.851
Provisão para perdas em investimentos	14	435	834	38	-	-	-
Plano de assistência médica	33	120	110	112	120	110	112
Outros passivos não circulantes		385	546	226	387	565	230
Total do passivo não circulante		6.932	8.793	5.915	6.690	8.361	7.311
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	25	15.430	15.430	14.883	15.430	15.430	14.883
Ações em tesouraria		-	-	(228)	-	-	(228)
Adiantamento para futuro aumento de capital		1	1	-	1	1	-
Reservas de capital		115	147	262	115	147	262
Reserva de lucro		-	-	1.213	-	-	1.213
Outros resultados abrangentes		(1.260)	(1.384)	(347)	(1.260)	(1.384)	(347)
Prejuízos acumulados		(43.136)	(40.864)	(28.114)	(43.136)	(40.864)	(28.114)
Total do patrimônio líquido		(28.850)	(26.670)	(12.331)	(28.850)	(26.670)	(12.331)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO		28.186	30.623	33.895	27.115	31.872	37.224

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Reapresentado		Reapresentado
Receita operacional líquida	14.160	23.665	14.942	25.821
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(10.154)	(19.249)	(10.586)	(20.785)
Lucro bruto	4.006	4.416	4.356	5.036
Receitas (Despesas) operacionais				
Vendas	(3.849)	(5.209)	(4.134)	(4.918)
Gerais e administrativas	(2.807)	(2.801)	(3.180)	(4.188)
Resultado de equivalência patrimonial	714	(627)	(2)	7
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.197)	(3.636)	(1.218)	(4.045)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(3.133)	(7.857)	(4.178)	(8.108)
Receitas financeiras	504	574	1.384	794
Despesas financeiras	(4.458)	(5.823)	(4.240)	(6.035)
Resultado financeiro	(3.954)	(5.249)	(2.856)	(5.241)
Prejuízo antes do Imposto de renda e da contribuição social	(7.087)	(13.106)	(7.034)	(13.349)
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	-	(59)	(32)	(101)
Diferidos	4.815	(55)	4.794	230
Prejuízo do exercício	(2.272)	(13.220)	(2.272)	(13.220)
Prejuízo por ação (básico e diluído) – em R\$	(2,5161)	(14,6401)	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Reapresentado		Reapresentado
Prejuízo do exercício	(2.272)	(13.220)	(2.272)	(13.220)
Outros resultados abrangentes				
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	188	(1.052)	188	(1.052)
Efeitos tributários decorrentes do <i>hedge</i>	(64)	357	(64)	357
Efeitos tributários decorrentes de ajustes do acervo incorporado	-	485	-	485
Ganhos/Perdas atuariais - assistências médicas	2	14	2	14
Variação cambial de investida no exterior	(2)	(2)	(2)	(2)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	3	-	3
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício subsequentemente	124	(195)	124	(195)
Total do resultado abrangente do exercício	(2.148)	(13.415)	(2.148)	(13.415)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Reservas de Capital				Reservas de lucros		Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	
	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Plano de subscrição de ações	Reserva especial de ágio na incorporação	Legal	Para novos empreendimentos				Ações em tesouraria
Saldos em 31 de dezembro de 2021	14.883	-	118	144	136	1.077	(228)	(347)	(28.404)	(12.621)
Ajustes de exercícios anteriores – nota 2	-	-	-	-	-	-	-	-	290	290
Saldos em 1º de janeiro de 2022 - Reapresentados	14.883	-	118	144	136	1.077	(228)	(347)	(28.114)	(12.331)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	(1.052)	-	(1.052)
Aumento de capital - Plano de ações - nota 25	50	-	-	-	-	-	-	-	-	50
Aumento de capital por subscrição de ações - nota 25	468	-	-	-	-	-	-	-	-	468
Aumento de capital por incorporação de reservas - nota 25	29	-	(29)	-	-	-	-	-	-	-
Plano de opção de ações	-	-	58	-	-	-	-	-	-	58
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	-	(589)	-	-	(589)
Ações em tesouraria canceladas	-	-	-	-	-	(817)	817	-	-	-
Variação cambial de investida no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Ganhos/Perdas atuariais - assistências médicas	-	-	-	-	-	-	-	14	-	14
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.220)	(13.220)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	(144)	(136)	(260)	-	-	540	-
Ajustes acervo incorporado	-	-	-	-	-	-	-	-	(70)	(70)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - Reapresentados	15.430	1	147	-	-	-	-	(1.384)	(40.864)	(26.670)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	124	-	124
Plano de opção de ações	-	-	(32)	-	-	-	-	-	-	(32)
Variação cambial de investida no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Ganhos/Perdas atuariais - assistências médicas	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.272)	(2.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.430	1	115	-	-	-	-	(1.260)	(43.136)	(28.850)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
		Reapresentado		Reapresentado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(2.272)	(13.220)	(2.272)	(13.220)
Ajustes ao prejuízo do exercício					
Depreciação e amortização		1.291	1.468	1.374	1.608
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	(4.815)	114	(4.762)	(129)
Juros, variações monetárias e cambiais e custo de transação		4.353	2.723	3.354	2.828
Equivalência patrimonial	14	(714)	627	2	(7)
Ajuste ao valor justo - Combinação de negócios		-	(170)	-	(170)
Constituição de provisão para processos judiciais e contingências	24	276	1.388	418	1.437
Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	24	(369)	(283)	(603)	(507)
Provisão (reversão) para <i>impairment</i>	29	(629)	2.363	(518)	2.363
Outros		785	(189)	619	464
		(2.094)	(5.179)	(2.388)	(5.333)
Redução (aumento) nos ativos operacionais					
Contas a receber		2.646	1.499	3.054	1.493
Estoques		2.005	2.160	2.035	2.444
Impostos a recuperar		722	(270)	543	(257)
Despesas antecipadas		(30)	(9)	(14)	22
Depósitos judiciais		(98)	(207)	(80)	(204)
Outras contas a receber (circulante e não circulante)		(550)	295	(565)	552
		4.695	3.468	4.973	4.050
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		(782)	(4.654)	(882)	(4.388)
Salários, encargos e contribuições sociais		23	39	11	(10)
Tributos a recolher (circulante e não circulante)		184	569	178	547
Pagamento de contingências	24	(113)	(72)	(118)	(74)
Outras obrigações (circulante e não circulante)		(358)	589	(1.237)	1.414
Contas a receber/pagar com partes relacionadas		(583)	1.322	(2)	(9)
		(1.629)	(2.207)	(2.050)	(2.520)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(134)	(1.496)	(146)	(1.559)
Juros pagos sobre arrendamentos	17	(630)	(663)	(634)	(703)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	(10)
		208	(6.077)	(245)	(6.075)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários	8	652	1.083	1.395	658
Aquisição de imobilizado	15	(314)	(570)	(329)	(647)
Aquisição de intangível	16	(10)	(1.519)	(85)	(2.133)
Aumento de capital em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	(514)	(730)	-	(22)
Ajuste de preço na combinação de negócios		-	109	-	-
Aquisições de participações societárias	14	-	(51)	-	(51)
Dividendos recebidos	14	-	45	-	1
Caixa líquido incorporado		-	85	-	-
		(186)	(1.548)	981	(2.194)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures		1.503	8.339	1.803	8.951
Liquidações de empréstimos e financiamentos e debêntures		(1.823)	(1.339)	(2.814)	(1.512)
Risco Sacado		(2)	1.739	(2)	1.739
Pagamentos de passivo de arrendamento	17	(432)	(503)	(444)	(481)
Aumento de capital em dinheiro		-	344	-	344
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1	-	1
Aquisição de ações em tesouraria		-	(589)	-	(589)
Dividendos e participações pagos		-	(333)	-	(333)
		(754)	7.659	(1.457)	8.120
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa					
		(732)	34	(721)	(149)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	7	2.413	2.379	2.479	2.628
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	7	1.681	2.413	1.758	2.479
		(732)	34	(721)	(149)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Reapresentado		Reapresentado
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	16.349	28.498	17.283	30.849
Outras receitas	(1.610)	(1.759)	(1.474)	(1.229)
Perdas (reversão) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(467)	(187)	(566)	(242)
	14.272	26.552	15.243	29.378
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(11.444)	(22.545)	(11.837)	(23.624)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.837)	(4.157)	(3.000)	(5.649)
	(14.281)	(26.702)	(14.837)	(29.273)
Valor adicionado bruto	(9)	(150)	406	105
Perda e recuperação de valores ativos	629	(2.363)	518	(2.363)
Depreciação e amortização	(1.291)	(1.468)	(1.374)	(1.608)
Valor adicionado líquido produzido	(671)	(3.981)	(450)	(3.866)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	714	(627)	(2)	7
Receitas financeiras	504	574	1.384	794
Valor adicionado total a distribuir	547	(4.034)	932	(3.065)
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	1.526	1.206	1.855	1.784
Benefícios	224	266	265	332
FGTS	117	90	151	137
	1.867	1.562	2.271	2.253
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(4.870)	176	(4.742)	44
Estaduais	1.069	1.238	1.091	1.323
Municipais	104	120	122	170
	(3.697)	1.534	(3.529)	1.537
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	4.458	5.823	4.240	6.035
Aluguéis	152	250	181	274
Outras	39	17	41	56
	4.649	6.090	4.462	6.365
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício	(2.272)	(13.220)	(2.272)	(13.220)
	(2.272)	(13.220)	(2.272)	(13.220)
Valor total adicionado distribuído	547	(4.034)	932	(3.065)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Do exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial ("Americanas" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código AMER3, com sede localizada na Rua Sacadura Cabral, 102, Saúde, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.081-902.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo" ou "Grupo Americanas") combinam plataformas digital, física (com as Lojas Americanas, *Express*, *Ame Go* e Hortifruti Natural da Terra ("HNT")), franquias (Imaginarium e *Puket*) ("Uni.Co"), *fulfillment*, *fintech* (Ame Digital e Parati) e publicidade (*ads*).

A Americanas possui atividade há mais de 95 anos, com presença em aproximadamente 850 cidades dos 27 estados do território brasileiro. A Companhia conta com mais de 1.700 lojas próprias e *e-commerce*, com milhões de clientes ativos. Para sua operação, a Companhia conta com uma plataforma logística com nove centros de distribuição que permitem a realização de uma estratégia de vendas multicanal e eficiente, contando com mais de 30.000 colaboradores por trás de toda a operação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 2.272, possui prejuízo acumulado de R\$ 43.136, passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes individuais e consolidados de R\$ 40.224 e R\$ 38.548, respectivamente, geração de caixa operacional individual de R\$ 208 e aplicação de caixa operacional consolidado de R\$ 245, impactados pelas operações de risco sacado e demais eventos mencionados no Fato Relevante de 13 de junho de 2023 e de seus resultados operacionais em períodos anteriores.

O plano para equalização da situação econômica e financeira da Companhia está aprovado no Plano de Recuperação Judicial. Além disto, a Administração possui um plano estratégico focado na rentabilidade, nova estratégia de crescimento sustentável, amplitude no sortimento de produtos com aumento de GMV e margem, foco na potencialização das sinergias entre físico e digital, eficiência na operação e otimização de custos e foco na reestruturação dos negócios da Ame.

Plano de Recuperação Judicial

Em razão do cenário enfrentado pela Companhia ocasionado pelos fatos narrados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a Americanas e algumas de suas subsidiárias, nomeadamente JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, e B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial ("Recuperandas" ou "Grupo Americanas"), ajuizaram, em 12 de janeiro de 2023, tutela de urgência cautelar em caráter antecedente ao pedido de recuperação judicial, com fundamento nos art. 189 e 6º, § 12, da Lei nº 11.101/2005, a qual foi distribuída perante a 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (o "Juízo da Recuperação Judicial"). A tutela de urgência requerida foi deferida em 13 de janeiro de 2023 a fim de antecipar os principais efeitos do processamento da recuperação judicial e, dentre outras medidas, suspender os efeitos das cláusulas de vencimento antecipado dos contratos celebrados com diversas instituições financeiras e determinar a restituição de valores que, eventualmente, já tivessem sido objeto de compensação. Em 19 de janeiro de 2023, o Grupo Americanas apresentou o pedido principal de recuperação judicial ("Recuperação Judicial"), que teve o processamento deferido na mesma data pelo Juízo da Recuperação Judicial, confirmando integralmente a liminar concedida cautelarmente.

A Companhia almeja, com o processo de Recuperação Judicial, preservar a prestação de serviço amplo à população, bem como seu compromisso como geradora de milhares de empregos diretos e indiretos, como fonte produtora e de estímulo à atividade econômica, além de ser uma relevante pagadora de tributos.

Em continuidade, na busca de entendimentos com seus credores e com vistas a um acordo que pudesse equacionar suas dívidas e impulsionar suas atividades, o Conselho de Administração ("Conselho") aprovou a apresentação da primeira versão do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ" ou "Plano"), que foi apresentado nos autos da Recuperação Judicial em 20 de março de 2023, dentro do prazo previsto no art. 53 da Lei nº 11.101/2005.

Em 27 de novembro de 2023, a Americanas protocolou nos autos da Recuperação Judicial uma nova versão do PRJ e, na mesma data, firmou um acordo vinculante de suporte ao PRJ ("PSA") com credores titulares de mais de 35% da dívida da Companhia, excluído os créditos *intercompany*. Além destes, outros credores que participaram das negociações também subscreveram, posteriormente, o PSA e passaram a apoiar o PRJ, aumentando para mais de 50% o percentual de credores com compromisso formal e vinculante de aprovação do PRJ em sede de Assembleia Geral de Credores.



Após extensas negociações entre a Companhia, seus acionistas de referência e seus principais *stakeholders*, inclusive titulares de dívidas no exterior, os credores do Grupo Americanas, reunidos em Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de dezembro de 2023 ("AGC"), aprovaram o PRJ, com ajustes adicionais negociados, conforme versão do Plano apresentada aos autos na mesma data, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005.

Conforme fato relevante divulgado em 19 de dezembro de 2023, a Companhia acredita que o PRJ aprovado atende aos interesses de todas as partes interessadas, de forma equilibrada, e representa um importante passo no processo de reestruturação do Grupo Americanas.

Após a aprovação em AGC, o PRJ foi submetido à apreciação do Juízo da Recuperação Judicial para homologação e concessão da Recuperação Judicial.

Em 26 de fevereiro de 2024, após a manifestação favorável da Administração Judicial e do Ministério Público, o Juízo da Recuperação Judicial homologou, sem ressalvas, o PRJ e concedeu a Recuperação Judicial do Grupo Americanas.

Como consequência da publicação no diário oficial da decisão de homologação do PRJ e concessão da recuperação judicial, ocorrida em 27 de fevereiro de 2024, todos os créditos sujeitos ao procedimento foram novados, ficando os credores concursais vinculados ao PRJ homologado.

O PRJ aprovado, homologado e em andamento prevê:

- (i) a prospecção e adoção de medidas durante a Recuperação Judicial visando à obtenção de novos recursos através de aumentos de capital ("Aumento de Capital Reestruturação"), com objetivo de assegurar os recursos mínimos necessários para a implementação dos termos e condições de reestruturação dos créditos contemplados no Plano, conforme a seguir:
 - a. Valor de R\$ 12 bilhões por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de caráter extraconcursal na modalidade *debtor-in-possession* ("DIP") existentes na data da realização do aumento de capital, dos quais estão no processo de integralização com previsão de conclusão em 26 de agosto de 2024; e
 - b. Valor de até R\$12 bilhões por meio da capitalização de créditos detidos contra a Companhia por parte dos credores, dos quais estão no processo de integralização com previsão de conclusão em 26 de agosto de 2024.

Destaca-se que será assegurado aos atuais acionistas direito de preferência para a subscrição do Aumento de Capital Reestruturação.

- (ii) a reestruturação e equalização do passivo do Grupo Americanas, conforme descrito a seguir:
 - a. Credores Trabalhistas (Classe I) e ME e EPP (Classe IV): na forma do art. 45, §3º, da Lei nº 11.101/2005, o Plano não altera o valor ou as condições originais de pagamento dos créditos dos Credores Trabalhistas e dos Credores ME e EPP que foram quitados em março de 2024 de acordo com os termos e condições originais de pagamento ou em condições diversas aceitas pelo respectivo Credor;
 - b. Credores Quirografários (Classe III):
 - (i) Credores com Créditos Quirografários até R\$ 12 mil: Os Credores Quirografários titulares de Créditos Quirografários em Real no valor de até R\$ 12 mil, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, optaram por ter seus respectivos Créditos Quirografários integralmente pagos pela Americanas, em parcela única, sem deságio e sem correção. Os saldos desses credores foram liquidados em março de 2024;
 - (ii) Credores com Créditos Quirografários acima de R\$ 12 mil: A Americanas está disponibilizando o montante total de aproximadamente R\$ 40 milhões para o pagamento de Credores Quirografários em Real titulares de Créditos Quirografários em montantes acima de R\$ 12 mil que aceitaram receber R\$ 12 mil para a quitação do seu Crédito Quirografário, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano. Os saldos desses credores foram liquidados em março de 2024;

- (iii) Credores Fornecedores: Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil e que não optaram por aderir à opção acima, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, estão sendo pagos em 48 parcelas mensais iguais, após aplicação de deságio de 50% ao valor total dos Créditos Quirografários, onde esses pagamentos foram iniciados em março de 2024, com previsão de conclusão dos pagamentos em 2026;
- (iv) Credores Fornecedores Colaboradores: A Americanas disponibilizou o montante aproximado de R\$ 3,7 bilhões para o pagamento de Credores Fornecedores não financeiros que retornaram, até a data de Aprovação do Plano, o fornecimento regular para o Grupo Americanas de produtos para revenda, conforme aplicável, nos volumes, qualidade, sortimento, prazo de entrega e condições previamente acordados com a Companhia, que preencheram estritamente os requisitos e as condições estabelecidas na Cláusula 6.2.9 do PRJ, observada a ordem de prioridade prevista na Cláusula 6.2.9.3 do Plano. O montante de R\$ 3,7 bilhões está sendo disponibilizado para pagamentos dos Credores Fornecedores Colaboradores efetuados ao longo de março de 2024, além do montante adicional de aproximadamente R\$ 300 milhões, para o pagamento escalonado do saldo em 60 parcelas adicionais. Para os Créditos Quirografários de Credores Fornecedores Colaboradores, referidos valores estão sendo pagos conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil.
- (v) Credores Fornecedores de Tecnologia: A Americanas disponibilizou o montante de R\$ 100 milhões para o pagamento de Credores Fornecedores de Tecnologia que preencham os requisitos previstos na Cláusula 6.2.10 do PRJ. Os Créditos Quirografários de Credores Fornecedores de Tecnologia, referidos valores foram pagos em abril de 2024 conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil.
- (vi) Leilão Reverso: As Recuperandas realizaram uma rodada de pagamento antecipado àqueles Credores Quirografários que optarem por receber a quitação integral ou de parte de seus Créditos Quirografários com um desconto não inferior a 70% do respectivo montante do Crédito Quirografário, desde que observem os requisitos previstos na Cláusula 6.2.2 do Plano. As Recuperandas utilizaram o valor de R\$ 2 bilhões para o pagamento dos Créditos Quirografários ofertados no contexto do Leilão Reverso.

No dia 13 de março de 2024, o Grupo Americanas apresentou nos autos da Recuperação Judicial o Edital do Leilão Reverso a fim de dar amplo conhecimento aos Credores Quirografários acerca do procedimento. A habilitação para participação no Leilão Reverso ocorreu entre os dias 1 e 26 de abril. O resultado do Leilão Reverso foi divulgado nos autos da Recuperação Judicial pela Administração Judicial no dia 27 de maio de 2024.

- (vii) Opção de Reestruturação I: Os Credores Quirografários que optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após eventual pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, com redução no percentual de 70% e amortização em parcela única em 2039, independentemente de estarem adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto no Plano.
- (viii) Opção de Reestruturação II: Os Credores Financeiros assumiram e que estão adimplentes com seu Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após o pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, mediante a entrega de pacote composto por:
 - (i) Novas Ações Capitalização de Créditos que estão no processo de emissão no contexto do Aumento de Capital Reestruturação previsto nas Cláusulas 4.1.2 e 5.1 do PRJ;
 - (ii) Debêntures Americanas, nos termos previstos na Cláusula 6.2.6.3 do Plano, sendo (II.1) Debêntures Americanas – Série Simples, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.1 e 6.2.6.3.3 do Plano, conforme aplicável e (II.2) Debêntures Americanas – Série Prioritária, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.2 e 6.2.6.3.4 do PRJ, conforme aplicável; que estão no processo de emissão e
 - (iii) Pagamento em dinheiro correspondente à parcela de Recompra Créditos Quirografários, nos termos e condições previstos nas Cláusulas 6.2.6.4 e 6.2.6.6 do Plano que ocorreu em julho de 2024.

- (ix) Modalidade de Pagamento Geral: Os credores que não optaram por nenhuma das opções de pagamento anteriores ou que se enquadrarem nas hipóteses previstas na Cláusula 6.2.11 do PRJ, tiveram seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 80% e serão pagos em parcela única, no mês de março de 2043, nos termos do Plano.
- (x) Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência. Os Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência não poderão participar do Leilão Reverso e serão quitados, em apenas uma parcela em 2059, com a possibilidade de, a exclusivo critério do Grupo Americanas, tais créditos serem pagos mediante a transferência de recursos, com a incidência de deságio de 95%, desde que todos os Créditos Concursais já tenham sido quitados; e
- (xi) Credores *Stock Options*. Os Credores *Stock Options*, mesmo que sejam titulares de Créditos Ilíquidos ou de Créditos Retardatários, terão seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 93% e serão quitados, após aplicação do deságio, em apenas uma parcela, 30 dias após o envio pelo respectivo Credor *Stock Options* para a Companhia das informações de pagamento.

Como forma de levantamento dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações do Plano, o Grupo Americanas: (i) poderá promover processos organizados de alienação da unidade de negócio Hortifruti Natural da Terra (“HNT”) e da participação da Companhia no Grupo Uni.Co; (ii) poderá promover processos organizados de alienação dos ativos listados no Anexo 4.1.4 do PRJ sob a forma de UPIs ou não, observado o disposto no Plano; (iii) poderá onerar bens que integram o ativo permanente (não circulante) das Recuperandas listados no referido Anexo 4.1.4 do PRJ; e (iv) poderá promover a alienação ou oneração de outros bens, móveis ou imóveis, integrantes do ativo não circulante das Recuperandas (“Ativos Relevantes” inclusive para fins de garantia em processos judiciais, observadas as limitações estabelecidas na Escritura de Debêntures Americanas, e de quaisquer outros bens integrantes do seu ativo circulante (não permanente). São UPIs definidas no PRJ: HNT, Uni.co, Ame Digital. A Companhia utilizará parte dos recursos provenientes das eventuais alienações das UPIs definidas, para maximizar a redução de sua dívida remanescente com os credores aderentes à Opção de Reestruturação II.

A relação de credores do Grupo Americanas foi apresentada pela Administração Judicial Conjunta nos autos da Recuperação Judicial, em sua versão mais recente, no dia 2 de junho de 2023, iniciando o prazo para apresentação de habilitações ou impugnações de créditos, que se encerrou em 29 de junho de 2023. Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários.

Oportunamente, a Administração Judicial Conjunta apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores.

Os credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas (debêntures ou *senior notes*), tiveram a oportunidade de exercer, individualmente, os direitos de petição na Recuperação Judicial e de participação, voz e voto na Assembleia Geral de Credores (“AGC”). Referidos credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas efetuaram suas escolhas da sua opção de pagamento nos termos do PRJ.

Em 25 de janeiro de 2023, foi ajuizado o *chapter 15*, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial. O pedido foi reconhecido em 3 de março de 2023 (“*Recognition Order*”).

As principais informações acerca do procedimento estão disponíveis no seguinte site “<https://ri.americanas.io/recuperacao-judicial/chapter-15/>”. Após a homologação do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial, a Companhia tomará as medidas necessárias para obter o reconhecimento pela Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque da decisão homologatória do PRJ no Brasil no âmbito *chapter 15*.

Encerramento da Investigação Independente e Apurações Internas

Em 11 de janeiro de 2023, os então diretores da Companhia, Srs. Sergio Rial e André Covre, relataram, em reunião conjunta do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da Companhia, que foram detectadas inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme divulgado em Fato Relevante na mesma data. O Conselho de Administração deliberou, nesta mesma data, a criação do Comitê Independente (“Comitê”), responsável por apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências contábeis e, ao fim dos trabalhos, apresentar suas conclusões diretamente ao Conselho de Administração. Os membros do comitê independente foram os Srs. Otávio Yazbek, Eduardo Flores e Antonio Luiz Pizarro Manso, com o suporte de assessores especializados neste tipo de demanda.



Posteriormente, em 13 e 14 de junho de 2023, foram divulgados novos Fatos Relevantes que indicaram, com base em documentos entregues pelo Comitê e por documentos complementares identificados pela administração e seus assessores jurídicos, que prepararam um relatório com essas informações (“Relatório”), que tais inconsistências eram fraudes contábeis relativas a transações e/ou contabilizações fraudulentas de Verba de Propaganda Cooperada (“VPC”) e Risco Sacado da Companhia, com a liderança, envolvimento e participação de ex-executivos. Diante do Relatório apresentado pelos assessores da Companhia, o Conselho de Administração deliberou o desligamento/destituição imediata das pessoas cujos nomes foram mencionados no Relatório e que ainda estavam ligados, em qualquer medida, à Companhia.

O Conselho de Administração também orientou a Companhia e os assessores a apresentar o Relatório a todas as autoridades competentes e avaliar as medidas visando ao ressarcimento dos danos causados pelas fraudes em suas demonstrações financeiras.

Em 12 de julho de 2024, o Comitê realizou uma apresentação ao Conselho e à diretoria executiva acerca da conclusão de seus trabalhos de investigação, tendo sido entregue o relatório final no dia 16 de julho de 2024.

As evidências apresentadas pelo Comitê confirmaram a existência de fraude contábil, caracterizada, principalmente, por lançamentos indevidos na conta Fornecedores, por meio de contratos fictícios de VPC e por operações financeiras conhecidas como “risco sacado”, dentre outras operações fraudulentas incorretamente refletidas no balanço da Companhia.

Em paralelo ao trabalho do Comitê, a Companhia mensurou o impacto das inconsistências contábeis e realizou a correção destas inconsistências em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (incluindo o impacto em exercícios anteriores), apresentadas em 14 de novembro de 2023. A conclusão da investigação do Comitê não identificou achados complementares, com relação àqueles já refletidos nas demonstrações financeiras de 2022.

A Americanas informou, ainda, que os responsáveis por comandar ou orquestrar as fraudes identificadas não mais integravam os quadros da Companhia e que, diante das evidências apresentadas pelo Comitê e sem prejuízo das medidas já tomadas com relação a tais fatos, o Conselho orientou a Diretoria da Companhia, juntamente com seus advogados, a tomar as providências necessárias para a comunicação às autoridades competentes – Ministério Público Federal, Polícia Federal, Comissão de Valores Mobiliários e demais autoridades –, e a continuar colaborando integralmente com as investigações em curso.

Adicionalmente, conforme informado no referido Fato Relevante, o Conselho solicitou que a Diretoria avalie as medidas a serem adotadas para a defesa dos interesses sociais e o ressarcimento pelos prejuízos causados à Companhia.

Governança e Medidas Tomadas pela Companhia

A B3 iniciou, em março de 2023, um processo de *enforcement* para analisar questões relacionadas ao fato relevante divulgado pela Companhia, em 11 de janeiro de 2023, especificamente com relação à observância aos controles internos previstos no Regulamento do Novo Mercado. Em 08 de novembro de 2023, a Diretoria de Regulação de Emissores da B3 proferiu decisão no contexto do processo de *enforcement*, sujeita a recurso com efeito suspensivo, suspendendo a Companhia do segmento especial de listagem do Novo Mercado por infrações ao seu regulamento, até o cumprimento de determinadas exigências listadas na referida decisão. Na mesma decisão, a B3 multou administradores e integrantes de órgãos de assessoramento da Companhia, atuais e antigos. A Companhia respeita, porém, veementemente discorda das conclusões expostas na decisão da B3, dentre vários motivos, por a decisão ter praticamente concluído que o fato de ter havido uma fraude na Companhia seria suficiente para condenar a Companhia e determinados administradores, independentemente de ter ocorrido um caso de *management override of controls* (burla de controles internos) não detectado pelas atividades de fiscalização e auditoria tanto internas quanto externas à época. A decisão também desconsiderou as provas de que a Companhia atendia estritamente todas as normas do Regulamento do Novo Mercado, inclusive as que demandam diligente análise das informações financeiras e contábeis pelos respectivos órgãos internos de controle. Além disso, a decisão proferida findou por instituir uma obrigação de resultado aos órgãos sociais responsáveis, ao invés de uma obrigação de meio, estabelecendo verdadeira responsabilidade objetiva de tais órgãos e seus integrantes, sem sequer analisar a conduta dos conselheiros e dos demais integrantes de órgãos de assessoramento do Conselho de Administração, individual ou coletiva. A Companhia apresentou recurso nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o que acarretou a suspensão dos efeitos da decisão até manifestação da Diretoria da B3 sobre o recurso. Aguarda-se a decisão da Diretoria Executiva da B3 sobre mencionado recurso. A Companhia também trabalha para atender o mais rápido possível às exigências apresentadas.



Com relação aos seus controles, a Companhia adota processos de gestão de riscos e de controles internos que são divididos em três linhas: (i) a primeira, a área de negócios em si, que tem a responsabilidade de monitorar os seus próprios riscos; (ii) a segunda composta por áreas como a de Controladoria, Riscos e Controles Internos, *Compliance*, Controle e Prevenção de Perdas, Jurídico e Segurança da Informação; e (iii) a terceira, a área de Auditoria Interna. Além desses três níveis, a Americanas também tem um Comitê de Auditoria Estatutário composto por membros independentes, que assessora o Conselho de Administração no monitoramento e controle de qualidade nessa pauta, e um Conselho Fiscal, órgão independente da Administração da Companhia, fiscalizador dos atos de gestão administrativa. No curso normal das suas atividades, a Administração da Companhia revisa anualmente o seu sistema de governança corporativa, visando aprimorá-lo.

A Americanas conta com uma estrutura de governança corporativa alinhada com as práticas de governança do Novo Mercado da B3 e com as recomendações dos principais índices de governança do Brasil, da América Latina e do mundo, tais como ISE, Dow Jones, MSCI, Ranking Merco, dentre outros. Convém lembrar que a Companhia figurou por anos no índice ISE da B3, e em outros índices de governança internacionais. Um dos focos do Conselho de Administração sempre foi seguir as regras de governança recomendadas por tais certificadores e monitorar e adaptar o ambiente da Companhia conforme a evolução destas práticas ao longo dos anos.

A Companhia também adota, como parte de seu Programa de Integridade, um Código de Ética e Conduta, um Canal de Denúncias terceirizado, disponível a todos os stakeholders e supervisionado pelo Comitê de Auditoria, além de políticas de gerenciamento de riscos, de compliance, de combate à corrupção, dentre outras. As denúncias realizadas no Canal são recebidas e classificadas por empresa terceirizada e independente, sendo posteriormente apuradas por área de investigação interna ou externa (sempre que necessário), sob a coordenação da Auditoria Interna. Caso seja identificada alguma vulnerabilidade ou fragilidade que precise de tratativa, durante a apuração é elaborado junto com as áreas de primeira e segunda linha um plano de ação. Até o momento, o resultado das apurações de denúncias não possui impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

A existência de mecanismos de governança corporativa, no entanto, não blinda uma sociedade contra atos fraudulentos. Como fraudes são atos intencionais, os envolvidos geralmente criam mecanismos, mais ou menos complexos, para desviar ou neutralizar os sistemas de controle, interno e externo, da Companhia. No caso da Americanas, as evidências encontradas pelos assessores jurídicos da Companhia e constantes do Relatório confirmam que as áreas internas de governança (tais como Comitês, Conselho Fiscal, entre outros participantes do sistema de controles) também receberam informações manipuladas, ou seja, documentos com visões diferentes das visões e resultados reais, criados pelos envolvidos justamente para desviar ou neutralizar o sistema de controle existente. De fato, segundo indicam as evidências constantes do Relatório, no caso concreto houve um efetivo “*management override of controls*” pelo qual ex-Diretores perpetraram fraudes, através, dentre outros, de registros financeiros fictícios e de registros indevidos, o que levou às inconsistências nas demonstrações financeiras, apesar dos controles internos existentes.

Após a publicação do Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, foram implementadas medidas com o objetivo de garantir a preservação de informações e documentos da Companhia, tudo com o objetivo de contribuir plenamente com as apurações em curso e com as autoridades envolvidas. E ainda, a nova Diretoria da Companhia está empenhada em continuar fortalecendo a estrutura de governança corporativa e a cultura de atuação baseada na observância dos valores e os princípios éticos.

A Companhia esclarece, ainda, que a Operação *Disclosure* conduzida pela Polícia Federal e Ministério Público Federal está embasada nas investigações independentes conduzidas por essas autoridades, e tinha como objeto a busca e apreensão nos endereços de 14 ex-executivos da Companhia com a finalidade de se colher documentos necessários para identificar a responsabilidade e envolvimento na prática dos crimes investigados. As autoridades alegam, também, que os ex-diretores teriam praticado, dentre outros, crimes de manipulação de mercado e Insider Trading. Importante destacar que as autoridades seguem com as investigações e devem, em breve, adotar outras medidas. Além disso, a Comissão de Valores Mobiliários também instaurou dois inquéritos a fim de apurar os fatos ocorridos na Companhia.

Além disso, a Companhia vem colaborando integralmente com todas as investigações que vêm sendo realizadas pelos órgãos reguladores e autoridades competentes, inclusive a Comissão de Valores Mobiliários, a B3, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e atenderá de forma diligente às determinações que surjam a partir das investigações conduzidas pelas autoridades competentes, com relação as quais a Companhia a princípio não tem acesso, por serem conduzidas em segredo de justiça, bem como as colaborações com o Ministério Público Federal realizadas por ex-executivos.

Com a continuidade das investigações, caso haja a identificação de outras pessoas envolvidas com tais fatos, a Companhia avaliará as medidas cabíveis em relação a outros potenciais responsáveis.

Ainda como contramedidas, visando a fortalecer os mecanismos de controles, a Companhia contratou consultorias especializadas para avaliar efetividade dos controles para preservação de dados e também para recomendar melhorias para a atuação da segunda e da terceira linha e para o diagnóstico do ambiente de controles internos, revisão da metodologia de riscos, incluindo a materialidade e revisão dos processos priorizados das frentes financeira, contábil, comercial, *Information Technology General Controls* e *cyber* sob a ótica de riscos e controles. Está em andamento também um projeto multidisciplinar para implementação de controles mitigatórios a potenciais riscos de novas fraudes em face às informações obtidas até o momento referentes à fraude materializada. Além disso, as iniciativas de treinamento e comunicação dos times foram fortalecidas como transmissão de *lives* com convidados internos, incluindo a Alta Liderança da Companhia, e externos com temas relacionados a riscos e controles internos, ética e integridade como base para a transformação, combate ao assédio no ambiente de trabalho, dentre outras. Destaque especial para a *live* específica conduzida pelo CEO da empresa terceirizada, responsável pelo Canal de Denúncias da Companhia, para reforçar o funcionamento do Canal e o fluxo de apuração, garantindo o anonimato, a imparcialidade e a independência do Canal.

2. Reapresentação das demonstrações financeiras

Após a apresentação das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram identificados certos assuntos, conforme detalhado a seguir, além de aprimoramentos nas divulgações em notas explicativas, que requereram ajustes, por correção de erros nas demonstrações financeiras divulgadas anteriormente, principalmente em relação ao saldo de abertura em 1º de janeiro de 2022.

Os reflexos desta reapresentação no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do Patrimônio Líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), estão apresentados a seguir:

- 1) Reconhecimento de plano de assistência médica:** contabilização do impacto atuarial do benefício a empregados da Americanas com seus funcionários, conforme requerimento do CPC 33 (R1);
- 2) Contratos de parceria:** adequação receitas de contratos de garantia estendida, onde as obrigações não estavam completamente satisfeitas;
- 3) Ajustes de saldos das controladas:** a Companhia identificou ajustes nos saldos de seus investimentos e respectivos impactos nos saldos das controladas do Grupo, em decorrência principalmente da auditoria da controlada Ame Digital. Os ajustes no consolidado estão impactando as rubricas: intangível, impostos, contas a receber, outros ativos, fornecedores, adiantamento de clientes, outros passivos e despesas operacionais;
- 4) Ajustes de Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD):** realizamos um complemento da PECLD, pois foi identificado um risco de perda referente as transações de *MarketPlace* reconhecidas a época;
- 5) Ajustes de provisão de honorários:** complemento de provisão de despesas com terceiros, decorrente de execução de serviços realizados;
- 6) Ajustes da controlada JSMS:** Correção de saldos de transações relacionadas a fundação da Associação Juntos Somos Mais Solidários.
- 7) Ajustes de imobilizado:** ajustes na ST importações de correção de erros de avaliação inicial dos ativos e aplicação das taxas de depreciação do imobilizado;
- 8) Ajuste de saldos da combinação de negócios:** divulgados em 2022, referente à correção de pagamentos realizados no exercício e não contabilizados na competência correta, de acordo com as normas contábeis vigentes

Os efeitos dos referidos ajustes são demonstrados nos quadros abaixo:

Efeitos dos referidos ajustes nos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022:

ATIVO	Controladora		Consolidado		Ref.	
	01/01/2022 Publicado	Ajuste	01/01/2022 Reapresentado	01/01/2022 Publicado		Ajuste
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	2.379	-	2.379	2.626	2	2.628
Outros ativos circulantes	292	(5)	287	414	(5)	409
Demais rubricas do ativo circulante não afetadas	15.720	-	15.720	17.731	-	17.731
Total do ativo circulante	18.391	(5)	18.386	20.771	(3)	20.768
NÃO CIRCULANTE						
Investimentos	3.949	(53)	3.896	8	-	8
Intangível	-	-	-	3.694	(291)	3.403
Demais rubricas do ativo não circulante não afetadas	11.613	-	11.613	13.045	-	13.045
Total do ativo não circulante	15.562	(53)	15.509	16.747	(291)	16.456
TOTAL DO ATIVO	33.953	(58)	33.895	37.518	(294)	37.224

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora			Consolidado			Ref.
	01/01/2022	Ajuste	01/01/2022	01/01/2022	Ajuste	01/01/2022	
	Publicado		Reapresentado	Publicado		Reapresentado	
CIRCULANTE							
Outros passivos circulantes	899	(533)	366	1.158	(769)	389	2 e 3
Demais rubricas do passivo circulante não afetados	39.945	-	39.945	41.855	-	41.855	
Total do passivo circulante	40.844	(533)	40.311	43.013	(769)	42.244	
NÃO CIRCULANTE							
Plano de assistência médica	-	112	112	-	112	112	1
Outros passivos não circulantes	153	73	226	157	73	230	1 e 2
Demais rubricas do passivo não circulante não afetadas	5.577	-	5.577	6.969	-	6.969	
Total do passivo não circulante	5.730	185	5.915	7.126	185	7.311	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Lucro/Prejuízos acumulados	(28.404)	290	(28.114)	(28.404)	290	(28.114)	1, 2, 3 e 6
Demais rubricas do patrimônio líquido não afetadas	15.783	-	15.783	15.783	-	15.783	
Total do patrimônio líquido	(12.621)	290	(12.331)	(12.621)	290	(12.331)	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33.953	(58)	33.895	37.518	(294)	37.224	
ATIVO							
	31/12/2022	Ajuste	31/12/2022	31/12/2022	Ajuste	31/12/2022	Ref.
	Publicado		Reapresentado	Publicado		Reapresentado	
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	2.413	-	2.413	2.477	2	2.479	6
Contas a receber de clientes	5.010	-	5.010	5.470	(57)	5.413	3
Impostos a recuperar	1.330	-	1.330	1.463	13	1.476	3
Outros ativos circulantes	34	(29)	5	75	(29)	46	2 e 7
Demais rubricas do ativo circulante não afetadas	5.958	-	5.958	7.564	-	7.564	
Total do ativo circulante	14.745	(29)	14.716	17.049	(71)	16.978	
NÃO CIRCULANTE							
Investimentos	1.571	372	1.943	535	77	612	3
Imobilizado	2.898	23	2.921	2.953	23	2.976	7
Intangível	919	295	1.214	959	568	1.527	3
Outros ativos não circulantes	34	(17)	17	35	(17)	18	3
Demais rubricas do ativo não circulante não afetadas	9.812	-	9.812	9.761	-	9.761	
Total do ativo não circulante	15.234	673	15.907	14.243	651	14.894	
TOTAL DO ATIVO	29.979	644	30.623	31.292	580	31.872	

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora			Consolidado			Ref.
	31/12/2022	Ajuste	31/12/2022	31/12/2022	Ajuste	31/12/2022	
	Publicado		Reapresentado	Publicado		Reapresentado	
CIRCULANTE							
Fornecedores	6.476	62	6.538	6.665	83	6.748	3 e 4
Tributos a recolher	1.147	-	1.147	1.183	(3)	1.180	3
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	9	(3)	6	3
Adiantamento recebido de clientes	92	-	92	1.056	(14)	1.042	3
Contas a pagar - Combinação de negócios	10	-	10	51	(34)	17	8
							2, 3 e 5
Outros passivos circulantes	1.136	224	1.360	1.303	213	1.516	
Demais rubricas do passivo circulante não afetadas	39.353	-	39.353	39.672	-	39.672	
Total do passivo circulante	48.214	286	48.500	49.939	242	50.181	
NÃO CIRCULANTE							
Provisão para perdas em investimentos	834	-	834	-	-	-	3
Plano de assistência médica	-	110	110	-	110	110	1
Contas a pagar - Combinação de negócios	135	-	135	322	(37)	285	8
Outros passivos não circulantes	295	251	546	297	268	565	2 e 3
Demais rubricas do passivo não circulante não afetadas	7.168	-	7.168	7.401	-	7.401	
Total do passivo não circulante	8.432	361	8.793	8.020	341	8.361	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Outros resultados abrangentes	(1.401)	17	(1.384)	(1.401)	17	(1.384)	1
Prejuízos acumulados	(40.844)	(20)	(40.864)	(40.844)	(20)	(40.864)	(i)
Demais rubricas do patrimônio líquido não afetadas	15.578	-	15.578	15.578	-	15.578	
Total do patrimônio líquido	(26.667)	(3)	(26.670)	(26.667)	(3)	(26.670)	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.979	644	30.623	31.292	580	31.872	

(i) Os ajustes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 refletem o impacto na linha de prejuízos acumulados.

Efeitos dos referidos ajustes no resultado líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora			Consolidado			Ref.
	31/12/2022	Ajuste	31/12/2022	31/12/2022	Ajuste	31/12/2022	
	Publicado		Reapresentado	Publicado		Reapresentado	
Receita operacional líquida	23.653	12	23.665	25.809	12	25.821	2
(-) Custo das mercadorias e serviços	(19.249)	-	(19.249)	(20.785)	-	(20.785)	
Lucro bruto	4.404	12	4.416	5.024	12	5.036	
Receitas (Despesas) operacionais							
Vendas	(5.147)	(62)	(5.209)	(4.856)	(62)	(4.918)	4
Gerais e administrativas	(2.797)	(4)	(2.801)	(4.184)	(4)	(4.188)	1 e 6
Resultado de equivalência patrimonial	(255)	(372)	(627)	7	-	7	3
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(3.764)	128	(3.636)	(3.801)	(244)	(4.045)	3
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(7.559)	(298)	(7.857)	(7.810)	(298)	(8.108)	
Receitas financeiras	574	-	574	794	-	794	
Despesas financeiras	(5.813)	(10)	(5.823)	(6.025)	(10)	(6.035)	1
Resultado Financeiro	(5.239)	(10)	(5.249)	(5.231)	(10)	(5.241)	
Prejuízo antes do Imposto de renda e da contribuição social	(12.798)	(308)	(13.106)	(13.041)	(308)	(13.349)	
Correntes	(59)	-	(59)	(101)	-	(101)	
Diferidos	(55)	-	(55)	230	-	230	
Prejuízo do exercício	(12.912)	(308)	(13.220)	(12.912)	(308)	(13.220)	
Prejuízo do exercício – básico e diluído – em R\$	(14,3973)	(0,3440)	(14,6401)				

Efeitos dos referidos ajustes nas demonstrações dos resultados abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora			Consolidado			Ref.
	31/12/2022	Ajuste	31/12/2022	31/12/2022	Ajuste	31/12/2022	
	Publicado		Reapresentado	Publicado		Reapresentado	
Prejuízo do exercício	(12.912)	(308)	(13.220)	(12.912)	(308)	(13.220)	
Outros resultados abrangentes:							
Hedge de fluxo de caixa	(835)	(217)	(1.052)	(835)	(217)	(1.052)	(ii)
Efeitos tributários	140	217	357	140	217	357	(ii)
Efeitos tributários decorrentes de ajustes do acervo incorporado	485	-	485	485	-	485	
Variação cambial de investida no exterior	(2)	-	(2)	(2)	-	(2)	
Ajuste de avaliação patrimonial	-	3	3	-	3	3	1
Ganhos/Perdas atuariais - assistências médicas	-	14	14	-	14	14	1
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício subsequentemente, líquido dos tributos	(212)	17	(195)	(212)	17	(195)	
Total do resultado abrangente	(13.124)	(291)	(13.415)	(13.124)	(291)	(13.415)	

(ii) Reclassificação DRA: Refere-se à reclassificação dos impostos contabilizados nas rubricas do hedge de fluxo de caixa.

Efeitos dos referidos ajustes no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022:

	Controladora	Consolidado	Ref.
Patrimônio Líquido originalmente apresentado em 31 de dezembro de 2021	(12.621)	(12.621)	
Reconhecimento de plano de assistência médica	(112)	(112)	1
Contrato de parcerias	455	455	2
Ajuste de correção de saldos de controladas	(53)	(53)	3
Patrimônio Líquido reapresentado em 1º de janeiro de 2022	(12.331)	(12.331)	
	Controladora	Consolidado	
Patrimônio Líquido originalmente apresentado em 31 de dezembro de 2022	(26.667)	(26.667)	
Reconhecimento de plano de assistência médica	(110)	(110)	1
Ajuste referente ao contrato de parcerias	(78)	(78)	2
Ajuste de correção de saldos de controladas	652	652	3 e 6
Ajuste referente a <i>marketplace</i>	(62)	(62)	4
Ajustes de provisão de honorários	(405)	(405)	5
Patrimônio Líquido reapresentado em 31 de dezembro de 2022	(26.670)	(26.670)	

Efeitos dos referidos ajustes na demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora		Consolidado		Ref.		
	31/12/2022 Publicado	Ajuste	31/12/2022 Reapresentado	31/12/2022 Publicado		Ajuste	31/12/2022 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Prejuízo do exercício	(12.912)	(308)	(13.220)	(12.912)	(308)	(13.220)	1, 2,3 e 4
Depreciações e amortizações	1.466	2	1.468	1.608	-	1.608	7
Equivalência patrimonial	255	372	627	(7)	-	(7)	3
Outros	(106)	(83)	(189)	(942)	1.406	464	1,2,3 e 4
Demais rubricas não afetadas	6.135	-	6.135	5.822	-	5.822	
	(5.162)	(17)	(5.179)	(6.431)	1.098	(5.333)	
Contas a receber	1.499	-	1.499	1.550	(57)	1.493	
Impostos a recuperar	(270)	-	(270)	(270)	13	(257)	
Outras contas a receber (circulante e não circulante)	248	47	295	563	(11)	552	2 e 3
Fornecedores	(4.592)	(62)	(4.654)	(4.305)	(83)	(4.388)	3 e 4
Risco sacado	1.739	(1.739)	-	1.739	(1.739)	-	(iii)
Tributos a recolher (circulante e não circulante)	569	-	569	544	3	547	3
Outras obrigações (circulante e não circulante)	140	449	589	505	909	1.414	1, 2, 3 e 5
Demais rubricas não afetadas	1.074	-	1.074	(103)	-	(103)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(4.755)	(1.322)	(6.077)	(6.208)	133	(6.075)	
Imobilizado	(546)	(24)	(570)	(623)	(24)	(647)	7
Intangível	(1.224)	(295)	(1.519)	(1.384)	(749)	(2.133)	3
Aumento de capital em controladas e coligada	(681)	(49)	(730)	(22)	-	(22)	
Aquisições de participações societárias	-	(51)	(51)	1.048	(1.099)	(51)	
Demais rubricas não afetadas	1.322	-	1.322	659	-	659	
Fluxo de caixa de atividades de investimento	(1.129)	(419)	(1.548)	(322)	(1.872)	(2.194)	
Captações	8.337	2	8.339	8.951	-	8.951	
Risco sacado	-	1.739	1.739	-	1.739	1.739	(iii)
Demais rubricas não afetadas	(2.419)	-	(2.419)	(2.570)	-	(2.570)	
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	5.918	1.741	7.659	6.381	1.739	8.120	
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	34	-	34	(149)	-	(149)	
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.379	-	2.379	2.626	2	2.628	6
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.413	-	2.413	2.477	2	2.479	6

(iii) Reclassificação do risco sacado na demonstração de fluxo de caixa: Reclassificação da natureza do "Risco sacado" de atividades operacionais para atividades de financiamento em conformidade com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Efeitos dos referidos ajustes na demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2022		Controladora		Consolidado		Ref.
	Publicado	Ajuste	31/12/2022	31/12/2022	Ajuste	31/12/2022	
			Reapresentado	Publicado		Reapresentado	
Receitas	26.477	75	26.552	29.675	(297)	29.378	1, 2, 3 e 4
Insumos adquiridos de terceiros	(26.702)	-	(26.702)	(29.273)	-	(29.273)	
Valor adicionado bruto	(225)	75	(150)	402	(297)	105	
Perda e recuperação de valores ativos	(2.363)	-	(2.363)	(2.363)	-	(2.363)	
Depreciação e amortização	(1.466)	(2)	(1.468)	(1.608)	-	(1.608)	
Valor adicionado líquido produzido	(4.054)	73	(3.981)	(3.569)	(297)	(3.866)	
Valor adicionado recebido em transferência							
Resultado de equivalência patrimonial	(255)	(372)	(627)	7	-	7	
Receitas financeiras	574	-	574	794	-	794	
Valor adicionado total a distribuir	(3.735)	(299)	(4.034)	(2.768)	(297)	(3.065)	
Distribuição do valor adicionado							
Demais rubricas não afetadas	3.363	-	3.363	4.120	-	4.120	
Juros	5.814	9	5.823	6.024	11	6.035	
Remuneração de Capitais Próprios	(12.912)	(308)	(13.220)	(12.912)	(308)	(13.220)	1, 2, 3 e 4
Total do valor adicionado distribuído	(3.735)	(299)	(4.034)	(2.768)	(297)	(3.065)	

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1 Base de preparação

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota 4.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos e passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros derivativos, que são mensurados pelo valor justo ao final de cada período de relatório. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)) - Pagamento Baseado em Ações, operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Conselho de Administração, em 14 de agosto de 2024.

(a) Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento “Ame Digital”, plataforma financeira da Companhia, opera como Instituição de pagamento, nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora. Em decorrência do seu objeto social, a Ame Digital adota procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, em conformidade com os critérios exigidos pelo Bacen. Para fins de consolidação das demonstrações financeiras da Ame, pela Companhia, estas estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. Essas demonstrações financeiras foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional.

(b) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimento controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.



A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- (i) A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- (ii) Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- (iii) Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- (iv) Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

Transações, saldos, receitas, despesas e fluxos de caixa em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os lucros e os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para adequar suas políticas contábeis às políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial (nota 14).

(b) Combinações de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo na data de aquisição, dos passivos incorridos pelo Grupo com relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pelo Grupo em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 e IAS 19, respectivamente (equivalentes aos CPC 32 – Impostos sobre a Renda e CPC 33 (R1) – Benefícios aos empregados).

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações de não-controladores na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações de não-controladores na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa.

Quando a contraprestação transferida pelo Grupo em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contraprestação contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contraprestação contingente. A contraprestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurada nas datas de relatórios subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio líquido. Outras contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo nas datas de relatórios subsequentes, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado.



Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pelo Grupo na entidade (incluindo operações conjuntas) adquirida é remensurada ao seu valor justo na data de aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na entidade adquirida antes da data de aquisição, anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes”, são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação tivesse sido alienada.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, o Grupo registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração ou os ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

(c) Ágio

O ágio reconhecido em combinação de negócios é inicialmente reconhecido e mensurado conforme descrito acima.

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. As perdas por redução ao valor recuperável do ágio não podem ser revertidas no período subsequente. Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor atribuível do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

A política do Grupo com relação ao ágio resultante da aquisição de coligadas está descrita no item (e) a seguir.

(d) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda da alienação reconhecido no resultado é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo da consideração recebida e do valor justo da participação residual e (ii) o valor contábil anterior dos ativos (incluindo ágio), deduzido dos passivos da controlada e das participações de não-controladores. Todos os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” relacionados à controlada são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data em que o controle deixa de existir é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente de acordo com a IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, quando aplicável, ou como o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou *joint venture*.

(e) Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto (*joint venture*)

Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma *joint venture*. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou *joint ventures* são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (CPC 31).



De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou *joint venture* é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou *joint venture*. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* ultrapassa a participação do Grupo nessa coligada ou *joint venture* (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na coligada ou *joint venture*), o Grupo deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que o Grupo incorreu em obrigações legais ou presumidas ou efetuou pagamentos em nome da coligada ou *joint venture*.

Um investimento em uma coligada ou *joint venture* é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada ou *joint venture*. Na aquisição do investimento em uma coligada ou *joint venture*, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido.

Adicionalmente, quando do aporte de um conjunto de ativos e passivos que constituem um negócio para a formação de uma *joint venture*, o Grupo reconhece, no resultado, o ganho ou a perda resultante da diferença entre a baixa do acervo líquido contábil relacionado a este negócio e o valor justo deste negócio aportado para a formação da *joint venture*, de acordo com o IFRS 10 (CPC 36).

Um investimento em uma coligada ou *joint venture* é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada ou *joint venture*. Na aquisição do investimento em uma coligada ou *joint venture*, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

Se houver evidência objetiva de que o investimento em uma coligada ou *joint venture* está deteriorado, as exigências da IAS 36 (CPC 01 (R1)) são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento do Grupo. Quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 (CPC 01 (R1)) como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo da alienação) com seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas não são alocadas a qualquer ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 (CPC 01 (R1)) na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

O Grupo descontinua o uso do método de equivalência patrimonial a partir da data em que o investimento deixa de ser uma coligada ou *joint venture*. Quando o Grupo detém uma participação na antiga coligada ou *joint venture* e a participação detida é um ativo financeiro, o Grupo mensura a participação detida pelo valor justo naquela data e o valor justo é considerado seu valor justo no reconhecimento inicial de acordo com a IFRS 9 (CPC 48). A diferença entre o valor contábil da coligada ou *joint venture* na data em que o uso do método de equivalência patrimonial é descontinuado e o valor justo de qualquer participação detida e qualquer resultado da alienação parcial da participação na coligada ou *joint venture* é incluído na determinação do ganho ou da perda na alienação da coligada ou *joint venture*. Além disso, o Grupo contabiliza todos os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes em relação a essa coligada na mesma base que seria necessária caso essa coligada tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos e passivos. Portanto, se um ganho ou uma perda anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes pela coligada ou *joint venture* é reclassificada para o resultado na alienação dos correspondentes ativos e passivos, o Grupo reclassifica o ganho ou a perda do patrimônio líquido para o resultado (como um ajuste de reclassificação) quando a coligada ou *joint venture* é alienada.

3.3 Apresentação de informações por segmentos

Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal gestor das operações da Companhia (o CEO) que destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos operacionais. As informações por segmento da companhia são elaboradas com base nas informações financeiras disponíveis e que são atribuíveis diretamente ao segmento ou que possam ser alocadas em bases razoáveis.

Esses segmentos operacionais são subdivididos nas atividades de varejo, varejo *premium*, *fresh food* e de serviços financeiros, conforme detalhado na nota 34.



Os segmentos operacionais, tem os seus resultados operacionais acompanhados, monitorados e avaliados de forma apartada e, estão concentrados na comercialização de produtos e prestação de serviços por diversos meios de comercialização, presenciais através de lojas físicas situadas nas principais cidades de todos os estados do País e não presenciais, em especial, na Internet.

3.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhões de reais, que é a moeda funcional do Grupo, exceto quando indicado de outra forma e arredondadas para o número mais próximo.

(b) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas de transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações do Grupo no exterior são convertidos utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio flutuem significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio na data da transação. Esta diferença de moeda estrangeira gerada na conversão das demonstrações financeiras da controlada cuja moeda funcional não seja o real são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

3.5 Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

No balanço patrimonial, os saldos de caixa e bancos compreendem caixa (isto é, caixa disponível e depósitos à vista) e equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa correspondem a aplicações financeiras (geralmente com vencimento original de três meses ou menos), de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins. Os saldos bancários para os quais o Grupo está sujeito a restrições contratuais de terceiros são incluídos como parte do caixa, a menos que as restrições resultem em um saldo bancário que não atenda mais à definição de caixa. As restrições contratuais que afetam o uso de saldos bancários estão divulgadas nas notas 7 e 8.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são compostos por caixa e equivalentes de caixa conforme definidos acima.

3.6 Ativos e passivos financeiros

(a) Classificação

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

(b) Reconhecimento e mensuração

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.



Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao Valor justo por meio do resultado (VJR) são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Havendo ativos financeiros avaliados ao Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), estes serão mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por *impairment*, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, serão reconhecidas em VJORA e acumuladas na reserva de valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao VJR são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJR são apresentados na demonstração do resultado em “Receitas ou despesas financeiras” no exercício em que ocorrem.

As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações no valor justo de títulos monetários, classificados como VJORA, são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como ao VJORA são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como “Receitas ou despesas financeiras”.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Para fins de avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

(d) **Impairment de ativos financeiros**

O Grupo optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada até a realização do recebível.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações “*forward looking*”.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- (i) pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou probabilidade que o devedor entrará em falência, ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base na diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

(e) **Desreconhecimento**

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

3.7 **Instrumentos financeiros derivativos e hedge accounting**

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item/objeto que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

No início da relação de *hedge*, o Grupo documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, juntamente com seus objetivos de gestão de riscos e sua estratégia para assumir diversas transações de *hedge*. Além disso, no início do *hedge* e em base contínua, o Grupo documenta se o instrumento de *hedge* é efetivo na compensação de variações nos valores justos ou fluxos de caixa do item objeto de *hedge* atribuíveis ao risco objeto de *hedge*, que é quando as relações de *hedge* atendem todas às exigências de efetividade de *hedge* a seguir:

- (i) Há uma relação econômica entre o item objeto de *hedge* e o instrumento de *hedge*;
- (ii) O efeito do risco de crédito não prevalece sobre as variações no valor resultantes daquela relação econômica; e
- (iii) O coeficiente de *hedge* da relação de *hedge* é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item objeto de *hedge* que o Grupo cobre efetivamente e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente usa para cobrir aquela quantidade do item objeto de *hedge*.



Com a cautelar emitida em 12 de janeiro de 2023, todas as operações de *swaps* em vigor naquele momento foram descontinuadas, algumas delas com as respectivas liquidações financeiras efetivadas e outras gerando saldos líquidos passivos para a Companhia, junto às instituições financeiras contrapartes das operações, que serão liquidados de acordo com os termos do Plano de Recuperação Judicial aprovado em 19 de dezembro de 2023. Portanto, a partir da descontinuação das operações de *swaps*, a Companhia passou a ficar com as suas dívidas, em moeda estrangeira e atreladas a índice financeiro, totalmente expostas à variação cambial e aos índices financeiros.

(a) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como “outros ganhos (perdas), líquidos”.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue:

Quando o item protegido acaba resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro (estoque, por exemplo), os ganhos e perdas diferidos de *hedge* e o valor no tempo diferido dos pontos a termo diferidos, se existirem, são incluídos no custo inicial do ativo. Os valores diferidos são reconhecidos por fim no resultado quando o item protegido afeta os ganhos ou as perdas (por exemplo, por meio do custo de vendas).

Quando um instrumento de *hedge* vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro, como um estoque. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou perda cumulativa e os custos de *hedge* diferidos que haviam sido apresentados no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado. Todas as operações seguem as diretrizes da política de *hedge* da Companhia.

(b) Efetividade do *hedge*

A inefetividade de *hedge* é determinada no surgimento da relação de *hedge* e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e ao mensurar, a entidade deve considerar o valor do dinheiro no tempo. Consequentemente, a entidade deve determinar o valor do item protegido na base do valor presente e, portanto, a alteração no valor do item protegido também deve incluir o efeito do valor do dinheiro no tempo.

O Grupo não aplica *hedge* a 100% dos empréstimos e, portanto, o item protegido é identificado como uma proporção dos empréstimos em aberto até o valor de referência dos *swaps*.

O *hedge* de *swaps* de taxa de juros é avaliado utilizando os mesmos princípios adotados para *hedges* de compras em moeda estrangeira. A inefetividade pode ocorrer devido:

- (i) ao ajuste do valor de crédito/valor de débito nos *swaps* de taxa de juros que não é igualado pelo empréstimo; e
- (ii) diferenças nos termos essenciais entre os *swaps* de taxa de juros e os empréstimos.

A Companhia passou a ter as suas dívidas, em moeda estrangeira expostas a variação cambial. As dívidas atreladas a variação de índices financeiros ao efeito da variação desses índices.

(c) Demais derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em “Outros ganhos (perdas), líquidos”.

3.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo médio de aquisição está apresentado líquido das bonificações acordadas com fornecedores, quando aplicável. O valor líquido realizável é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, líquido dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques são reduzidos pelas respectivas provisões para perdas, obsolescência e baixo giro, a quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto a sua respectiva adequação, conforme divulgado na nota 10.

3.9 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado na nota 16. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente registrados pelo seu valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso:

- (i) da contraprestação transferida;
- (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida, quando aplicável; e
- (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio de aquisição e controladas é registrado como “ativo intangível”.

(a) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico, exceto quando adquiridas em uma combinação de negócios. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de até 12 anos.

(b) Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da combinação de negócios. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

3.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzidos pela depreciação acumulada e pela perda por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos adquiridos por meio de combinação de negócio, são mensurados inicialmente pelo seu valor justo na data de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais bens do imobilizado se inicia quando o ativo está pronto para o seu uso pretendido e é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na nota 15. Os valores residuais e a vida útil estimada dos ativos são revisados ao final de cada exercício e se apropriado, ajustados.

Os custos dos empréstimos tomados com o propósito de adquirir e/ou construir ativos fixos qualificáveis não são relevantes em função do pouco tempo empregado na aquisição de máquinas e equipamentos de informática (seu principal ativo qualificável) e, portanto, não são capitalizados ao custo do bem. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido em “Outras despesas e receitas operacionais líquidas” na demonstração do resultado.

3.11 Arrendamentos

O Grupo possui contratos classificados como de arrendamento para as suas unidades comerciais, de logística e administrativas.

O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato, baseado na definição de arrendamento. De acordo com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais o Grupo seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como *tablets* e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para esses arrendamentos, o Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se sua taxa incremental de captação (que depende do prazo do contrato e data de início do arrendamento), exceto para os casos nos quais a taxa implícita do arrendamento for identificável.

As taxas incrementais de captação dependem do prazo e data de início do arrendamento e é determinada com base em uma série de dados que incluem: a taxa livre de riscos com base nas taxas de títulos do governo; no ajuste do risco específico do país; no ajuste do risco de crédito com base nos rendimentos do título; e no ajuste específico da entidade quando o perfil de risco da entidade que participa do arrendamento é diferente do perfil de risco do Grupo.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem (i) os pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber; (ii) os pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início; (iii) o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual; e (iv) pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.



O Grupo remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que o prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício de opções e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, conforme nota 17.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que o Grupo espera exercer uma opção de compra de ações, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso. Os pagamentos correspondentes são reconhecidos como despesa no período no qual o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos ocorre e são registrados no resultado.

3.12 Impairment de ativos não financeiros, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil dos ativos imobilizados e ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que esses ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente e sempre que houver indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

3.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações contraídas por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas de recebíveis quando há acordos comerciais firmados com os fornecedores para divulgação ou realização de promoções de determinados produtos. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota 18) e, em caso de componente significativo de financiamento, ajustadas a valor presente considerando o requerimento do CPC 12 (R1) – Ajuste a valor presente.

(a) Verbas de Propaganda Cooperada - VPC

A VPC é uma prática comum no mercado varejista, na qual a empresa estabelece acordos comerciais com fornecedores relacionados aos volumes de venda, campanhas promocionais e ações de *marketing*. Esses valores a receber geralmente são classificados como dedução dos custos operacionais das empresas.

O reconhecimento da VPC ocorre quando as obrigações condicionais para o recebimento dos acordos são cumpridas. Esses valores podem ser mensurados conforme os termos do contrato entre a Companhia e o fornecedor ou de acordo com as campanhas específicas negociadas entre as partes. Os valores da VPC são recebidos após a conclusão desses acordos. Os montantes a receber relativos à VPC são reconhecidos como deduções dos saldos de fornecedores.

3.14 Operações de risco sacado “Forfait”

As operações de risco sacado “*forfait*”, decorrem de contratos firmados pela Companhia com Instituições financeiras para a liquidação de obrigações com fornecedores. Nessa operação a Companhia transfere, à Instituição financeira, a obrigação do pagamento ao fornecedor na data do vencimento do título ou em data preestabelecida, firmada com o fornecedor, passando a Instituição financeira a ser credora da operação.

A Companhia avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente destas operações e concluiu que os efeitos são imateriais para mensuração e divulgação (nota 19).

3.15 Obrigações por transações de pagamento

As obrigações com estabelecimentos conveniados que utilizam a plataforma da Companhia e os valores a pagar a usuários finais, relativos a transações de pagamento, são registradas pelo valor justo líquido da transação, quando aplicável.

As obrigações para concessão de *cashback* aos clientes participantes do programa de fidelidade são reconhecidas, pelo valor justo, quando o cliente adquire produtos ou serviços em um parceiro comercial credenciado que segue determinadas regras e prazos para liberação.

Essas obrigações com os estabelecimentos conveniados, bem como as obrigações para a concessão de *cashback* são registradas no balanço patrimonial, como “Adiantamento recebido de clientes”, classificadas no passivo circulante.

3.16 Ajuste a valor presente de clientes

De acordo com o CPC 12 (R1) – Ajuste a valor presente e IFRS 15 (CPC 47) – Receita de Contrato com Cliente, ao determinar o preço da transação, a Companhia deve ajustar o valor prometido da contraprestação pelos efeitos do valor do dinheiro no tempo se o momento dos pagamentos acordado pelas partes do contrato (explícita ou implicitamente) fornecer ao cliente ou à Companhia um benefício significativo do financiamento da transferência de bens ou serviços para o cliente. Nessas circunstâncias, o contrato contém um componente de financiamento significativo. Um componente de financiamento significativo pode existir independentemente de a promessa de financiamento estar explicitamente declarada no contrato ou implícita nas condições de pagamento acordadas pelas partes do contrato. Os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes das operações de longo prazo, ou de curto prazo quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

As operações de vendas a prazo, com o mesmo valor de venda à vista, prefixadas, representadas principalmente por vendas a prazo com cartões de crédito, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 14,55% ao ano em 31 de dezembro de 2023 (13,91% ao ano em 31 de dezembro de 2022), base dos descontos dos recebíveis nas respectivas datas-bases. Sobre os ajustes identificados, aplicou-se as alíquotas de impostos nas respectivas datas-bases. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber de clientes” (nota 9), em contrapartida da conta de “Receita de Vendas” (nota 27) e sua realização é registrada na rubrica “Receitas financeiras” pela fruição do prazo.

3.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao custo amortizado, líquido dos custos incorridos na transação. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.18 Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas, a cada data de reporte, pelo valor presente dos desembolsos de caixa prováveis que devem ser necessários para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.19 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em *joint ventures*, exceto quando a Companhia for capaz de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.



O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete os efeitos das práticas fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

(c) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no resultado do exercício

A despesa (ou receita) com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

3.20 Benefícios a empregados

(a) Remuneração com base em ações

A Companhia opera planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (ações AMER3) da Companhia.

O valor total a ser reconhecido como despesa ao longo do período de duração e aquisição de direito sobre ações dos planos (*vesting period*) é determinado mediante ao valor justo dos instrumentos outorgados, calculado na data da outorga dos programas de compra de ações, com base na cotação média dos fechamentos das ações na bolsa de valores onde são negociadas, sendo este valor apropriado ao resultado, com ajuste correspondente no patrimônio líquido, pelo método linear durante o *vesting period*, considerando a expectativa de desistência.

Na data do balanço, a Companhia revisa as estimativas de desistência sobre a quantidade de ações que estão em *vesting period*, com base em dados históricos, e, reconhece o impacto da revisão das estimativas, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Na data da outorga do plano, os valores recebidos dos empregados, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal). As ações emitidas ou ações restritas, conforme o caso, emitidas no final do *vesting period* são também creditadas no capital social, mas com base na capitalização das reservas que foram constituídas durante o *vesting period*.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não ofereceu nenhum novo plano de remuneração com base em ações aos seus executivos e empregados.

(b) Plano médico pós-aposentadoria

Conforme a legislação atual do Brasil, a Companhia oferece plano de saúde pós-aposentadoria aos seus colaboradores, garantindo aos funcionários que se aposentem ou são dispensados sem justa causa, o direito de continuar no plano com as mesmas condições de cobertura assistencial que tinham durante o período de trabalho.

Para usufruir desse benefício, os ex-funcionários precisam assumir o pagamento total do plano, incluindo a parte que era custeada pela empresa, com exceção daqueles que se aposentam por invalidez.



O custo da concessão deste benefício é determinado pelo Método de Crédito Unitário Projetado e a avaliação atuarial é realizada ao final de cada período anual de relatório. A remensuração, que inclui ganhos e perdas atuariais, o efeito do teto do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), é refletida imediatamente no balanço patrimonial como débito ou crédito reconhecido na demonstração do resultado abrangente no período em que ocorrem. A remensuração reconhecida como outros resultado abrangente não é reclassificada. O custo de serviços passados é reconhecido no resultado quando ocorre a alteração ou redução do plano, ou quando o Grupo reconhece os correspondentes custos de reestruturação ou benefícios de rescisão, se antes. Os ganhos ou as perdas da liquidação do plano de benefício definido são reconhecidos na data de liquidação.

Os juros líquidos são calculados aplicando a taxa de desconto ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido.

Os custos de benefícios definidos são classificados em três categorias: (i) custo de serviços, incluindo custo de serviços correntes, custo de serviços passados e ganhos e perdas sobre reduções e liquidações; (ii) despesa ou receita financeira líquida; e (iii) remensurações.

A Companhia reconhece as despesas dos serviços no resultado como despesas gerais e administrativas. As despesas ou as receitas de juros são reconhecidos como despesas ou receitas financeiras.

A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial consolidado representa o déficit ou superávit nos planos de benefícios definidos da Companhia. Qualquer superávit resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos.

(c) Benefícios a empregados de curto prazo

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado com relação aos ordenados e salários, férias e afastamentos por doença no período em que os correspondentes serviços são prestados a um montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de benefícios a empregados no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

(d) Participação nos lucros

Quando aplicável, o Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.21 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido e reconhecidas quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão (nota 25). Estes custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Quando a Companhia recompra ações do seu próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou negociadas. Quando essas ações são subsequentemente negociadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

3.22 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.



O Grupo reconhece a receita quando seu valor puder ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

O Grupo baseia suas estimativas levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Vendas de mercadorias e serviços

As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações, ou seja, quando ocorre a transferência do controle. Para casos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada não ocorrerá. Os pedidos de venda aprovados pelas administradoras de cartões de crédito, cujos produtos ainda não foram faturados, nem entregues aos clientes, e as vendas de vales-presentes que se encontram em poder dos clientes e que serão utilizados futuramente são registrados como “Adiantamento recebido de clientes” classificadas no passivo circulante.

Adicionalmente, a Companhia oferece serviços de tecnologia, transporte, intermediação na venda de produtos e serviços, dentre outros. As receitas de serviços são reconhecidas quando for provável que os serviços foram prestados e os benefícios transferidos a Companhia.

(b) Receita financeira

A receita financeira é decorrente das aplicações em títulos e outras aplicações financeiras, inclusive as de variações cambiais ativas que são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.23 Custo de mercadorias vendidas de serviços prestados

Corresponde ao custo médio ponderado da aquisição das mercadorias, que quando aplicável, inclui tributos não recuperáveis na aquisição, bem como o custo com serviços prestados. São acrescidos a esse custo os gastos com frete, seguro, manuseio, demais gastos para trazer os estoques em condições de comercialização, os ajustes de inventário e a provisão para perdas e obsolescência.

O custo das mercadorias vendidas é ajustado, por valores recuperados junto aos fornecedores, decorrentes de acordos comerciais por volume de compras, recomposição de margem, acordos de *marketing* entre outros. Esses ajustes são reconhecidos a medida em que os estoques que geraram o referido crédito, são comercializados.

3.24 Resultado por ação

A Companhia calcula o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações da companhia. O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o período. O objetivo da informação é proporcionar a mensuração da participação de cada ação da Companhia no desempenho da entidade durante o período.

A Companhia também calcula as quantias relativas ao resultado diluído por ação para o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da companhia e, se apresentado, o lucro ou o prejuízo resultante das operações continuadas (ou seja, excluído o resultado das operações descontinuadas) atribuível a esses titulares do capital próprio ordinário. Com a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a companhia ajusta o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias (capital próprio ordinário) da companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

3.25 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Quando aplicável, a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é registrado no patrimônio líquido até a data da aprovação.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado para fins fiscais e no patrimônio líquido para fins societários.

3.26 Adoção de normas novas e revisadas no exercício

Os pronunciamentos, orientações e interpretações que entraram em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023 não impactaram essas demonstrações financeiras, exceto quando detalhado abaixo.

Alterações à IAS 1 (CPC 26) Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade

A Companhia adotou as alterações à IAS 1 (CPC 26) pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 (CPC 26) com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil', gerando alterações de texto nesta nota explicativa. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 (CPC 26) também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do 'processo de materialidade em quatro passos' descrito na Declaração de Prática 2.

Alterações à IAS 8 (CPC 23) - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis

A Companhia adotou as alterações à IAS 8 (CPC 23) pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

Alterações à IAS 12 (CPC 32) Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação

A Companhia adotou estas alterações à IAS 12 (CPC 32) pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial, tais modificações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas na IAS 12 (CPC 32). De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, tais diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12 (CPC 32), a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, de forma que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12 (CPC 32). Tais alterações não geraram impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro — Reforma Tributária Internacional — Regra do Modelo do Pilar Dois

A Companhia adotou estas alterações à IAS 12 (CPC 32) pela primeira vez no exercício corrente. O IASB alterou a IAS 12 (CPC 32) para clarificar que a norma se aplica aos tributos sobre o lucro decorrentes da legislação fiscal promulgada ou substantivamente promulgada para implementar as regras modelo do Pilar Dois, publicadas pela OCDE, incluindo a legislação fiscal que implementa impostos nacionais mínimos qualificados descritos nessas regras. As alterações introduzem uma exceção temporária aos requisitos contábeis para impostos diferidos na IAS 12 (CPC 32), de modo a que uma entidade não reconheça nem divulgue informações sobre ativos e passivos diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois. Após as alterações, o grupo é obrigado a divulgar que aplicou a exceção e a divulgar separadamente sua despesa fiscal atual (receita) relacionada aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois.

3.27 Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia ainda não adotou as normas novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis. Os diretores da Companhia não esperam que a adoção das normas listadas abaixo tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros, exceto se indicado a seguir:

Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto — Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou *joint venture* contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou *joint venture*. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou *joint venture* contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou *joint venture*.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras no futuro caso transações dessa natureza ocorram.

Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 (CPC 26 (R1)) publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Passivo Não Circulante com Covenants

As alterações indicam que apenas *covenants* que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses *covenants* afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do *covenant* é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um *covenant* com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um *covenant* após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de *covenants* pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os *covenants* (incluindo a natureza dos *covenants* e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os *covenants*.

As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Alterações a IAS 7 (CPC 03) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 (CPC 40 (R1)) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação

As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 (CPC 03) afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 (CPC 40 (R1)) foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

O termo acordos de financiamento de fornecedores não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.

Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores:

- (i) Os termos e as condições dos acordos;
- (ii) O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos;
- (iii) O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento;
- (iv) As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores;
- (v) Informações sobre o risco de liquidez.

As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as divulgações desta natureza a serem realizadas nas demonstrações financeiras no futuro, quando da sua adoção.

Alterações à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos – Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”

As alterações ao IFRS 16 (CPC 06 (R2)) acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências do IFRS 15 (CPC 47), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início.

As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS16 (CPC 06 (R2)). Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo na IFRS 16 (CPC 06 (R2)) e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de venda e *leaseback* que se qualifica como venda na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) é um passivo de arrendamento.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Alterações no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado

Como principal impacto das alterações realizadas no pronunciamento, quaisquer perdas e/ou valores referentes a recuperação de ativos, que não sejam mensurados pelo IAS 36 (CPC 01) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos devem ser classificados na rubrica de “outras receitas” no Grupo 1 de contas da DVA; e não como “perda e recuperação de valores ativos” no Grupo 2 de contas da DVA, como anteriormente requerido pela norma, que gerará impactos para a Companhia quando adotada a norma, no exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2024, com a reclassificação destes valores na DVA.

As demais alterações, em sua grande maioria, referem-se a (i) adequações pontuais de texto para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA e consistências com demais pronunciamentos emitidos nos últimos anos; (ii) inclusão de seções explicativas da origem e razões conceituais para elaboração e divulgação da DVA e seu histórico; e (iii) atualização de nomenclaturas do plano de contas dos modelos anexados ao CPC 09 (R1).

IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. As principais alterações da norma são: (i) Novas categorias e subtotais na demonstração de resultados: operacional, investimento e financiamento; (ii) Divulgação em notas explicativas sobre medições não-contábeis utilizadas pela Companhia (como EBITDA, dívida líquida, entre outras); e (iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2027, quando substituirá a IAS 1 (CPC 26).

A Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras da adoção desta norma.

IFRS 19 – Controladas sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Esta norma, quando adotada, permitirá que as controladas elegíveis apliquem as normas IFRS com divulgações reduzidas em suas demonstrações financeiras individuais. Esta norma não trará impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, por se tratar de controladora do Grupo.

Melhorias anuais nas normas IFRS de 2024

Efetua alterações nas normas:

- IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge;
- IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação;
- IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação;
- IFRS 10, abordando a determinação do “de facto agent”; e
- IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras quando da adoção destas alterações.

4 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota 3, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.



As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir:

(a) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio e outros ativos não financeiros de acordo com as políticas contábeis apresentadas na nota 3.

Para as Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) de varejo, varejo *premium*, *fresh food* e de serviços financeiros o ágio apurado na aquisição do investimento foi avaliado para *impairment* utilizando a base em projeções de resultados futuros de cada UGCs, conforme demonstrado na nota 16(a).

Adicionalmente, os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) das controladas foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

(b) Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que poderá ser reconhecido e considerando o prazo provável de realização com base em projeções de lucros tributáveis futuros. As premissas para as projeções dos lucros tributáveis futuros estão alinhadas ao plano de negócio da Companhia aprovado pela administração, conforme nota 12 (d).

(c) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo, conforme nota 17 ©.

(d) Valor justo de instrumentos financeiros sem cotação em mercados ativos

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante a uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos (nota 5).

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis do Grupo

(a) Avaliação do modelo de negócios de ativos financeiros

A classificação e mensuração de ativos financeiros depende dos resultados do teste de “apenas pagamentos de principal e juros” e do teste do modelo de negócios. O Grupo determina o modelo de negócios em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo de negócios específico. Essa avaliação inclui julgamento que reflete todas as evidências relevantes incluindo a forma como o desempenho dos ativos é avaliado e como seu desempenho é mensurado, os riscos que afetam o desempenho dos ativos e como esses ativos são geridos e como os gestores dos ativos são remunerados.

(b) Provisão de perda de crédito estimada

Ao mensurar a provisão para perdas de crédito estimada, o Grupo usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais. A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da provisão e é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras, conforme nota 9.

(c) Perdas estimadas nos estoques

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos nos centros de distribuição e nas lojas físicas, bem como na venda de itens abaixo do preço de aquisição e estoques sem venda.

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no valor realizável líquido das mercadorias. Caso a mercadoria esteja registrada por um valor maior que o respectivo preço de venda, é realizada a provisão na proporção da margem negativa de cada produto. O saldo dos estoques é apresentado líquido desta provisão, conforme nota 10.

(d) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível, baseado em laudo elaborado por especialista independente, considera a melhor estimativa sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Periodicamente a Administração avalia as mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor que podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil (notas 15 e 16).

(e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os testes de *impairment* são realizados considerando as projeções de resultado futuro, calculado com base em premissas internas e de mercado, descontadas a valor presente. Essas projeções são calculadas considerando as melhores estimativas da Administração, que são revistas quando ocorrem mudança no cenário econômico ou no mercado consumidor.

(f) Ativos e passivos contingentes

O Grupo registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Ativos contingentes são eventos que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a Companhia. Quando praticamente certos, com base em pareceres jurídicos que sustentem a sua realização, são reconhecidos no resultado do exercício (nota 24).

(g) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o Lucro – IFRIC 23 (ICPC 22)

No que se refere a tratamentos fiscais incertos, previstos no IFRIC 23 (ICPC22) – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, quanto ao imposto de renda e contribuição social e, também para os demais tributos, a administração avalia a probabilidade de aceite e decisões de tribunais superiores de última instância. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

5. Gestão de riscos financeiros

5.1 Fatores de riscos financeiros

No curso normal de seus negócios, o Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de inflação e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. O Grupo detinha operações de *swaps*, dos quais foram descontinuados no exercício de 2023, para minimizar sua exposição a esses riscos. Com base no monitoramento realizadas por seus diretores, e supervisionada pelo Conselho de Administração, é determinada quais as estratégias a serem adotadas e a contratação de *swaps* adequados a cada circunstância e riscos inerentes.

(a) Riscos de Mercado

(i) Risco cambial

O Grupo se utilizava de *swaps* tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante as captações de recursos em moedas estrangeiras. Com a cautelar emitida em 12 de janeiro de 2023, todas as operações de *swaps* em vigor naquele momento foram descontinuadas, algumas delas com as respectivas liquidações financeiras efetivadas e outras gerando saldos líquidos passivos para a Companhia junto às instituições financeiras contrapartes das operações, que serão liquidados de acordo com os termos do Plano de Recuperação Judicial. Portanto, a partir da descontinuidade das operações de *swaps*, a Companhia passou a ficar com as suas dívidas em moeda estrangeira totalmente expostas à variação cambial.

Análise de sensibilidade

A Administração, efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa efetiva anual de US\$ em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

		31/12/2023		Efeito no resultado		
		Moeda estrangeira	Reais	Cenário I Provável 2024 (i)	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
USD	Empréstimos e financiamentos	(1.507)	(7.294)	(241)	(2.125)	(4.009)
Impacto no resultado		(1.507)	(7.294)	(241)	(2.125)	(4.009)
Premissas adotadas:		31/12/2023		Provável (i)	+25%	+50%
USD		4,84		5,00	6,25	7,50

(i) Taxa anual estimada do dólar em 2024, com base no Relatório Focus do Banco Central.

(ii) Risco da taxa de juros

O Grupo se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, bem como sustentar sua posição de liquidez, quando necessário, o Grupo obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País, que são substancialmente (cerca de 91% do total), indexados à variação do CDI e à variação do IPCA. A companhia descontinuou todas as operações de *swap* passando a ficar com as suas dívidas atreladas a índices financeiros (IPCA) totalmente expostas à variação desses índices.

Adicionalmente, em fevereiro de 2023, a Companhia obteve empréstimo junto aos seus acionistas de referência em forma de DIP, também indexado à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI e no IPCA. Por outro lado, como o objetivo de mitigar parte dos efeitos desta exposição, a Companhia investe seu caixa substancialmente em Certificados de Depósitos Bancários, Letras financeiras e Fundo de renda fixa indexados à variação do CDI.

Análise de sensibilidade

A Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários, considerando o cenário provável estimado pela Administração para o exercício seguinte e, adicionalmente, considerando deterioração da taxa efetiva anual do CDI e IPCA em 25% ou 50% superiores ao cenário provável, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2023	Cenário I Provável 2024 ¹	Cenário II (+25%) (i)	Cenário III (+50%) ¹
Equivalentes de caixa	1.454	(23)	13	50
Títulos e valores mobiliários	2.245	(36)	20	77
Empréstimos e financiamentos	(8.596)	138	(77)	(293)
CDI Debêntures	(6.472)	104	(58)	(221)
Impacto no resultado	(11.369)	183	(102)	(387)
IPCA Debêntures	(1.162)	7	(5)	(16)
Impacto no resultado	(1.162)	7	(5)	(16)
Premissas adotadas:	31/12/2023	Provável (i)	+25%	+50%
CDI	11,65%	10,04%	12,55%	15,06%
IPCA	4,46%	3,90%	4,88%	5,85%

(i) Taxa anual estimada de juros em 2024, com base no Relatório Focus do Banco Central.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, descontinuados no exercício de 2023, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em uma modelagem interna que considera variáveis como classificação de *rating* e tamanho do Patrimônio Líquido das contrapartes. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas em cartão do Grupo serem realizadas substancialmente por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito do mercado, que possuem excelentes níveis de classificação de risco. O Grupo mantém provisão de perda de créditos estimada em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões de fluxo de caixa e de liquidez do Grupo, para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração as expectativas de geração operacional de caixa, os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas contratuais e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos e níveis de riscos apropriados para fornecer liquidez suficiente à Companhia, conforme determinada pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa, em valores nominais, os passivos financeiros do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data final do contrato. No entanto face ao atual cenário de recuperação judicial, conforme mencionado na nota 1, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de alguns dos seus passivos financeiros serão negociados com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	5.866	-	-	-	5.866
Risco Sacado	15.908	-	-	-	15.908
Combinação de negócios	40	-	-	-	40
Combinação de negócios – opção de compra	107	-	-	-	107
Empréstimos e financiamentos e debêntures	23.523	-	-	-	23.523
Arrendamentos a pagar	452	535	1.380	2.599	4.966

5.2 Gestão de Capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é o de manter uma estrutura de capital eficiente para minimizar os custos a ela associados e assegurar a continuidade de suas operações, para oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios aos demais *stakeholders*.

O monitoramento da dívida do Grupo é realizado através do índice de Dívida Líquida/EBITDA, além do acompanhamento dos acordos de pagamento do plano de recuperação judicial, conforme mencionado na nota 1.

6. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

	Hierarquia	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros					
Mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber de clientes	Nível 2	2.371	5.010	2.380	5.413
Contas a receber - partes relacionadas	Nível 2	277	55	-	14
Mensurados a valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa	Nível 2	1.454	2.234	1.454	2.234
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	1.608	2.260	2.245	3.640
Passivos financeiros					
Mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	Nível 2	5.756	6.538	5.866	6.748
Risco sacado	Nível 2	15.908	15.910	15.908	15.910
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	23.821	21.024	23.523	22.749
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	1.153	1.514	-	16
Arrendamentos a pagar	Nível 2	4.915	6.068	4.966	6.128
Mensurados a valor justo por meio do resultado					
Combinação de negócios - contas a pagar	Nível 2	30	30	40	186
Combinação de negócios - opção de compra	Nível 3	107	115	107	116
Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>)	Nível 2	-	(56)	-	(56)
Mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Instrumentos financeiros derivativos (<i>hedge</i>)	Nível 2	-	(291)	-	1.678

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				Reapresentado
Caixa e bancos	227	179	304	245
Certificados de Depósito Bancário – CDBs (i)	1.169	2.234	1.169	2.234
Letras Financeiras (ii)	285	-	285	-
	1.681	2.413	1.758	2.479

- (i) Os Certificados de Depósito Bancário são remunerados a uma taxa média de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (106% do CDI em 31 de dezembro de 2022). Os CDBs classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.
- (ii) Letras Financeiras do Tesouro são remuneradas a aproximadamente 100% do CDI em 31 de dezembro de 2023. Letras Financeiras classificadas como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

8. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs (i)	55	1.173	351	1.369
Letras Financeiras (ii)	1.516	875	1.821	1.084
Cotas subordinadas (Fênix-FIDC)	1	178	1	-
Cotas FIDC (demais carteiras)	-	-	2	44
Fundos de renda fixa (iii)	36	34	70	1.143
	1.608	2.260	2.245	3.640
Parcela do circulante	1.608	2.082	2.245	3.596
Parcela do não circulante	-	178	-	44

- (i) Os Certificados de Depósitos Bancários, integralmente de instituições financeiras, são remunerados a uma taxa média de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (106% do CDI em 31 de dezembro de 2022), na controladora e consolidado. Os CDBs registrados como títulos e valores mobiliários estão bloqueados judicialmente ou mantidos como garantia de fiança. Não há intenção de alienação desses títulos para um prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.

- (ii) Na controladora os saldos são bloqueios realizados pelo BTG e Votorantim em garantia devido ao processo de recuperação judicial ocorrida em 19 de dezembro de 2023. Os saldos das subsidiárias referem-se a Letras Financeiras do Tesouro remuneradas a 116% da CDI em 31 de dezembro de 2023.
- (iii) Controladora e consolidado aplicam em Fundos administrados por instituições financeiras de primeira linha, basicamente títulos públicos federais, debêntures e certificados de depósito bancário, podendo ser negociados a qualquer momento.

9. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				Reapresentado
Cartões de crédito (i)	1.731	2.210	1.972	3.563
Carteira digital (ii)	455	1.456	-	-
Fundo de Investimento – FIDC	-	1.161	68	1.161
Débitos eletrônicos e outros meios de pagamento	119	28	169	137
Contas a receber – Serviços	10	-	19	46
Demais contas a receber	82	174	195	528
	2.397	5.029	2.423	5.435
Provisão de perda de crédito estimada	(26)	(19)	(43)	(22)
	2.371	5.010	2.380	5.413

- (i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas, geralmente, em até doze meses. O risco de crédito do Grupo é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito.
- (ii) Saldo em aberto na plataforma Ame Digital.

O *aging list* do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				Reapresentado
A vencer	2.353	5.023	2.356	5.384
Vencidos:				
até 30 dias	5	2	10	27
31 a 60 dias	2	-	3	3
61 a 90 dias	3	-	3	4
91 a 120 dias	2	1	2	4
121 a 180 dias	6	2	6	6
mais de 180 dias	26	1	43	7
	2.397	5.029	2.423	5.435

A provisão de perda de crédito estimada é baseada na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos e sua movimentação está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(25)	(42)
Adições	(23)	(29)
Reversões	29	49
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(19)	(22)
Adições	(26)	(46)
Reversões	19	25
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(26)	(43)

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mercadorias para revenda	2.577	4.625	2.636	4.714
Suprimentos e embalagens	60	43	60	43
Mercadoria de terceiros	26	-	26	-
Provisão para perdas	(328)	(316)	(328)	(313)
Provisão para obsolescência	(366)	(741)	(366)	(744)
	1.969	3.611	2.028	3.700

A movimentação das provisões para perdas e obsolescência está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(279)	(282)
Adições	(777)	(775)
Acervo advindo de controladas incorporadas	(1)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.057)	(1.057)
Reversões	363	363
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(694)	(694)

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				Reapresentado
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.591	1.551	1.605	1.563
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	82	123	125	153
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	2.259	3.007	2.441	3.096
Outros	16	36	26	53
	3.948	4.717	4.197	4.865
Parcela do circulante	900	1.330	1.149	1.476
Parcela do não circulante	3.048	3.387	3.048	3.389

12. Imposto de renda e contribuição social

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

(a) Imposto de renda e contribuição social – correntes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				Reapresentado
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	627	573	646	587
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	16	17	29	22
	643	590	675	609
Parcela do circulante	435	185	467	204
Parcela do não circulante	208	405	208	405
Passivo				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	-	11	4
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	-	5	2
	-	-	16	6

(b) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social (a)	(7.087)	(13.106)	(7.034)	(13.349)
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	2.410	4.456	2.392	4.539
Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL				
Equivalência patrimonial	243	(237)	(1)	(1)
Prejuízo fiscal e base negativa não constituído	-	(4.409)	-	(4.485)
Reconhecimento de prejuízo fiscal de exercícios anteriores	2.220	-	2.429	-
Despesas indedutíveis	(58)	76	(58)	76
Despesa com Imposto de renda e contribuição social (b)	4.815	(114)	4.762	129
Corrente	-	(59)	(32)	(101)
Diferido	4.815	(55)	4.794	230
Alíquota efetiva (b/a)	(68%)	1%	(68%)	(1%)

(c) Composição e movimentação dos tributos diferidos

	Controladora						
	Aumento / (Redução)						
	01/01/2022	No Patrimônio	No Resultado	31/12/2022	No Patrimônio	No Resultado	31/12/2023
Prejuízos fiscais e bases negativas	1.329	-	1.111	2.440	(6)	7.228	9.662
Reversão de Créditos Fiscais Constituídos	(1.329)	-	(1.111)	(2.440)	-	(2.413)	(4.853)
Diferenças temporárias:							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	168	-	29	197	-	317	514
Provisão para perda de estoques e contas a receber	429	-	15	444	-	270	714
Ajustes a valor presente	29	-	-	29	-	(26)	3
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	72	-	9	81	-	128	209
Capitalização de juros	20	-	18	38	-	(38)	-
Hedge de Fluxo de Caixa	140	(140)	-	-	-	-	-
Crédito fiscal de controladas no exterior	64	-	-	64	-	(1)	63
Outras adições	36	-	200	236	-	280	516
Reversão de Créditos Fiscais de Diferenças Temporárias	(395)	-	(244)	(639)	-	(905)	(1.544)
Reversão de Créditos Fiscais de Hedge Fluxo de Caixa	(140)	-	140	-	-	-	-
Total ativo fiscal diferido	423	(140)	167	450	(6)	4.840	5.284
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(236)	-	(56)	(292)	-	62	(230)
Variação cambial de empréstimos	(122)	-	34	(88)	-	(18)	(106)
Outras exclusões	(65)	-	(5)	(70)	-	(69)	(139)
Total (passivo) fiscal diferido	(423)	-	(27)	(450)	-	(25)	(475)
Saldo líquido do ativo fiscal diferido	-	(140)	140	-	(6)	4.815	4.809



	Consolidado						
	Aumento / (Redução)						
	01/01/2022	No Patrimônio	No Resultado	31/12/2022	No Patrimônio	No Resultado	31/12/2023
Prejuízos fiscais e bases negativas	1.732	-	832	2.564	12	7.774	10.350
Reversão de Créditos Fiscais Constituídos	(1.732)	-	(832)	(2.564)		(2.966)	(5.530)
Diferenças temporárias:							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	172	-	42	214	-	313	527
Provisão para perda de estoques e contas a receber	434	-	13	447	-	475	922
Ajustes a valor presente	29	-	-	29	-	(26)	3
Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS16	89	-	(7)	82	-	127	209
Capitalização de juros	20	-	18	38	-	(38)	-
Hedge de Fluxo de Caixa	140	(140)	-	-	-	-	-
Crédito fiscal de controladas no exterior	64	-	-	64	-	-	64
Outras adições	44	-	229	273	-	246	519
Reversão de Créditos Fiscais de Diferenças Temporárias	(148)	-	(484)	(632)	-	(1.128)	(1.760)
Reversão de Créditos Fiscais de Hedge Fluxo de Caixa	(140)	-	140	-	-	-	-
Total ativo fiscal diferido	704	(140)	(49)	515	12	4.777	5.304
Créditos extemporâneos	-	-	-	-	-	(10)	(10)
Ajuste a valor justo de ativos	(243)	-	174	(69)	(37)	54	(52)
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(240)	-	(52)	(292)	-	63	(229)
Variação cambial de empréstimos	(123)	-	38	(85)	-	(20)	(105)
Outras exclusões	(98)	-	29	(69)	-	(70)	(139)
Total (passivo) fiscal diferido	(704)	-	189	(515)	(37)	17	(535)
Saldo líquido do ativo fiscal diferido (iii)	-	(140)	140	-	(25)	4.794	4.769

(d) Previsão de realização dos tributos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2023

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis em 2024 em montante suficiente à realização desses valores, em decorrência principalmente do ganho que a Companhia espera ter na modificação dos seus passivos financeiros em 2024 no âmbito da Recuperação Judicial, conforme descrito na nota 35, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, nos montantes a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2024	4.809	4.769
	4.809	4.769

13. Transações com partes relacionadas

	A receber (a pagar)		Receitas (despesas)	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Operações com controladas diretas e indiretas:				
Serviços de tecnologia, <i>fintech</i> e intermediação	(880)	(1.268)	(284)	(1.571)
Ame Digital (i)	(890)	(1.250)	(89)	(1.266)
BIT Services (ii)	20	(5)	(195)	(305)
Super Now	(10)	(13)	-	-
Serviços de Transporte	50	(108)	(233)	(439)
Click/Direct (iii)	50	(108)	(233)	(439)
Transação Mercantil	(80)	(92)	(155)	(698)
ST Importações/ QSM (iv)	(80)	(92)	(155)	(698)
Outras transações (v)	3	-	-	-
Louise Holdings Ltda.	(2)	(2)	-	-
Cheyney Financial S.A.	1	1	-	-
BWU Comércio e Entretenimento S.A.	1	1	-	-
Demais contas a receber	3	-	-	-
Operações com controlada em conjunto	31	9	-	-
Americanas Local (vi)	31	9	-	-
Ativo Circulante - Controladora	277	39	-	-
Ativo Não Circulante - Controladora	-	16	-	-
Passivo Circulante - Controladora	(1.153)	(1.514)	-	-
Contas a Receber	455	1.456	-	-
Ame Digital	455	1.456	-	-
Debêntures	(9.111)	(6.638)	(969)	(911)
B2W LUX (vii)	(3.581)	(3.200)	(380)	(438)
JSM Global (vii)	(3.863)	(3.438)	(425)	(473)
Debentures - DIP (vii)	(1.667)	-	(164)	-
Operações entre controladas e outras partes relacionadas:	-	(11)	-	-
- Operações Nexoos Tec x Nexoos Holding e a Nexoos SEP	-	(11)	-	-
Ativo Não Circulante - Consolidado	-	14	-	-
Passivo Circulante - Consolidado	-	(16)	-	-

(i) Os valores de contas a receber (pagar) com a Ame Digital, referem-se às comissões pelas vendas efetuadas via plataforma de *Marketplace* da Controladora e reembolso de despesas compartilhadas. Os recebíveis por meio da carteira digital – Ame Digital estão apresentados na rubrica “Contas a receber de cliente” (nota 9).

(ii) Refere-se à prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas prestados pelas controladas e reembolso de despesas compartilhadas.

(iii) As transações com a empresa Click, controlada integral, referem-se a despesas com frete, repasse de recebíveis e reembolso de despesas compartilhadas.

(iv) As operações de transação mercantil referem-se a compra de mercadorias da ST Importações Ltda. E da QSM Distribuidora e Logística, adquiridas de fornecedores internacionais.

(v) Outras transações referem-se, principalmente, a reembolso de despesas e outros serviços com outras controladas diretas ou indiretas do grupo e controladas em conjunto.

(vi) As transações com a empresa Americanas Local S.A anteriormente denominada como Vem Conveniência, referem-se a reembolso de despesas e outros serviços.

(vii) Essas transações, classificadas na conta contábil debêntures, referem-se a debêntures emitidas pela Companhia. Esses saldos e suas respectivas condições, incluindo valores nominais, datas de vencimento e taxas de juros, estão detalhados na nota 21.

14. Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Aporte de Capital	Ajuste de conversão	Transferência para provisão de perdas	Dividendos	Acervo Líquido Adquirido/Cindido	Outros	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldos em 31/12/2023
Reapresentado										
Ame Holding	837	(47)	513	-	-	-	-	(12)	-	1.291
JSM Global (i)	-	-	-	-	280	-	-	-	-	280
B2W Lux (i)	-	-	-	-	189	-	-	-	-	189
Uni.co S.A.	159	39	-	-	-	-	-	-	-	198
ST Importações	102	6	-	-	-	-	-	-	-	108
Americanas Local S.A. (ii) (iii)	583	(170)	-	-	-	-	(384)	-	-	29
Submarino Finance	85	6	-	-	-	-	-	-	-	91
Louise Holdings	78	-	-	(6)	-	-	-	-	-	72
QSM Distribuidora e Logística	-	-	-	-	38	-	-	-	-	38
BWU Comércio e Entretenimento	45	(23)	-	-	-	-	-	-	-	22
Digital Finance	12	2	-	-	-	-	-	-	-	14
Extrafruti	9	2	-	-	-	(2)	-	-	-	9
Freijó Administração e Participações	3	1	-	-	-	-	-	-	-	4
Skoob	1	(4)	-	-	3	-	-	-	-	-
Bit Services	3	(27)	-	-	24	-	-	-	-	-
Outros	26	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Total de investimentos	1.943	(215)	513	(6)	534	(2)	(384)	(12)	-	2.371
B2W Lux	(272)	457	-	-	(189)	-	-	-	4	-
Mesa - Express	(171)	2	-	-	-	-	-	-	-	(169)
Click – Rodo Entregas Ltda	(40)	(96)	-	-	-	-	-	(4)	-	(140)
Super Now	(1)	(60)	1	-	-	-	-	(2)	-	(62)
Klanil Services	(40)	-	-	3	-	-	-	-	-	(37)
Bit Services	-	-	-	-	(24)	-	-	-	-	(24)
Skoob	-	-	-	-	(3)	-	-	-	-	(3)
JSM Global (ii)	(307)	585	-	-	(280)	-	-	-	2	-
QSM Distribuidora e Logística	(3)	41	-	-	(38)	-	-	-	-	-
Total de provisão para perdas em investimentos	(834)	929	1	3	(534)	-	-	(6)	6	(435)
Total	1.109	714	514	(3)	-	(2)	(384)	(18)	6	1.936

(i) A equivalência patrimonial das empresas JSM Global e B2W Lux, foi impactado pela liquidação dos derivativos, conforme descrito na nota 5.1.

(ii) O saldo de investimento na controladora em 31 de dezembro de 2023 considera as empresas Americanas Local S.A e Extrafruti.

(iii) Após encerramento da parceria de 50% das ações, em 30 de novembro de 2023, a Companhia alterou a sua razão social de Vem Conveniência S.A. para Americanas Local S.A e a Americanas passou a ser titular da integralidade das ações.

	Saldos em 01/01/2022	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Aporte de Capital	Ajuste de conversão	Transferência para provisão de perdas	Dividendos	Aumento (redução) participação societária	Valor justo do acervo líquido contribuído pelos acionistas	Impairment	Investimentos Incorporados	Outros	Saldos em 31/12/2022
	Reapresentado												Reapresentado
Ame Holding	844	(244)	-	575	-	-	-	(155)	-	-	-	(183)	837
VEM Conveniência	-	5	-	73	-	-	-	51	454	-	-	-	583
Uni.co S.A	-	(42)	-	-	-	-	-	-	-	(154)	345	10	159
ST Importações	92	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	102
Submarino Finance	94	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	85
Louise Holdings	83	-	-	-	(5)	-	-	-	-	-	-	-	78
BWU Comércio e Entretenimento	86	4	-	-	-	-	(45)	-	-	-	-	-	45
Digital Finance	16	(4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Extrafruti	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	9
Bit Services	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	3
Freijó Administração e Participações	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
SuperNow	4	(75)	-	40	-	1	-	-	-	-	-	30	-
Skoob	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(23)	25	-	1
BFF Logística e Distribuição	59	(26)	-	-	-	-	-	-	-	-	(202)	169	-
QSM Distribuidora e Logística	17	(20)	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
B2W Lux	51	-	(323)	-	-	272	-	-	-	-	-	-	-
JSM Global	12	-	(319)	-	-	307	-	-	-	-	-	-	-
IF Capital	2.509	127	-	42	(2)	-	-	-	-	-	(2.550)	(126)	-
Outros	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Total de investimentos	3.896	(273)	(642)	730	(7)	586	(45)	(104)	454	(177)	(2.375)	(100)	1.943
JSM Global	-	-	-	-	-	(307)	-	-	-	-	-	-	(307)
B2W Lux	-	-	-	-	-	(272)	-	-	-	-	-	-	(272)
Mesa - Express	-	(303)	-	-	-	-	-	132	-	-	-	-	(171)
Click – Rodo Entregas Ltda	-	(59)	-	-	-	-	-	19	-	-	-	-	(40)
Klanil Services	(33)	-	-	-	(7)	-	-	-	-	-	-	-	(40)
QSM Distribuidora e Logística	-	-	-	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	(3)
SuperNow	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
Bit Services	(5)	8	-	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-
Total de provisão para perdas em investimentos	(38)	(354)	-	-	(7)	(586)	-	151	-	-	-	-	(834)
Total	3.858	(627)	(642)	730	(14)	-	(45)	47	454	(177)	(2.375)	(100)	1.109

(b) Controladas

Abaixo apresentamos as informações sobre as principais empresas em operação do grupo referente a 31 de dezembro de 2023:

(i) Ame Digital (controlada indireta)

A Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. "Ame Digital", constituída em 31 de julho de 2019, obteve em 2022 autorização do BACEN para operar como instituição de pagamento, emitindo moeda eletrônica pré-paga. Além disso, expandiu suas operações como Credenciadora, gerando receita através de taxas pagas por estabelecimentos comerciais. Também ofereceu cartões pré-pagos e de crédito em parceria com emissores locais. Adicionalmente, atuou como *hub* de empréstimos, principalmente em parceria com instituições financeiras e plataformas de crédito, gerando receita através de comissionamento.

Outras modalidades de negócios também foram operadas ao longo do ano, tais como o *hub* de seguros que finalizou o ano de 2022 com sete modalidades de seguros e planos distintos, como também funcionalidades que visam facilitar a vida do consumidor tais como recarga de celular, cartão transporte, *gift cards*, *streaming*, *games*, *food delivery*, *doações* etc.

Em 30 de dezembro de 2022, foi aprovada, sem quaisquer ressalvas, a transferência dos investimentos das controladas "Eco Logística", "Ecolivery Courrieiros" e "Courrieiros Transportes", para a (i) "Click Rodo Entregas Ltda.", e o acervo dos investimentos na "BIT Capital", "Nexos Tecnologia" e "Nexos Gestão" para a (ii) "Mesa Express Serviço de Informação na Internet S/A." A aprovação da cisão parcial teve por objetivo a reorganização societária dentro do Grupo econômico, visando à segregação dos ativos não relacionados às atividades principais da Ame, objetivando o aumento da eficiência nas operações, especialmente no âmbito financeiro e administrativo, reduzindo custos e aumentando sinergias. Essa reestruturação ainda aguarda aprovação do BACEN.

Durante o ano de 2023, a Ame Digital recebeu aportes de capital em conformidade com as alterações no contrato social. Ao todo, os aportes totalizaram R\$ 513 em 31 de dezembro de 2023.

(ii) B2W Digital Lux S.À.R.L. – Em Recuperação Judicial (controlada direta)

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia.

Emitiu, em novembro de 2020, títulos de dívida no exterior (*Bonds*), no montante de US\$ 500 milhões, com vencimento em 10 anos e remuneração anual de 4,375%.

(iii) JSM Global S.À.R.L. – Em Recuperação Judicial (controlada direta)

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia.

Emitiu, em setembro de 2020, títulos de dívida no exterior (*Bonds*), no montante de US\$ 500 milhões, com vencimento em 10 anos e remuneração anual de 4,75%.

(iv) Uni.co S.A. (controlada direta)

O Grupo Uni.co S.A., que teve 70% do seu capital adquirido pela IF Capital em julho de 2021, atua em varejo especializado de franquias no Brasil e dono das marcas *Puket*, *Imaginarium*, *MinD* e *LoveBrands*, passou a ser controlada direta da Companhia em decorrência de reestruturação societária aprovada em Assembleia Geral Extraordinária "AGE" realizada em 30 de setembro de 2022, com a incorporação da IF Capital. A aquisição do restante das ações (30%) ocorreria em até em 3 anos, através de um acordo de opções simétricas, que conferiu a Companhia uma opção de compra e aos acionistas vendedores do Grupo Uni.co uma opção de venda. Tais opções (de compra e venda), possuem uma faixa de valor pré-definida e de acordo com a performance do plano de negócios, a ser calculado ao final do exercício de 2023. As opções podem ser exercidas por ambas as partes a qualquer momento entre 01 de março de 2024 e 31 de maio de 2024. A Companhia entende que o IAS 32 (CPC 39) toma precedente, e realizou a contabilização de um passivo financeiro, refletindo a obrigação incondicional da Companhia de liquidar este instrumento, considerando que as opções são simétricas.

Em 20 de março de 2024, a Companhia concluiu a aquisição dos 30% restantes do capital social da Uni.Co S.A., por meio do pagamento de R\$ 107 para a Squadra I Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia.

Um membro do conselho de administração da Companhia, possuía participação minoritária não relevante no Fundo de investimento Squadra I Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia.

(v) Parati Crédito Financiamento e Investimento S.A. (controlada indireta)

Em 2 de janeiro de 2023, a Companhia, através de sua controlada Ame Holding Ltda., efetuou o pagamento do preço de compra detalhado abaixo e, desta forma, concluiu a aquisição de 100% e do controle sobre a Parati Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Parati"). A aprovação do Banco Central do Brasil ocorreu em março de 2023.

A Parati é uma financeira que possui acesso direto ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e ao Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), sendo uma das únicas 20 instituições no País homologadas para realizar Iniciação de Transação de Pagamento (ITP). Atua, ainda, como *Bank as a Service (BaaS)* e *Regtech*, integrando *fins* ao sistema bancário, possibilitando captação direta de recursos por meio de emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), e habilitada a oferecer soluções de crédito para pessoas físicas e jurídicas.

A transação para aquisição da totalidade das ações da Parati envolveu um pagamento de R\$ 47, em caixa.

Em conformidade com o IFRS 3 (CPC 15 (R1)), a Companhia concluiu os estudos para determinação do valor justo dos ativos e passivos para a alocação do preço de compra.

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos, assim como o ágio de R\$ 29 apurado nesta combinação de negócios são como a seguir:

Ativos adquiridos e (passivos assumidos)	
Caixa e equivalentes de caixa	16
Relações interfinanceiras	38
Operações de crédito – circulante	3
Outros ativos circulantes	5
Operações de crédito – não circulante	4
Intangível – Licença de operação SCFI	6
Depósitos de livre movimentação	(16)
Depósitos de prazo	(24)
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	(1)
Obrigações fiscais e previdenciárias	(2)
Outras obrigações	(11)
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos (1)	18
Contraprestação transferida (2)	47
Ágio (2) – (1)	29

O ágio decorre principalmente pela expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*), uma vez que a aquisição permitirá à Companhia fornecer serviços relacionados à concessão de crédito e outras soluções financeiras, incluindo conta digital, cartão de crédito, cartão pré-pago, empréstimos, PIX e outros, tanto para clientes Pessoa-Física quanto para estabelecimentos comerciais.

O benefício econômico da licença de operação SCFI (sociedades de crédito, financiamento e investimento), de vida útil indeterminada, provém da aquisição do ativo pronto para uso, não havendo necessidade, por parte da adquirente, de despender tempo na constituição dele. Desta forma, procedemos à avaliação de tal ativo pela metodologia "*With and Without Method*", que calcula o valor de um ativo a partir da elaboração de cenários nos quais (i) a empresa detém o ativo (*with*) e o (ii) a empresa não possui e necessita adquirir ativo (*without*).

(iv) Americanas Local S.A. – anteriormente denominada Vem Conveniência (controlada direta)

A *joint venture* foi formada em parceria com a Vibra para a exploração do negócio de lojas de pequeno varejo, dentro e fora de postos de combustível, através das redes de lojas Local e BR Mania. A parceria foi consumada através da constituição da sociedade Vem Conveniência S.A. cujo capital era detido pela Americanas e pela Vibra, ambas com participações de 50%.



No contexto da Recuperação Judicial, a Americanas e a Vibra Energia S.A. encerraram sua parceria em 30 de novembro de 2023, conforme estipulado no Termo de Encerramento de Parceria assinado em 23 de agosto de 2023.

Após o Encerramento: (i) a Americanas passou a ser titular da integralidade das ações de emissão da Vem, que é a sociedade detentora das lojas de pequeno varejo “Local”; e (ii) a Vibra passou a deter a totalidade das lojas de pequeno varejo “BR Mania” através da VBBR Conveniência S.A., uma nova sociedade incorporada pela Vibra para tal finalidade.

Ainda, como resultado do Encerramento, a Vibra realizou o pagamento à Americanas no valor de R\$192, e a Companhia alterou a sua razão social de Vem Conveniência S.A., para Americanas Local S.A.

(v) Hortigil Hortifruti S.A. (Incorporada à Companhia em 30/09/2022)

Em Assembleia Geral Extraordinária “AGE” realizada em 30 de setembro de 2022 foi aprovada, por maioria de votos, os termos e condições do Protocolo e Justificação de Incorporação, firmado em 09 de agosto de 2022, das empresas IF Capital Ltda., da Hortigil Hortifruti S.A., da Natural Administradora de Cartões de Crédito S.A., da Natural da Terra Comércio Varejista Hortifruti Ltda., da Natural da Terra Hortifruti Ltda. E da Horti Frutti Corujas Ltda. A “AGE” aprovou, também, o detalhamento do objeto social da Companhia, previsto no Art. 3º do seu Estatuto Social de forma a fazer referência às atividades já desenvolvidas indiretamente através das controladas da Companhia objeto da Incorporação.

A Incorporação não resultou em aumento de capital da Companhia, tendo em vista que esta é titular da totalidade da participação, direta ou indiretamente, do capital social das Incorporadas.

A data base da incorporação, suportada por laudo de avaliação emitido por peritos independentes, aprovados na respectiva “AGE”, foram as demonstrações financeiras de 31 de março de 2022. As variações patrimoniais relativas às contas que compõe o acervo incorporado apuradas entre 01 de abril de 2022 e 30 de setembro de 2022, no montante líquido de R\$ 2.550 foram apropriadas à Companhia, no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2022, em contrapartida à conta de investimentos.

(c) Informações sobre investimentos

31 de dezembro de 2023

	% Participação	Ativo Total	Passivo Total	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (Prejuízo)
Controladas diretas						
Americanas Local S.A	100	96	67	203	29	(170)
Submarino Finance	100	95	4	12	91	6
ST Importações	100	245	137	4	108	6
QSM Distribuidora e Logística	100	38	-	5	38	41
BIT Services	100	40	64	210	(24)	(27)
Digital Finance	100	15	1	1	14	2
B2W Rental	99,96	4	-	39	4	-
Mesa - Express	99,99	5	174	140	(169)	2
Supernow	100	20	82	38	(62)	(60)
B2W Digital Lux	100	3.581	3.392	-	189	457
Ame Pay Cayman	100	50	-	97	50	5
BWU Comércio e Entretenimento	100	24	2	30	22	(23)
Freijó Administração e Participações	100	4	-	-	4	1
JSMS	100	2	-	-	2	-
JSM Global	100	3.863	3.583	-	280	586
Louise Holdings	100	72	-	535	72	-
Klanil Services	100	14	51	70	(37)	-
Uni.co S.A	70	371	276	118	95	39
Skoob	100	-	3	-	(3)	(4)
Ame Holding	100	1.942	701	1.890	1.241	(52)
Americanas Lux	100	-	-	-	-	-
Click - Rodo Entregas Ltda.	100	189	329	57	(140)	(96)
Controladas indireta						
Ame Digital	100	1.939	703	2.561	1.239	(20)
Ame Pay Delaware Holding LLC	100	50	-	97	50	5
Ecolivery Courriers	100	-	1	-	(1)	-
Courriers Transportes	100	1	-	-	1	-
Eco Logística	100	-	-	-	-	-
BIT Capital	100	3	13	74	(10)	(5)
Cheyney Financial	100	8	53	40	(45)	-
Auchal Investments	100	-	-	1	-	-
Nexoos do Brasil Tecnologia e Serviços	100	4	20	36	(16)	7
Nexoos do Brasil Gestão de Ativo	100	1	3	-	(2)	(1)
ST Global Sourcing H	100	3	1	1	2	(1)
ST (Shenzhen)	100	-	-	1	-	-
Shipp do Brasil Tecnologia	100	6	34	21	(28)	(31)
Uni.co Comércio	100	156	122	172	34	1
Imaginarium Franchising	100	12	11	1	1	-
IMB Têxti	100	149	89	30	60	27
Mone gestão de franquias e participações	100	40	18	11	22	24
Parati	100	65	53	9	12	1
Uni.co Hong Kong	100	4	7	14	(3)	(2)
Coligada						
Extrafruti S.A. Comércio de Hortifrutigranjeiros	10	119	101	14	18	20

	% Participação	Ativo Total	Passivo Total	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo)
Controladas diretas						
Submarino Finance	100	88	3	12	85	(10)
ST Importações	100	236	134	4	102	11
QSM Distribuidora e Logística	100	19	22	5	(3)	(20)
BIT Services	100	45	42	210	3	8
Digital Finance	100	15	3	1	12	(4)
B2W Rental	99,96	4	-	39	4	-
Mesa - Express	99,99	5	176	140	(171)	(303)
Supernow	100	63	64	38	(1)	(75)
B2W Digital Lux	100	3.200	3.472	-	(272)	-
BWU Comércio e Entretenimento	100	49	4	30	45	4
Freijó Administração e Participações	100	3	-	-	3	-
JSMS	100	2	-	-	2	-
JSM Global	100	3.438	3.745	-	(307)	-
Louise Holdings	100	78	-	576	78	-
Klanil Services	100	15	54	76	(39)	-
Uni.co S.A	70	377	321	118	56	(42)
Skoob	100	1	-	-	1	(1)
Ame Holding	100	2.062	1.225	2.083	837	(246)
Americanas Lux	100	-	-	-	-	-
Click - Rodo Entregas Ltda.	100	226	266	57	(40)	(59)
Controladas indireta						
Ame Digital	100	2.062	1.224	2.083	838	(243)
Ame Pay Delaware Holding LLC	100	-	-	-	-	-
Ecolivery Courierios	100	1	2	-	(1)	-
Courrierios Transportes	100	1	-	-	1	-
Eco Logística	100	-	-	-	-	-
BIT Capital	100	3	10	74	(7)	62
Cheyney Financial	100	8	56	43	(48)	-
Auchal Investments	100	-	-	1	-	-
Nexoos do Brasil Tecnologia e Serviços	100	7	31	36	(24)	18
Nexoos do Brasil Gestão de Ativo	100	2	3	-	(1)	-
ST Global Sourcing H	100	6	3	1	3	(1)
Shipp do Brasil Tecnologia	100	20	17	21	3	(39)
Uni.co Comércio	100	169	136	172	33	14
Imaginarium Franchising	100	14	11	1	3	(2)
IMB Têxti	100	162	93	30	69	(27)
Mone gestão de franquias e participações	100	35	11	11	24	(26)
Uni.co Hong Kong	100	6	12	8	(6)	2
ST (Shenzhen)	100	1	-	1	1	-
Controlada em conjunto						
VEM Conveniência	100	1.071	285	941	786	(9)
Coligada						
Extrafruti S.A. Comércio de Hortifrutigranjeiros	10	116	84	14	32	22

15. Imobilizado

Custo histórico e depreciação acumulada:

		Controladora			
		31/12/2023			
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terrenos e edificações	4%	218	(64)	(6)	148
Instalações e móveis e utensílios	7% a 10%	949	(651)	(28)	270
Máquinas e equipamentos de informática	4% a 20%	2.109	(1.412)	(310)	387
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	3.118	(1.603)	(47)	1.468
Obras em andamento	-	12	-	-	12
Veículos	10% a 20%	11	(10)	-	1
Outros	10%	57	(29)	-	28
Total		6.474	(3.769)	(391)	2.314

		Controladora			
		31/12/2022			
		Reapresentado			
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terrenos e edificações	4%	218	(56)	(6)	156
Instalações e móveis e utensílios	7% a 10%	932	(425)	(51)	456
Máquinas e equipamentos de informática	4% a 20%	1.958	(1.068)	(284)	606
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	3.273	(1.544)	(41)	1.688
Obras em andamento	-	18	-	(7)	11
Veículos	10% a 20%	11	(9)	(1)	1
Outros	10%	13	(10)	-	3
Total		6.423	(3.112)	(390)	2.921

		Consolidado			
		31/12/2023			
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terrenos e edificações	4%	218	(64)	(6)	148
Instalações e móveis e utensílios	7% a 10%	969	(660)	(28)	281
Máquinas e equipamentos de informática	4% a 20%	2.205	(1.474)	(310)	421
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	3.142	(1.613)	(47)	1.482
Obras em andamento	-	12	-	-	12
Veículos	10% a 20%	12	(11)	-	1
Outros	10%	92	(56)	-	36
Total		6.650	(3.878)	(391)	2.381

		Consolidado			
		31/12/2022			
		Reapresentado023			
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terrenos e edificações	4%	218	(56)	(6)	156
Instalações e móveis e utensílios	7% a 10%	946	(434)	(51)	461
Máquinas e equipamentos de informática	4% a 20%	2.046	(1.111)	(284)	651
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	3.283	(1.553)	(41)	1.689
Obras em andamento	-	18	-	(7)	11
Veículos	10% a 20%	13	(10)	(1)	2
Outros	10%	42	(36)	-	6
Total		6.566	(3.200)	(390)	2.976

A Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade dos ativos imobilizado, para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor realizável. A menor unidade geradora de caixa determinada pelo Grupo para avaliar a recuperação dos ativos tangíveis corresponde a cada segmento de suas operações. A Administração identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, e evidências de que uma parcela de seus ativos imobilizados utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional em 31 de dezembro de 2023, registrando a provisão para perda *impairment*.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia juntamente com suas controladas tinha bens no valor de R\$ 3 (controladora e consolidado) dados em garantia em algumas ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações. Em 31 de dezembro de 2022 não existem bens dados em garantia. Os ativos dados em garantia nessas ações judiciais não comprometem o desenvolvimento das atividades operacionais da Companhia e de suas controladas.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

							Controladora
	Saldo em 01/01/2023	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	(Provisão) / Reversão de impairment	Saldo em 31/12/2023
Reapresentado							
Terrenos e edificações	156	-	-	-	(8)	-	148
Instalações e móveis e utensílios	456	15	(3)	6	(226)	22	270
Máquinas e equipamentos de informática	606	144	(3)	9	(344)	(25)	387
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.688	42	(244)	48	(60)	(6)	1.468
Obras em andamento	11	66	(12)	(61)	-	8	12
Veículos	1	1	-	(1)	-	-	1
Outros	3	46	(1)	(1)	(19)	-	28
Total	2.921	314	(263)	-	(657)	(1)	2.314

								Controladora
	Saldo em 31/12/2021	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	Acervos Incorporados	Reversão de impairment	Saldo em 31/12/2022
								Reapresentado
Terrenos e edificações	109	53	-	-	(6)	-	-	156
Instalações e móveis e utensílios	378	60	(5)	12	(54)	65	-	456
Máquinas e equipamentos de informática	471	179	(58)	20	(119)	113	-	606
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.242	191	(96)	66	(147)	203	229	1.688
Obras em andamento	14	45	-	(57)	-	9	-	11
Veículos	1	1	(4)	-	(1)	4	-	1
Outros	10	41	(6)	(41)	(3)	2	-	3
Total	2.225	570	(169)	-	(330)	396	229	2.921

								Consolidado
	Saldo em 01/01/2023	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	Acervos Incorporados	(Provisão) / Reversão de impairment	Saldo em 31/12/2023
								Reapresentado
Terrenos e edificações	156	-	-	-	(8)	-	-	148
Instalações e móveis e utensílios	461	17	(3)	7	(226)	3	22	281
Máquinas e equipamentos de informática	651	152	(10)	8	(363)	8	(25)	421
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.689	45	(244)	48	(60)	10	(6)	1.482
Obras em andamento	11	66	(12)	(61)	-	-	8	12
Veículos	2	1	-	(1)	(1)	-	-	1
Outros	6	48	(4)	(1)	(20)	7	-	36
Total	2.976	329	(273)	-	(678)	28	(1)	2.381

Consolidado

	Saldo em 31/12/2021	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	Outros (i)	Reversão de impairment	Saldo em 31/12/2022
								Reapresentado
Terrenos e edificações	109	53	-	1	(7)	-	-	156
Instalações e móveis e utensílios	445	63	(5)	17	(56)	(3)	-	461
Máquinas e equipamentos de informática	610	209	(23)	(3)	(137)	(5)	-	651
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.448	195	(131)	133	(174)	(11)	229	1.689
Obras em andamento	31	81	-	(101)	-	-	-	11
Veículos	8	4	(8)	(1)	(1)	-	-	2
Outros	20	42	(7)	(46)	(3)	-	-	6
Total	2.671	647	(174)	-	(378)	(19)	229	2.976

(i) Imobilizado integralizado como capital na Vem Conveniência.

No consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as depreciações contabilizadas no custo das mercadorias vendidas e serviços prestados totalizam o montante de R\$ 8 (R\$ 8 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

16. Intangível

Custo histórico e amortização acumulada:

		Controladora 31/12/2023			
Taxa anual de amortização		Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total
Ágio	Indefinida	2.146	(54)	(1.933)	159
Direito de uso de <i>software</i>	20%	6.471	(3.963)	(2.423)	85
Marcas e patentes	Indefinida	646	-	(1)	645
Outros	Diversas	72	(65)	(6)	1
Total		9.335	(4.082)	(4.363)	890

		Controladora 31/12/2022 Reapresentado			
Taxa anual de amortização		Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total
Ágio	Indefinida	2.146	(54)	(1.933)	159
Direito de uso de <i>software</i>	20%	7.242	(3.910)	(3.054)	278
Marcas e patentes	Indefinida	646	-	(1)	645
Outros	Diversas	201	(64)	(5)	132
Total		10.235	(4.028)	(4.993)	1.214

		Consolidado 31/12/2023			
Taxa anual de amortização		Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total
Ágio	Indefinida	3.234	(63)	(2.895)	276
Direito de uso de <i>software</i>	20%	6.627	(4.095)	(2.445)	87
Marcas e patentes	Indefinida	857	(5)	(76)	776
Outros	Diversas	126	(80)	(6)	40
Total		10.844	(4.243)	(5.422)	1.179

		Consolidado			
		31/12/2022			
		Reapresentado			
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Impairment	Total
Ágio	Indefinida	3.205	(63)	(2.880)	262
Direito de uso de <i>software</i>	20%	7.403	(4.006)	(3.054)	343
Marcas e patentes	Indefinida	778	-	(1)	777
Outros	Diversas	223	(73)	(5)	145
Total		11.609	(4.142)	(5.940)	1.527

A seguir demonstramos a movimentação do intangível:

		Controladora				
	Saldo em 31/12/2022	Aquisições	Baixas	Amortização	(Provisão) / Reversão de impairment	Saldo em 31/12/2023
Ágio	159	-	-	-	-	159
Direito de uso de <i>software</i>	278	10	(781)	(52)	630	85
Marcas e patentes	645	-	-	-	-	645
Outros	132	-	(129)	(2)	-	1
Total	1.214	10	(910)	(54)	630	890

		Controladora						
	Saldo em 31/12/2021	Aquisições	Baixas	Capitalização de Juros	Amortização	Acervos Incorporados	(Provisão) / Reversão de impairment	Saldo em 31/12/2022
Ágio	-	-	-	-	-	1.809	(1.650)	159
Direito de uso de <i>software</i>	-	1.393	(748)	185	(467)	23	(108)	278
Marcas e patentes	-	-	-	-	-	645	-	645
Outros	-	126	-	-	-	7	(1)	132
Total	-	1.519	(748)	185	(467)	2.484	(1.759)	1.214

		Consolidado					
	Saldo em 01/01/2022	Aquisições	Baixas	Amortização	Acervos Incorporados	(Provisão)/Reversão de impairment	Saldo em 31/12/2023
Ágio	262	29	-	-	-	(15)	276
Direito de uso de <i>software</i>	343	21	(796)	(90)	-	609	87
Marcas e patentes	777	4	-	(5)	75	(75)	776
Outros	145	31	(128)	(8)	-	-	40
Total	1.527	85	(924)	(103)	75	519	1.179

		Consolidado					
	Saldo em 01/01/2022	Aquisições	Baixas	Amortização	Acervos Incorporados	(Provisão)/Reversão de impairment	Saldo em 31/12/2022
Ágio	2.170	-	-	-	-	(1.908)	262
Direito de uso de <i>software</i>	363	1.998	(1.023)	(543)	-	(452)	343
Marcas e patentes	783	-	(5)	(1)	-	-	777
Outros	87	135	(22)	(1)	-	(54)	145
Total	3.403	2.133	(1.050)	(545)	-	(2.414)	1.527

(a) Ágios em aquisições de investimentos

A Companhia avalia a recuperabilidade do ágio anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*). Estes ágios são apurados em aquisições de investimentos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura. Para 2023, tal estudo foi realizado com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos, com taxa de 3,5% para a perpetuidade e utilizando uma taxa de desconto *pre-tax* de 16,64% para a UGC de *Fresh Foods* e de 18,80% para a UGC de varejo premium para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. Além de mais ou menos valia dos ativos e passivos em combinação de negócios.

A composição do ágio por unidade geradora de caixa é a seguinte:

						Consolidado
						31/12/2023
UGC	Empresa adquirida	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Líquido	
Varejo	TV Sky Shop	135	(54)	(81)	-	
	SuperNow	28	-	(28)	-	
	BIT Services	265	(9)	(256)	-	
	Mesa Express	1	-	(1)	-	
	Click Rodo	19	-	(19)	-	
	Direct	195	-	(195)	-	
	BFF Logística	1	-	(1)	-	
	Shipp	11	-	(11)	-	
	BWU	173	-	(173)	-	
	Submarino	201	-	(201)	-	
	Ecolivery Courriers	10	-	(10)	-	
	Eco Logística	5	-	(5)	-	
	BIT Capital	103	-	(103)	-	
	Nexoos Tecnologia	163	-	(163)	-	
	Skoob	23	-	(23)	-	
		1.333	(63)	(1.270)	-	
<i>Fintech</i>	Parati	29	-	(15)	14	
Varejo Premium	Uni.co S.A.	258	-	(155)	103	
<i>Fresh foods</i>	Hortigil Hortifruti S.A.	1.614	-	(1.455)	159	
		3.234	(63)	(2.895)	276	

						Consolidado	
						31/12/2022	
UGC	Empresa adquirida	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Líquido		
Varejo	TV Sky Shop	135	(54)	(81)	-		
	SuperNow	28	-	(28)	-		
	BIT Services	265	(9)	(256)	-		
	Click Rodo	19	-	(19)	-		
	Direct	195	-	(195)	-		
	Shipp	11	-	(11)	-		
	BWU	173	-	(173)	-		
	Submarino	201	-	(201)	-		
	Ecolivery Courriers	11	-	(11)	-		
	Eco Logística	5	-	(5)	-		
	BIT Capital	103	-	(103)	-		
	Nexoos Tecnologia	164	-	(164)	-		
	Skoob	23	-	(23)	-		
			1.333	(63)	(1.270)	-	
	Varejo Premium	Uni.co S.A.	258	-	(155)	103	
<i>Fresh foods</i>	Hortigil Hortifruti S.A.	1.614	-	(1.455)	159		
		3.205	(63)	(2.880)	262		

17. Ativos e Passivos de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui 1.939 contratos de locação (2.090 contratos de locação em 31 de dezembro de 2022) para as suas unidades comerciais, de logística e administrativas. Esses contratos de locação, em sua maioria, preveem pagamentos de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou valor mínimo. A obrigação mensal do Grupo é o de pagar o maior valor entre ambos, na periodicidade estipulada em cada contrato de arrendamento (usualmente mensal). Foram enquadrados como passivo de arrendamento, conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 as parcelas dos contratos definidas como aluguel mínimo. As parcelas definidas como aluguéis variáveis continuam sendo reconhecidas, por competência, como despesa de vendas, juntamente com os demais contratos de aluguel de curto prazo. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Abaixo apresentamos os ativos ao direito de uso dos imóveis e as correspondentes obrigações:

(a) Direito de uso de imóveis

	Controladora			31/12/2022
	31/12/2023		Líquido	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Direito de uso de imóveis	6.861	(2.824)	4.037	5.301
	6.861	(2.824)	4.037	5.301

	Consolidado			31/12/2022
	31/12/2023		Líquido	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Direito de uso de imóveis	6.975	(2.890)	4.085	5.359
	6.975	(2.890)	4.085	5.359

Movimentação do direito de uso de imóveis no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso no início do exercício	5.301	4.890	5.359	5.840
Adições	128	358	128	395
Baixas	(315)	(52)	(330)	(566)
Remensurações	(497)	329	(510)	375
Depreciação	(580)	(671)	(593)	(685)
Acervo incorporado – AGE 29/04/2022	-	25	-	-
Acervo incorporado – AGE 30/09/2022	-	422	-	-
Acervo cindido – 30/11/2023	-	-	31	-
Direito de uso no final do exercício	4.037	5.301	4.085	5.359

(b) Arrendamentos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos a pagar	8.980	11.666	9.039	11.741
Juros a apropriar	(4.065)	(5.598)	(4.073)	(5.613)
	4.915	6.068	4.966	6.128
Parcela do circulante	445	491	452	507
Parcela do não circulante	4.470	5.577	4.514	5.621

Movimentação do passivo de arrendamento no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo de arrendamento no início do exercício	6.068	5.445	6.128	6.486
Adições	128	350	141	302
Baixas	(352)	(52)	(374)	(549)
Provisão para desmobilização	-	(17)	-	(17)
Pagamentos	(1.062)	(1.166)	(1.078)	(1.183)
Juros apropriados	630	663	634	703
Remensurações	(497)	348	(518)	386
Acervo incorporado – AGE 29/04/2022	-	28	-	-
Acervo incorporado – AGE 30/09/2022	-	469	-	-
Acervo cindido – AGE 30/11/2023	-	-	33	-
Passivo de arrendamento no final do exercício	4.915	6.068	4.966	6.128

A seguir é apresentado o montante do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor Nominal	Saldo ajustado a valor presente	Valor Nominal	Saldo ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	8.980	4.915	11.666	6.068
PIS/COFINS potencial (9,25%)	831	455	1.079	561
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor Nominal	Saldo ajustado a valor presente	Valor Nominal	Saldo ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	9.039	4.966	11.741	6.128
PIS/COFINS potencial (9,25%)	836	459	1.086	567

(c) Informações adicionais

Para cálculo dos valores do ativo de direito de uso de imóveis e do passivo de arredamento, o Grupo utilizou a taxa de juros incremental nominal para descontar a valor presente o fluxo real de pagamentos.

Conforme requerido pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, o Grupo efetuou o recálculo, utilizando as mesmas bases, descontando o fluxo real de pagamentos a valor presente utilizando a taxa de juros incremental real.

Apresentamos abaixo os efeitos apurados considerando-se as metodologias de cálculo praticadas pelo Grupo e a exigida pelo Ofício-Circular:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo de arrendamento				
Taxa nominal	4.915	6.068	4.966	6.128
Taxa real	4.769	7.043	4.777	7.562
	(146)	975	(189)	1.434
Ativo de direito de uso				
Taxa nominal	4.037	5.301	4.085	5.359
Taxa real	3.890	6.399	3.898	6.877
	(147)	1.098	(187)	1.518
Despesa financeira				
Taxa nominal	(630)	(663)	(634)	(703)
Taxa real	(606)	(501)	(607)	(522)
	24	162	27	181
Despesa de depreciação				
Taxa Nominal	(580)	(671)	(593)	(685)
Taxa Real	(558)	(713)	(570)	(832)
	22	(42)	23	(147)

Comparação entre a taxa real e a taxa nominal

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Taxa nominal (i)	12,80%	12,03%
Taxa real (i)	6,18%	4,99%
Diferença	6,62%	7,04%

(i) Média das taxas de desconto utilizadas em cada exercício.

(d) Informações sobre aluguéis variáveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as despesas variáveis de aluguéis, condomínios e outras relacionadas aos contratos totalizaram R\$ 219 no consolidado (R\$ 192 em 31 de dezembro de 2022). Os compromissos futuros variáveis, tomando-se por base os contratos existentes em 31 de dezembro de 2023, com reajuste na proporção de 3,90% (IPCA projetado para de 2024) oriundos destes contratos de locação, sem efeito das renegociações de contratos são assim distribuídos:

	2024	2025	2026	2027	2028 em diante
Consolidado	228	236	244	252	261
IPCA	3,9%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de mercadorias, suprimentos e outros	6.299	6.672	6.409	6.882
Acordos comerciais	(543)	(134)	(543)	(134)
	5.756	6.538	5.866	6.748

Os acordos comerciais são recebíveis, definidos em contratos de parceria firmados com os fornecedores. Nas operações financeiras, quando previstas em acordo comercial, as liquidações se realizam por ocasião do pagamento das faturas, aos fornecedores, pelo montante líquido.

19. Risco sacado

Considerando as características dessas transações em conformidade com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2021 de 29 de janeiro de 2021, apresentamos abaixo o montante total por instituição financeira:

Instituição Financeira	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú Unibanco S.A.	2.704	2.703	2.704	2.703
Banco Bradesco S.A.	4.315	4.315	4.315	4.315
Banco ABC Brasil S.A.	416	416	416	416
Banco Safra S.A.	2.127	2.135	2.127	2.135
Banco Santander (Brasil) S.A.	1.909	1.909	1.909	1.909
Banco Daycoval S.A.	515	510	515	510
Banco BTG S.A.	3.622	3.622	3.622	3.622
Banco do Brasil S.A.	300	300	300	300
	15.908	15.910	15.908	15.910

A Companhia mantém convênios, firmados anteriormente ao processo de Recuperação Judicial, com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, possuíam a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de títulos relacionados às operações mercantis entre as partes. Estes acordos não possuem cláusulas restritivas (*covenants*), financeiros ou não financeiros.

A Administração avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente destas operações e concluiu que os efeitos são imateriais para mensuração e divulgação.

20. Empréstimos e financiamentos

A Companhia e suas subsidiárias estão com a exigibilidade de seus empréstimos e financiamentos suspensos desde o ajuizamento da tutela de urgência cautelar ocorrida em 12 de janeiro de 2023 e, por isso, permanecem com sua exigibilidade suspensa. A Companhia provisionou juros e correção monetária que teriam sido incorridos desde tal data de acordo com os termos e condições originais dos contratos das dívidas financeiras, até que tais passivos financeiros sejam modificados, em 2024, nos termos da Recuperação Judicial.

(a) Composição

Objeto	Encargos anuais	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Em moeda nacional						
Capital de giro	124,0% do CDI	20/12/2027	1.048	912	1.127	980
Capital de giro	CDI + 1,8% a 3,7%	08/03/2029	6.699	6.386	6.789	6.497
BNDES (i)	CDI -1,15% a 0,40%	15/06/2026	-	538	-	538
BNDES (i)	SELIC + 2,3% a 2,9%	15/06/2026	-	131	-	131
FINEP	TJLP + 1,0%	15/08/2028	42	40	42	40
FINEP/BNB	3,50%	05/12/2026	-	50	-	50
Dívidas honradas por fianças (i)			790	-	790	-
Operações de swap	119% do CDI	23/01/2024	-	5	-	5
Cotas FIDC (ii)	CDI + 1,5%	14/02/2024	-	1.161	-	2.129
Em moeda estrangeira						
Dívida sobre descontinuação dos swaps (iii)			-	-	1.913	-
Empréstimo Estrangeiro – dólar	US\$ + 4,70%	03/11/2023	319	324	319	324
Operações de swap	119% do CDI	03/11/2023	-	(61)	-	(61)
Bonds Lux (iv)	US\$ + 4,375%	20/12/2030	-	-	2.526	2.614
Operações de swap (US\$)	IPCA + 6,90% a 7,02%	20/12/2030	-	-	-	742
Bonds JSM (iv)	US\$ + 4,75%	15/10/2030	-	-	2.535	2.634
Operações de swap (US\$)	IPCA + 7,4%	15/10/2030	-	-	-	966
Custo com captações (IOF e outras)			(82)	(120)	(153)	(203)
Total			8.816	9.366	15.889	17.386

- (i) Financiamentos do BNDES relacionados ao programa FINEM (abertura e reforma de lojas, logística e tecnologia), FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos) e PEC (Capital de Giro). Em decorrência do início do processo de Recuperação Judicial da Companhia, o BNDES executou a garantia dos empréstimos, em forma de fianças bancárias, contra os Bancos Bradesco e Safra, que honraram as fianças e passaram a ser os credores destes financiamentos, que serão liquidados de acordo com os termos do Plano de Recuperação Judicial aprovado em 19 de dezembro de 2023.
- (ii) Na Controladora representa o saldo da antecipação de recebíveis pelo Fênix – FIDC. No consolidado representa o saldo de cotas sênior do Fundo Fênix – FIDC (nota 9).
- (iii) Com a ocorrência da descontinuação dos swaps, a Companhia passou a deter uma nova dívida com as instituições financeiras sobre o valor líquido dos derivativos ativos e passivos.
- (iv) As operações em moeda estrangeira encontravam-se protegidas contra oscilações de câmbio, por intermédio de instrumentos financeiros derivativos de swap até 12 de janeiro de 2023, quando essas operações de swap foram descontinuadas e as respectivas dívidas passaram a ficar integralmente expostas à variação cambial. (nota 5).

(b) Movimentação

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2021	4.821	11.571
Captação	5.339	5.951
Amortização de principal	(1.339)	(1.512)
Pagamento de juros	(340)	(1.266)
Mensuração a valor justo	10	1.014
Acervo incorporado – AGE 30/09/2022	202	-
Encargos financeiros	673	1.628
Em 31 de dezembro de 2022	9.366	17.386
Captação	-	300
Amortização de principal	(1.614)	(2.605)
Pagamento de juros	(118)	(130)
Mensuração a valor justo	-	(317)
Encargos financeiros	1.144	1.481
Variação cambial	-	(275)
Custos de transação	38	49
Em 31 de dezembro de 2023	8.816	15.889

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de dívida (*Debt Covenants* e *Cross Default*) constantes de alguns contratos de empréstimos e financiamentos. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros e não financeiros, não atendidos pela Companhia. Desta forma, esses passivos foram reclassificados integralmente para o passivo circulante.

(c) Garantias de contratos de empréstimos

	<u>31/12/2023</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Cartas de fiança	1.217	1.831
Seguro garantia	-	40
	1.217	1.871

21. Debêntures

A Companhia e suas subsidiárias estão com a exigibilidade de suas debêntures suspensas desde o ajuizamento da tutela de urgência cautelar ocorrida em 12 de janeiro de 2023 e, por isso, permanecem com sua exigibilidade suspensa. A Companhia provisionou juros e correção monetária que teriam sido incorridos desde tal data de acordo com os termos e condições originais dos contratos das dívidas financeiras, até que tais passivos financeiros sejam modificados, em 2024, nos termos da Recuperação Judicial.

(a) Composição

	Data de emissão	Vencimento Contratual	Tipo de emissão	Títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos financeiros anuais	Controladora		Consolidado	
							31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
13ª Emissão – Lame A3	10/01/2019	10/01/2026	Pública	100.000	1.000	116,7% do CDI	-	224	-	224
14ª Emissão – Lame A4	18/05/2020	18/05/2023	Pública	50.000	500	CDI + 3%	593	509	593	509
15ª Emissão – Lame A5	02/06/2020	02/06/2023	Pública	50.000	500	CDI + 3%	589	506	589	506
16ª Emissão – Lame A6	15/09/2020	15/10/2030	Pública	3.100.000	3.100	IPCA + 7,4%	4.254	3.786	392	349
Operações de Swap – 16ª Emissão	15/09/2020	15/10/2030	-	-	-	CDI + 4,635%	-	(159)	-	(15)
5ª Emissão pública	15/11/2020	15/12/2030	Pública	3.100.000	3.100	IPCA + 6,957%	4.126	3.687	545	486
Operações de Swap – 5ª Emissão	15/11/2020	15/12/2030	-	-	-	CDI + 4,072%	-	(132)	-	(15)
17ª Emissão – Lame A7	08/07/2022	15/07/2033	Pública	200.000	2.000	CDI + 2,750%	2.501	2.154	2.501	2.154
18ª Emissão – Lame A8	20/10/2022	20/10/2027	Pública	100.000	1.000	CDI + 1,55%	1.170	1.020	1.170	1.020
19ª Emissão – DIP (1ª tranche)	13/02/2023	07/02/2025	Privada	1.000	1.000	128% do CDI	1.150	-	1.150	-
19ª Emissão – DIP (2ª tranche)	06/10/2023	06/10/2025	Privada	501	501	128% do CDI	517	-	517	-
2ª Emissão – Hortifruti	15/03/2021	12/03/2026	Privada	175.000	175	IPCA + 5,083%	225	206	225	206
Custo com captações (IOF e outras)							(120)	(143)	(48)	(61)
Total							15.005	11.658	7.634	5.363



(b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2021	7.869	2.149
Captação	3.000	3.000
Pagamento de juros	(1.156)	(293)
Mensuração a valor justo	407	47
Acervo incorporado – AGE 30.09.2022	188	-
Encargos financeiros	1.350	460
Em 31 de dezembro de 2022	11.658	5.363
Captação	1.503	1.503
Amortização de principal	(209)	(209)
Pagamento de juros	(16)	(16)
Mensuração a valor justo	(472)	(472)
Encargos financeiros	2.518	1.452
Custo de transação	23	13
Em 31 de dezembro de 2023	15.005	7.634

(c) Emissão das debêntures

Natureza	13ª emissão Lame A3	14ª emissão Lame A4	15ª emissão Lame A5	16ª emissão Lame A6	17ª emissão Lame A7	18ª emissão Lame A8	19ª emissão DIP	5ª Emissão Pública	2ª Emissão Privada
Data de emissão	10/01/2019	18/05/2020	02/06/2020	15/09/2020	08/07/2022	20/10/2022	07/02/2023	15/11/2020	15/03/2021
Data de vencimento	10/01/2026	18/05/2023	02/06/2023	15/10/2030	15/07/2033	20/10/2027	07/02/2025	15/12/2030	12/03/2026
Quantidade emitida	100.000	50.000	50.000	3.100.000	200.000	100.000	2.000	3.100.000	175.000
Valor unitário (Em reais)	R\$ 10.000	R\$ 10.000	R\$ 10.000	R\$ 1.000	R\$ 10.000	R\$ 10.000	R\$ 1.000.000	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Índice financeiro para cálculo de covenants	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5
Encargos financeiros anuais	116,7% do CDI (base 252)	100,0% do CDI (base 252) + 3,0%	100,0% do CDI (base 252) + 3,0%	IPCA + 7,4% (base 252)	CDI + 2,75%	CDI + 1,55%	128% da taxa DI (base 252)	IPCA + 6,957% (base 252)	IPCA + 5,083%
Convertibilidade	simples, não conversíveis em ações	simples, não conversíveis em ações	simples, não conversíveis em ações	simples, não conversíveis em ações	simples, não conversíveis em ações	simples, não conversíveis em ações	simples, não conversíveis em ações	simples, não conversíveis em ações	simples, não conversíveis em ações
Tipo e forma	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais
Amortização do valor principal	Amortização no vencimento	Amortização no vencimento	Amortização no vencimento	Amortização no vencimento	15/07/2031 – 33,33% 15/07/2032 – 16,67% 15/07/2033 – 50,00%	Amortização no vencimento	Amortização no vencimento	Amortização no vencimento	13/03/2024 12/09/2024 13/03/2025 11/09/2025 12/03/2026
Pagamento dos juros remuneratórios	10 de janeiro e 10 de julho de cada ano (2020 a 2026)	18 de maio e 18 de novembro de cada ano	02 de junho e 02 de dezembro de cada ano	15 de outubro e 15 de abril de cada ano	15 de janeiro e 15 de julho de cada ano	20 de abril e 20 de outubro de cada ano	Na data de vencimento	15 de dezembro e 15 de junho de cada ano	11 a 13 de setembro e 11 a 13 de março de cada ano
Garantias	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária
Repactuação	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui

As informações divulgadas acima são provenientes dos contratos originais das dívidas financeiras. A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de dívida (*Debt Covenants* e *Cross Default*) constantes de alguns contratos das dívidas. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros e não financeiros, não atendidos pela Companhia. Desta forma, esses passivos foram reclassificados integralmente para o passivo circulante.

(d) Financiamento extraconcursal – 19ª Emissão Privada de Debêntures

Em 07 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou financiamento extraconcursal, na modalidade *Debtor in Possession Financing* (Financiamento DIP), a 19ª Emissão de Debêntures simples em série única no montante de R\$ 2.000, com vencimento em 15 de fevereiro de 2025 com juros à taxa de 128% do CDI, não conversíveis em ações, para colocação privada, com uma primeira tranche de R\$ 1.003 e o restante, em datas subsequentes. Em 6 de outubro de 2023, foi liberada a segunda tranche no valor de R\$ 501.

22. Contas a pagar – Combinação de Negócios

A Companhia, de acordo com o seu plano estratégico, realizou combinações de negócios, com parte dos valores a serem pagos a prazo e/ou com opções de compra, conforme abaixo:

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a pagar				Reapresentado
Supernow	6	15	6	15
Shipp	-	-	7	7
Ecolivery Courriers	-	-	-	2
Eco Logística	-	-	-	2
BIT Capital	-	-	-	88
Nexoos Tecnologia	-	-	-	50
IMB Textil	-	-	3	8
Skoob	15	14	15	14
	21	29	31	186
Opção de compra				
Uni.co (i)	116	116	116	116
	137	145	147	302
Parcela do circulante	137	10	147	17
Parcela do não circulante (ii)	-	135	-	285

(iv) Em 20 de março de 2024, a Companhia exerceu a opção de compra, conforme divulgado na nota 35.

(v) Parcela com vencimento no ano de 2024.

23. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				Reapresentado
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	686	502	694	512
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	613	570	614	571
Imposto sobre Serviços (ISS)	13	15	21	31
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS)	8	3	14	6
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	5	40	7	42
Outros	6	17	8	18
	1.331	1.147	1.358	1.180
Parcela do circulante	1.328	1.147	1.355	1.180
Parcela do não circulante	3	-	3	-

24. Provisão para processos judiciais, contingências e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, conflitos cíveis, consumeristas, de natureza imobiliária e locatícia, entre outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas, conduzido pelo departamento jurídico e por advogados externos.

A Administração, através de dados fornecidos por seus assessores jurídicos, produzidos a partir da análise das demandas pendentes, do Direito envolvido e do histórico de demandas anteriores, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Determinadas ações judiciais estão garantidas através de cartas de fiança bancária, apólices de seguro ou depósitos judiciais, conforme o caso.

Considerando o cenário da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia vem realizando o acompanhamento e atualização dos critérios de estimativas da provisão, de acordo com o novo modelo e histórico de encerramento dos processos judiciais. Como parte do Plano de Recuperação Judicial, os processos de natureza cível e imobiliária sofreram um *haircut* de até 80% no saldo provisionado. Dessa forma, houve uma redução de R\$ 20 nas provisões cíveis e R\$ 234 nos processos imobiliários.

(a) Depósitos judiciais

Quando requeridos legalmente, são efetuados depósitos judiciais, os quais totalizam:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fiscais	576	471	583	477
Trabalhistas	15	25	15	26
Cíveis	29	29	29	47
Imobiliário	3	-	3	-
	623	525	630	550

Movimentação dos depósitos judiciais:

	Controladora				Total
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	471	25	29	-	525
Adições	57	1	16	2	76
Atualizações/Reversões	(82)	(11)	(28)	1	(120)
Pagamentos	130	-	12	-	142
Saldos em 31 de dezembro de 2023	576	15	29	3	623

	Consolidado				Total
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	477	26	47	-	550
Adições	64	1	16	2	83
Atualizações/Reversões	(88)	(12)	(46)	-	(146)
Pagamentos	130	-	12	1	143
Saldos em 31 de dezembro de 2023	583	15	29	3	630

(b) Provisões constituídas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fiscais	1.072	1.084	1.133	1.225
Trabalhistas	232	217	266	266
Cíveis	23	48	23	48
Imobiliário	249	433	249	435
	1.576	1.782	1.671	1.974
Parcela do circulante	57	191	57	194
Parcela do não circulante	1.519	1.591	1.614	1.780

A movimentação das provisões no período é como segue:

					Controladora
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.084	217	48	433	1.782
Adições	33	97	16	130	276
Atualizações/Reversões	11	(55)	(15)	(310)	(369)
Pagamentos	(56)	(27)	(26)	(4)	(113)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.072	232	23	249	1.576

					Consolidado
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.225	266	48	435	1.974
Adições	67	188	32	131	418
Atualizações/Reversões	(104)	(157)	(30)	(312)	(603)
Pagamentos	(55)	(31)	(27)	(5)	(118)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.133	266	23	249	1.671

Fiscais

Os principais processos fiscais do Grupo estão representados por processos decorrentes de:

Data base 31 de dezembro de 2023	Valor estimado
Crédito tributário	
Decorrente de crédito tributário de ICMS constituído sobre operações realizadas com fornecedores declarados inidôneos pela Secretaria Estadual de Fazenda, em data posterior à operação comercial	124
Crédito tributário / Majoração de alíquota	
Decorrente do aproveitamento de crédito referente à inconstitucional majoração do percentual de 1% do ICMS, entre os anos de 1990 e 1997, promovida pelo Estado de São Paulo	108
Diferença quantitativa de Estoque	
Decorrente da diferença quantitativa entre o quantitativo de estoque informado no arquivo magnético e o estoque físico dos estabelecimentos, escriturado no livro de registro de inventário, de lojas físicas	9
Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	
Decorrente da exigência de imposto sobre a renda de Pessoa Jurídica decorrente da inobservância do limite de compensação de 30% da base de cálculo do IRPJ	110
ICMS ST	
Decorrente do recolhimento a menor de ICMS-ST em desacordo com o previsto no Regime Especial estabelecido entre a Companhia e o Estado de MG	189

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, cuja avaliação de prognóstico foi de que as posições fiscais adotadas serão provavelmente aceitas pelas autoridades, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos.

Trabalhistas

O Grupo também é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas extras, entre outros.

Cíveis

A Companhia, juntamente com suas controladas, é parte em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e das operações de suas controladas, principalmente relacionadas a consumidores. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

Imobiliário

O Grupo também é parte em ações judiciais de natureza imobiliária. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente demandas renovatórias e revisionais de contratos de locação, bem como, ações que discutem cobranças de valores relacionados ao custo de ocupação dos imóveis.

(c) Passivos contingentes não provisionados

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía demandas administrativas e judiciais de natureza no montante aproximado de R\$ 11.418 (R\$ 6.982 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e R\$ 11.903 no consolidado (R\$ 7.367 em 31 de dezembro de 2022).

Abaixo apresentamos as principais demandas administrativas / judiciais, classificadas pelos seus assessores jurídicos como “perdas possíveis”, sobre as quais não foi constituída nenhuma provisão. As demais demandas que compõem o saldo acima, de volume significativo e reduzido valor individual, não estão sendo apresentadas.

Data base 31 de dezembro de 2023	Valor estimado
Glosa ou contestação de crédito tributário	
Relativa ao ICMS ST objeto de ressarcimento, devido ao descumprimento da normal legal específica.	412
Exigência de ICMS	
Relativa à diferença, apurada erroneamente pelo Fisco, entre o quantitativo de estoque informado no arquivo magnético e o estoque físico dos estabelecimentos, escriturado no livro de registro de inventário.	94
Decorrente do recolhimento a menor nas transferências dos Centros de distribuição para lojas em outros estados. Divergência do valor tomado como base de cálculo ou alíquota incidente.	43
Substituição tributária em virtude de falta de recolhimento ou recolhimento a menor do imposto na entrada da mercadoria no território Estadual.	86
Decreto Lei nº 1.455, de 07 de abril de 1976	
Autos de Infração lavrados para aplicação de multa substitutiva da pena de perdimento, sob fundamento de que o real importador da mercadoria foi ocultado na Declaração de Importação.	2.766
Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	
Exigência de Imposto referente ao ano-calendário de 2009 e 2010, em decorrência de glosa de s consideradas como não comprovadas, pela suposta falta de adição do ágio amortizado na base de cálculo da CSLL, pela ausência de adição do custo ou despesa indedutível na base de cálculo da CSLL, bem como pela falta de adição das provisões não dedutíveis na base de cálculo da CSLL.	101
Exigência de imposto decorrente da falta de homologação das Declarações de Compensação, sob o fundamento de que o crédito pleiteado não seria líquido e certo.	937
PIS e COFINS	
Glosa de créditos tributários e cobrança de receitas supostamente não tributadas, decorrentes da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS.	1.549

25. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 15.430, representado por 902.529.503 ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia mantinha 7.416 ações em tesouraria a um custo médio unitário de R\$ 27,37.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Acionistas de referência	272.167.492	272.167.492
Administradores	334.335	18.908.111
Capital Group	-	89.434.021
TIAA CREF	-	54.574.009
BLACKROCK	-	46.082.879
Outros acionistas (“free floating”)	630.020.260	421.355.575
Total de ações em circulação	902.522.087	902.522.087
Ações em tesouraria	7.416	7.416
Acionistas de referência	30,16%	30,16%
Outros acionistas	69,84%	69,84%

(b) Movimentação das ações do capital

	Ordinárias nominativas	Saldo
Em 1º de janeiro de 2022	904.652.040	14.883
Cancelamento de ações RCA 28/01/2022	(25.846.494)	-
Subscrição particular homologada na RCA 31/03/2022 (i)	19.723.581	468
Aumento de capital – Plano de opção de compra de ações – recursos financeiros (ii)	3.211.347	50
Aumento de capital – Plano de opção de compra de ações – capitalização de reservas (iii)	789.029	29
Em 31 de dezembro de 2022	902.529.503	15.430
	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	902.529.503	15.430

- (i) Aumento aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2021, homologada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2022 e realizado por subscrição particular, pelo preço de emissão de R\$ 23,73 por ação. A integralização, a critério do acionista, poderia ser feita com recursos dos juros sobre o capital próprio declarados na Reunião do Conselho de Administração que aprovou o referido aumento de capital.
- (ii) Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 24 de janeiro de 2022, 31 de março de 2022, 25 de abril de 2022, 29 de setembro de 2022, 07 de novembro de 2022 e 29 de dezembro de 2022, foram aprovados aumentos de capital, integralizadas com recursos financeiros. As integralizações decorrem por força do exercício das opções de compra concedidas nos termos do Plano aprovado pela Assembleia Geral de 30 de abril de 2011.
- (iii) Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 15 de agosto de 2022, 29 de setembro de 2022 e 07 de novembro de 2022, foram aprovados os aumentos de capital, integralizadas com capitalização de reservas. As integralizações decorrem por força do exercício das opções de compra concedidas nos termos do Plano aprovado pela Assembleia Geral de 30 de abril de 2011.

(c) Programa de recompra de ações de própria emissão

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de janeiro de 2022, foi aprovado, nos termos do art. 30, §01, “b”, da Lei nº 6.404/76, e da Instrução CVM nº 567/15, novo programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia, que se encerrou em 21 de julho de 2023, até o limite de 17.500.000 ações ordinárias, para atender ao disposto nos planos de remuneração baseados em ações da Companhia, podendo ainda ser mantidas em tesouraria, canceladas e/ou alienadas posteriormente, em operações públicas ou privadas (sujeitas às aprovações pertinentes). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após o encerramento do programa em 21 de julho de 2023, não foi aprovado nenhum programa de recompra de ações de própria emissão.

(d) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital social.

26. Pagamento baseado em ações

A Companhia, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 disponibilizou, aos seus administradores e empregados, planos de subscrição de ações, sendo estes o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia “Plano de Opção”, aprovado na Assembleia de Acionistas realizada em 30 de abril de 2012 e o Plano de Incentivo com Ações Restritas “Plano de Ações Restritas”, aprovado na Assembleia de Acionistas realizada em 30 de abril de 2018. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 nenhum novo plano de ações foi ofertado.

Os principais objetivos dos programas eram o de estimular a expansão, o êxito e os objetivos sociais da Companhia e os interesses de seus acionistas, além de manter os serviços de executivos e empregados de alto nível, oferecendo como vantagem adicional, tornarem-se acionistas da Companhia.

O limite máximo para outorga de concessão de opções na forma do Plano de Opção era compartilhado com o limite do Plano de Ações Restritas. Desta forma, o Plano de Ações Restritas e o Plano de Opção estavam limitados, em conjunto, a 5% do total de ações do capital social da Companhia existentes na data de sua concessão, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e ainda não exercidas no âmbito do Plano de Opção, bem como as ações restritas que ainda não tinham sido efetivamente transferidas aos Beneficiários.

Plano de Opção de 2017

O programa encerrado, no exercício de 2022, previa opções compostas por dois lotes observadas determinadas condições, dentre elas, que o Beneficiário deveria destinar o bônus a ele atribuído pela Companhia, para o exercício das Opções que compunham o Lote A e o Lote B. As Opções do Lote A deram direito a aquisição de uma ação de emissão da Companhia. O Lote B, deram direito à aquisição de uma ação, mais quatro que foram emitidas e entregues pela Companhia, após o prazo de 60 meses, contados da data do início do respectivo Programa, vencido no exercício social de 2022, quando todas as ações aos beneficiários foram entregues.

(i) Plano de Ações Restritas

O programa, aprovado em 2018, previa que o Conselho de Administração poderia outorgar Ações Restritas no âmbito do Plano de Ações Restritas aprovado pela Assembleia Geral de 2018, e poderia condicionar a elegibilidade e/ou efetiva participação do respectivo Beneficiário neste Plano de Ações Restritas ao efetivo exercício de opções outorgadas no âmbito de tais planos ou programas. As Ações Restritas, para os planos de 2018 a 2021, seriam entregues após um prazo de carência a se encerrar em 5 (cinco) anos contados a partir da data do início do Programa. Para o programa emitido em 2022 as ações seriam entregues após um prazo de carência a se encerrar em 3 (três) anos contados a partir da data do início do programa. Em 31 de dezembro de 2023 os Planos de ações restritas são:

Plano	2022	2021	2020	2020 (i/ii)	2019 (i/ii)	2019	2018	2018(i/ii)
Data reunião Comitê de Administração – Aprovação do Programa <i>bond</i> ”	09/08/2022 2.970.068	14/10/2021 890.692	28/02/2020 269.501	30/09/2020 325.943	31/05/2019 494.091	31/05/2019 474.612	07/03/2018 444.065	07/03/2018 158.975
Início do período de <i>vesting</i>	set/22	dez/21	jul/20	ago20	out /19	ago/19	out/18	out/18
Final do período de <i>vesting</i>	ago/25	nov/26	jun/25	jul/25	out/24	jul/24	set/23	set/23
Valor de subscrição da ação na data da outorga	14,50	32,41	70,01	73,42	41,74	33,72	22,70	50,05
Número de ações estimadas pela Companhia a serem emitidas e mantidas pós-período de <i>vesting</i>	1.729.134	1.228.541	471.730	582.106	822.701	773.296	681.476	440.609
Data de outorga	09/08/2022	27/12/2021	30/06/2020	30/09/2020	30/09/2019	09/08/2019	10/10/2018	10/10/2018
Período de <i>vesting</i>	36 meses	60 meses	60 meses	60 meses	60 meses	60 meses	60 meses	60 meses

- (i) Em decorrência da reorganização societária, da Companhia em junho de 2021, que incorporou parte de acervo de Lojas Americanas, os detentores dessas ações de Lojas Americanas, receberam 0,18 ação ordinária, de emissão da Americanas, para cada ação ordinária ou preferencial de Lojas Americanas de sua titularidade. Em dezembro de 2021, foi concluída a reorganização societária com a incorporação, pela Americanas, do acervo remanescente de Lojas Americanas, com a consequente extinção de Lojas Americanas. Por força desta incorporação, os detentores de ações da Lojas Americanas receberam, em janeiro de 2022 0,188964 ação ordinária, de emissão da Americanas, para cada ação ordinária ou preferencial da Lojas Americanas S.A. de sua titularidade ao final do pregão do dia 21 de janeiro de 2022.
- (ii) O valor da outorga e de exercício da ação foram convertidos, mantendo o valor total subscrito pelo beneficiário na data da outorga, sem ônus ou benefício adicional pela reorganização societária.

Para os contratos existentes na data, a Companhia, reverteu no terceiro trimestre de 2023 a importância de R\$ 63, correspondentes aos custos de remuneração dos executivos provenientes dos planos de outorga de ações. A reversão tem como base o não atendimento, em alguns contratos de executivos beneficiários dos planos, de cláusulas contratuais previstas nos referidos contratos. O montante revertido (despesa de R\$ 44 em 31 de dezembro de 2022) foi registrado a crédito de outras receitas e despesas operacionais em contrapartida à reserva de capital, na controladora e no consolidado. Os custos de remuneração dos programas a serem reconhecidos (de 2022 a 2026) pelo *vesting period* dos planos, considerando as premissas usadas, totalizam aproximadamente R\$ 45 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 91 em 31 de dezembro de 2022).

27. Receita de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Reapresentado		Reapresentado
Receita bruta de vendas e serviços (i)	18.361	30.854	19.334	33.521
(-) Devoluções/descontos incondicionais	(2.012)	(2.356)	(2.051)	(2.672)
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(2.179)	(4.823)	(2.331)	(5.018)
Outros	(10)	(10)	(10)	(10)
Receita líquida	14.160	23.665	14.942	25.821

- (i) Representam, substancialmente, as vendas de mercadorias.

28. Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Reapresentado		Reapresentado
Mercadorias revendidas	(10.137)	(19.057)	(10.154)	(20.146)
Custo dos serviços prestados	(17)	(192)	(432)	(639)
	(10.154)	(19.249)	(10.586)	(20.785)

29. Despesa por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Reapresentado		Reapresentado
Despesas com pessoal (i)	(2.300)	(2.384)	(2.477)	(3.150)
Despesas e serviços com operações comerciais (ii)	(2.096)	(3.520)	(2.291)	(3.308)
Outras (iii)	(969)	(675)	(1.180)	(1.000)
	(5.365)	(6.579)	(5.948)	(7.458)
Depreciação e amortização	(1.291)	(1.431)	(1.366)	(1.648)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(6.656)	(8.010)	(7.314)	(9.106)

Classificados por função como:

Despesas com vendas	(3.849)	(5.209)	(4.134)	(4.918)
Despesas gerais e administrativas	(2.807)	(2.801)	(3.180)	(4.188)
	(6.656)	(8.010)	(7.314)	(9.106)

Provisão para <i>impairment</i> e baixa de ativos	(541)	(2.363)	(674)	(2.363)
Provisão para contingências	14	(1.088)	74	(1.088)
Outros	(670)	(185)	(618)	(594)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(1.197)	(3.636)	(1.218)	(4.045)

- (i) Refere-se a despesas com salários e benefícios com empregados e honorários da administração.
- (ii) Refere-se, principalmente, ao investimento em mídia on e offline e serviços terceirizados de atendimento a clientes, sendo seu incremento, relacionado ao crescimento da Companhia. Adicionalmente, compreende as despesas com ocupação, suprimentos, tarifas e comissões e distribuição.
- (iii) Refere-se principalmente a honorários advocatícios, serviços de assessoria e consultoria e indenizações judiciais.

30. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Reapresentado		Reapresentado
Juros e variação monetária e cambial sobre títulos e valores mobiliários	400	494	1.263	587
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária	23	60	22	60
Outras receitas financeiras	81	20	99	147
Total receita financeira	504	574	1.384	794
Juros e variação monetária e cambial dos empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.612)	(2.677)	(3.361)	(2.808)
Encargos financeiros de risco sacado	-	(2.004)	-	(2.004)
Encargos de arrendamento	(630)	(663)	(634)	(703)
Outras despesas financeiras	(216)	(479)	(245)	(520)
Total despesa financeira	(4.458)	(5.823)	(4.240)	(6.035)
Resultado financeiro	(3.954)	(5.249)	(2.856)	(5.241)

31. Resultado por ação

O cálculo do prejuízo básico e diluído por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	31/12/2023	31/12/2022
		Reapresentado
Prejuízo do exercício	(2.272)	(13.220)
Média ponderada de número de ações em circulação	902.522.087	902.522.087
Prejuízo por ação básico e diluído – em R\$	(2,5161)	(14,6401)

Devido ao prejuízo nos exercícios apresentados, não existiram efeitos dilutivos ao resultado.

32. Cobertura de seguros

O Grupo mantém apólices de seguros contratados junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza, período e o valor de risco envolvido, nas modalidades de responsabilidade civil, patrimonial e estoque, conforme demonstrado abaixo:

Risco cobertos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade Civil Geral e D&O (i)	226	237	11.503	31.558
Danos Materiais	6.497	7.828	6.618	8.028
Perdas e Danos	433	447	433	451
Responsabilidade Civil e de Objetos em Transporte Internacional e Aeronaves (ii)	2	3	5	3
Responsabilidade Civil em Transporte Nacional	11.101	14.455	11.101	14.455
Responsabilidade Civil em Transporte Internacional – US\$ milhões (iii)	37	37	37	37

- (i) Adicionalmente a cobertura a frota de veículos estão segurados pelo valor de 100% ou 110% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (“FIPE”);
- (ii) Limite máximo por objeto/pessoa;
- (iii) No consolidado o valor também é composto por apólice da controlada ST Importações Ltda – Em Recuperação Judicial de valor ajustável (definida a cada embarque).

33. Remuneração dos administradores e benefício pós emprego

(a) Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Benefício de curto prazo à administradores	42	33	71	63
	42	33	71	63

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a remuneração total aos administradores da Companhia, referem-se a salários e bônus distribuídos aos conselheiros, diretores e principais executivos da Companhia, não tendo sido desembolsado qualquer montante referente a benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. As remunerações estão dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

(b) Benefício pós emprego

- Plano Médico e Odontológico

A Companhia oferece diferentes tipos de plano de saúde e odontológico aos seus atuais empregados, aposentados e futuros empregados.

Estes planos estão expostos principalmente ao risco de aumento de custos médicos e odontológicos devido à inflação, novas tecnologias e a um nível elevado de utilização dos benefícios médicos e odontológicos.

Há duas modalidades de contribuição para os planos oferecidos: (i) empregados e aposentados realizam contribuições fixas mensais; e (ii) empregados e aposentados realizam contribuições no regime de coparticipação, além de contribuições mensais calculadas de acordo com faixa salarial. Esses benefícios são contabilizados de acordo com o CPC 33/IAS 19 – Benefícios a Empregados.

Movimentação do valor presente das obrigações (VPO)

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	110	112
Custo do serviço corrente	3	4
Juros sobre a obrigação atuarial	11	10
Benefícios pagos no ano	(2)	(1)
Ganhos atuariais (i)	(2)	(15)
Saldo final em 31 de dezembro	120	110

(i) Ganhos atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas, financeiras e ajustes pela experiência.

Este passivo possui uma *duration* de 14,34 anos e o seguinte perfil de vencimento em 31 de dezembro de 2023:

Ano	2024	2025	2026	2027	2028 e após	Total
Valor	2	2	3	3	110	120

A Companhia espera pagar o montante de R\$ 2 referentes aos benefícios de planos de saúde e odontológico no exercício a findar em 31 de dezembro de 2024.

Premissas e hipóteses financeiras e biométricas

	Financeiras		
	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
Taxa de desconto	9,18%	9,90%	8,59%
Taxa de inflação	3,50%	3,50%	3,50%
Inflação médica	3,00%	3,00%	3,00%
Evolução do custo médico	3,00%	3,00%	3,00%

	Biométricas		
	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (Segregada por Sexo)	AT-2000 (Segregada por Sexo)	AT-2000 (Segregada por Sexo)
Tábua de mortalidade de Inválidos	RP-2000 (Segregada por Sexo)	RP-2000 (Segregada por Sexo)	RP-2000 (Segregada por Sexo)
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Permanência no Plano ("Take Up")	100%	100%	100%
Fator de envelhecimento ("Aging Factor")	2,50%	2,50%	2,50%

Adicionalmente, um decréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto em 31 de dezembro de 2023 aumentaria o custo dos juros em R\$ 1 e o valor presente das obrigações em R\$ 10. Da mesma forma, um aumento de 1% na inflação médica aumentaria o custo dos serviços em R\$ 1, o custo dos juros em R\$ 2 e o valor presente das obrigações em R\$ 23.

34. Informações por segmento

Para fins de análise e gerenciamento das operações, o Grupo é dividido em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com cinco segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

Varejo: A receita de vendas de mercadorias tem como origem a aquisição, pelos clientes, nas lojas físicas, de produtos de sua preferência pagos nos caixas ("PDVs") das lojas. A receita de vendas de mercadorias tem como origem a aquisição, pelos clientes, nas plataformas digitais (Americanas.com, Submarino e Shoptime).

Fresh Foods: especializada em produtos frescos com foco em frutas, legumes e verduras do Brasil, oferecendo diversos serviços para compras realizadas nas Lojas, Sites, Apps e WhatsApp, incluindo entregas no mesmo dia e retirada na loja em 100% da sua rede.

Serviços Financeiros: plataforma *mobile* de negócios na prestação de serviços com tecnologias avançadas envolvendo estruturas de pagamento em vendas físicas e digitais inclusive através de parcerias com outras empresas e com vantagens para os consumidores finais.

Varejo Premium: Pelo Grupo Uni.co S.A., especializado em franquias, comercializando e distribuindo produtos em todo o território nacional, atua por meio de uma estratégia *omnichannel* com uma rede de franquias, clientes multimarcas e canais digitais.

A Administração, na figura do CEO (*Chief Executive Officer*) como o principal gestor das operações, monitora os segmentos do Grupo conforme abaixo:

	31/12/2023					
	Varejo	Fresh Foods	Serviços Financeiros	Varejo Premium	Eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida	13.365	1.849	283	239	(794)	14.942
Intersegmento	695	-	99	-	(794)	-
Clientes externos	12.670	1.849	184	239	-	14.942
Custo das mercadorias e serviços vendidos (i)	(9.763)	(1.133)	(26)	(107)	451	(10.578)
Lucro bruto	3.602	716	257	132	(343)	4.364
Vendas	(3.596)	(621)	(227)	(48)	358	(4.134)
Gerais e administrativas (ii)	(1.473)	(101)	(170)	(54)	(16)	(1.814)
Outras despesas operacionais líquidas	(1.398)	46	58	67	9	(1.218)
EBITDA	(2.865)	40	(82)	97	8	(2.802)
Depreciação e amortização (i) (ii)						(1.374)
Resultado de equivalência patrimonial						(2)
Resultado Financeiro						(2.856)
Imposto de renda e contribuição social						4.762
Prejuízo do exercício						(2.272)

- (i) R\$ 8 referentes a depreciação das empresas de transportes (Click, Courriers Transportes, Eco Logística, Ecolivery Courriers) que estão em CMV, foram realocados para a linha de depreciação.
- (ii) A depreciação e amortização estão sendo apresentadas segregadas do grupo de Despesas gerais e administrativas.

	31/12/2022 - Reapresentado					
	Varejo	Fresh Foods	Serviços Financeiros	Varejo Premium	Eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida	25.318	2.012	1.296	259	(3.064)	25.821
Intersegmento	1.868	-	1.185	-	(3.053)	-
Clientes externos	23.450	2.012	111	259	(11)	25.821
Custo das mercadorias e serviços vendidos (i)	(20.625)	(1.217)	(36)	(125)	1.226	(20.777)
Lucro bruto	4.693	795	1.260	134	(1.838)	5.044
Vendas	(5.304)	(71)	(815)	(50)	1.322	(4.918)
Gerais e administrativas (ii)	(1.540)	(584)	(768)	(51)	355	(2.588)
Outras despesas operacionais líquidas	(4.013)	18	7	(28)	(29)	(4.045)
EBITDA	(6.164)	158	(316)	5	(190)	(6.507)
Depreciação e amortização (i) (ii)						(1.608)
Resultado de equivalência patrimonial						7
Resultado Financeiro						(5.241)
Imposto de renda e contribuição social						129
Prejuízo do exercício						(13.220)

- (i) R\$ 8 referentes a depreciação das empresas de transportes (Direct, Click, Courriers Transportes, Eco Logística, Ecolivery Courriers) que estão em CMV, foram realocados para a linha de depreciação.
- (ii) A depreciação e amortização estão sendo apresentadas segregadas do grupo de Despesas gerais e administrativas.

35. Eventos subsequentes

(a) Substituição de membro do conselho de administração

Em 21 de fevereiro de 2024, o Sr. Pierre Moreau, por motivos pessoais, renunciou ao cargo de membro do conselho de Administração. O Sr. Célio Almada Melo Neto, que foi eleito como suplente do Sr. Pierre Moreau em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2023, assumiu o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia.

(b) Compra de ações da Uni.Co

Em 20 de março de 2024, a Companhia concluiu a aquisição de ações ordinárias representativas de 30% do capital social da Uni.Co S.A., por meio do pagamento de R\$ 107 para a Squadra I Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia. Com isso, a Companhia passou, partir dessa data, a ser titular da totalidade do capital social da Uni.Co.

(c) Programa Autorregularização Incentivada

No dia 1º de abril de 2024, a empresa aderiu ao Programa de Autorregularização Incentivada, uma iniciativa de conformidade fiscal do governo federal, estabelecido pela Lei nº 14.740 em 29 de novembro de 2023. Os débitos incluídos nesse processo de autorregularização podem ser quitados sem a incidência de multas por atraso ou por determinação, e ainda contam com um desconto de 100% nos juros de mora. No total, a empresa confessou uma dívida de R\$ 434, dos quais utilizou R\$ 217 de prejuízos fiscais, sendo os R\$ 217 restantes parcelados em 48 parcelas mensais.

(d) Plano de Recuperação Judicial

Em 27 de fevereiro de 2024, foi publicada a decisão do Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro que homologou o Plano de Recuperação Judicial da Companhia e das suas subsidiárias JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial, conforme aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada no dia 19 de dezembro de 2023, e concedeu a recuperação judicial do Grupo Americanas.

O Plano de Recuperação Judicial prevê reestruturação e equalização dos passivos das empresas supracitadas, conforme resumido na nota 1, o que deve resultar em significativa redução de tais passivos.

Considerando que o PRJ foi aprovado em 2024, a Companhia não reconheceu em 31 de dezembro de 2023 qualquer impacto nos passivos financeiros que estão sendo reestruturados pelo PRJ. No que tange os termos previstos no PRJ para avaliação das provisões para contingências, a Companhia reconheceu tais efeitos em 31 de dezembro de 2023.

Considerando os passivos financeiros a serem impactados pelo plano de Recuperação Judicial em 2024 e apesar das condições necessárias para ter a conclusão da avaliação destes impactos ainda não estarem todas disponíveis e reunidas, a divulgação da melhor estimativa da Administração da Companhia destes impactos se faz relevante.

Os créditos incluídos no Plano de Recuperação Judicial e a estimativa de seus valores são conforme abaixo:

Credores	Rubricas contábeis correspondentes	Estimativa das dívidas alocados por tipo de credor (i)	Haircut estimado	Ajuste a valor presente	Estimativa de Valor Justo das dívidas reestruturadas
Classe I	Provisão para processos judiciais e contingências	83	-	-	83
Classe III		42.122	13.033	574	28.515
Financeiros	Empréstimos e financiamentos e debêntures	36.637	12.176	342	24.119
Fornecedores	Fornecedores	5.485	857	232	4.396
Classe IV	Fornecedores	180	-	-	180
	Dívida estimada considerando haircut e AVP	42.385	13.033	574	28.778
			Capitalização estimada da dívida (ii)		(12.000)
			Leilão reverso e recompra estimados (iii)		(8.963)
			Compensações estimadas - credores fornecedores		(4.180)
			Compensações estimadas - credores financeiros		(1.786)
			Compensações estimadas – contingências		(83)
	Dívida estimada após os ajustes da recuperação judicial e compensações				1.766

(i) Credores de classes consideradas no Plano de Recuperação Judicial, vide nota 1.

(ii) Valor da capitalização estimada de créditos detidos contra a Companhia por parte dos credores aplicáveis a categorias determinadas pelo Plano de Recuperação Judicial, vide nota 1; e

(iii) Conforme características e definições do Plano de Recuperação Judicial, vide na nota 1.



Entretanto, é importante ressaltar que tais estimativas são calculadas com base em: (a) indicadores financeiros, tais como taxa de juros; (b) informação das escolhas dos credores sobre a forma de pagamento; (c) o cumprimento das condições precedentes de implementação do Plano, os quais não são dependentes somente da Companhia e, portanto, podem sofrer alteração resultando em efeitos contabilizados diferentes dos aqui divulgados.

Financiamento DIP

Em 05 de março de 2024, a Companhia assinou a escritura da 20ª emissão de debênture simples, não conversíveis em ações, para colocação privada, no valor de até R\$ 3.500, e que dará início ao desembolso dos montantes necessários para o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial. O Financiamento DIP contará com garantia real, nos termos do artigo 58, da Lei nº 6.404/76 e terá prazo de vencimento de 24 meses contados da data de emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate e/ou vencimento antecipado.

Adesão pelos Credores e Homologação das deliberações do PRJ

Em 24 de julho de 2024, o Juízo da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro homologou as deliberações sobre o Plano de Recuperação Judicial do Grupo Americanas. Essas deliberações tiveram a adesão pelos credores titulares da maioria dos créditos quirografários contra a Companhia e suas subsidiárias, em 17 de julho de 2024.

(e) Requerimentos de Instauração de Arbitragem

Em abril de 2024, a Companhia tomou conhecimento de arbitragem iniciada por uma associação em conjunto com supostos acionistas da Americanas. A arbitragem possui valor da causa de R\$ 32.000, sendo que os requerentes imputam à Companhia e aos acionistas de referência indenização no valor de R\$ 12.000. Em síntese, a arbitragem busca (i) condenar a Companhia e Acionistas de Referência a indenizar os investidores pelas inconsistências contábeis identificadas em suas demonstrações financeiras, e (ii) condenar os acionistas de referência a indenizarem a Companhia pelo prejuízo ocasionado ao patrimônio social em virtude das inconsistências contábeis. A arbitragem está em fase administrativa. Aguarda-se a constituição do Tribunal Arbitral e decisão da presidência da CAM-B3 sobre eventual consolidação desses procedimentos arbitrais. Os valores envolvidos no referido procedimento arbitral não são passíveis de liquidação na fase atual dos procedimentos.

(f) Aumento de Capital

Em 25 de julho de 2024, foi realizado o aumento de capital da Companhia, que havia sido aprovado, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 8 de julho de 2024, no montante total de R\$ 24.461 mediante a emissão de 18.815.921.100 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,30 por ação. Desta forma, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 39.918, representado por 19.718.450.603 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(g) Grupamento de ações

Na assembleia geral extraordinária de 21 de maio de 2024, foi aprovado que as ações e os bônus de subscrição da Companhia serão agrupados na proporção de 100 para 1, grupamento este que ocorrerá no dia 26 de agosto de 2024.

(h) Acordo para a venda da Parati

Em 28 de junho de 2024, a Ame Holding assinou o contrato de compra e venda da Parati com a Tudo Serviços S.A, pelo qual receberá o montante de R\$ 34 assim que for obtida a aprovação pelo Banco Central do Brasil (BACEN). No entanto, não há um prazo estipulado para a concessão dessa aprovação.

* * *

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60

NIRE 3330029074-5

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial (“Americanas” ou “Companhia”), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, conforme alterado, analisou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a reapresentação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada nesta data, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., emitido nesta data sem ressalvas. Como parte integrante dos trabalhos, conforme detalhados em Ata, o Conselho Fiscal realizou reuniões com a Administração da Companhia, tanto a Diretoria quanto o Conselho de Administração, assim como o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna e demais colaboradores da Americanas responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras. Os membros do Conselho Fiscal registram que tiveram acesso ao relatório final de investigação emitido pelo Comitê Independente, constituído para apurar as circunstâncias que ocasionaram os fatos reportados no Fato Relevante divulgado em 11 de janeiro de 2023.

Assim, com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes, e à luz do parecer sem ressalva emitido por esses e dos procedimentos adotados para tanto, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela assembleia geral dos acionistas.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.

Elias de Matos Brito

Raphael Manhães Martins

Ricardo Scalzo

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60
NIRE 3330029074-5

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que:

- (i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Diretoria em sua gestão; e
- (ii) reviram, discutiram e concordaram com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.

Leonardo Coelho Pereira

Camille Loyo Faria

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60
NIRE 3330029074-5

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os Diretores da Americanas S.A. – em recuperação judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que:

- (i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas; e
- (ii) reviram, discutiram e concordaram, com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.

Leonardo Coelho Pereira

Camille Loyo Faria

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60

NIRE 3330029074-5

Parecer do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, no uso de suas atribuições estatutárias, após análise das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, emite o presente parecer.

Os membros do Comitê de Auditoria, por unanimidade e, considerando, inclusive, o parecer sem ressalvas apresentado pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., opinaram favoravelmente às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.

Vanessa Claro Lopes

Eduardo Seixas

Mauro Muratório Not